

Orientação

ÍNDICE -VOLUME I

Introdução	3
Capítulo 1. Os projetos em Educação e Intervenção Social	5
1.2 A Investigação em Educação e Intervenção Social: investigação-ação participativa	9
1.3 A construção de um projeto em Educação e Intervenção Social	12
1.4 O processo de avaliação em projetos de Educação e Intervenção Social	15
Capítulo 2. O contexto de intervenção	15
2.1.1 Valência: Centro Comunitário	17
2.2 Avaliação de Contexto: Problemas e Necessidades	35
Capítulo 3. A intervenção comunitária, o significado do trabalho e do desemprego na vida dos indivíduos	40
3.1. Comunidade, Intervenção Comunitária e Desenvolvimento Comunitário	40
3.2 Do trabalho ao desemprego e os seus significados	41
3.3 O desemprego enquanto fator de risco social: os efeitos sociais, psicológicos e relacionais.....	44
Capítulo 4 – O Projeto em Educação e Intervenção Social: “Da procura, Um Encontro”	46
4.1 O Desenho do projeto	46
4.2. Avaliação de Entrada	51
4.3 Desenvolvimento do Projeto e Avaliação de Processo	53
4.4 Avaliação de produto	69
Conclusão	77
Referências	78

ÍNDICE - VOLUME II

Apêndices	81
Apêndice A – Serviço de Cantina Social	81
Apêndice B – O contrato de inserção	83
Apêndice C – Programa de Informação e Sensibilização	85
Apêndice D - Avaliação do Programa de Informação/Sensibilização – 2014	87
Apêndice E - Caracterização Individual dos participantes na Avaliação de Contexto	91
Apêndice F – Registo do encontro (28/02/2014)	101
Apêndice G – Quadro síntese: Problemas, necessidades, objetivos gerais e específicos, ações, atividades, estratégias e indicadores de avaliação	104
Apêndice H- Caracterização Individual dos participantes no desenvolvimento do projeto	115
Apêndice I – Inventário da Feira de Trocas Solidárias	115
Apêndice J – Cartaz I Feira de Trocas Solidárias	117
Apêndice L - Organização da I Feira de Trocas Solidárias	118
Apêndice M - Cartaz- Feira de Trocas Solidárias	120
Apêndice N - Desenho e Desenvolvimento do projeto -Educação pela Acção...Ambiental – construção de um projecto de intervenção na comunidade	126
Apêndice O - Cronograma da ação: “Descobrimo à Cidade”	127
Apêndice P- Cartaz “Descobrimo a cidade” (por o novo)	128
Apêndice Q– Convite “Descobrimo a Cidade”	129
Anexos	
Anexo A – Questionário de Avaliação “Programa de Sensibilização 2014	130
Anexo B – Cartaz “Dia Internancional da Mulher	131
Anexo C – Projecto: Educação pela Acção...Ambiental – construção de um projecto de intervenção na comunidade	132
Anexo D – Cartaz do projeto “Educação pela Acção...Ambiental: construção de um projecto de intervenção na comunidade	135

RESUMO

A construção e o desenvolvimento deste projeto partiu dos efeitos em termos psicológicos da vivência de uma situação de desemprego, sendo esta uma problemática social que atinge atualmente muitas famílias do nosso país, influenciando não só a dimensão económica, mas também a dimensão social, psicológica e relacional dos indivíduos e da intervenção de um Centro Comunitário com reduzida participação e envolvimento da instituição com a comunidade.

Neste sentido, o projeto “Da procura, Um Encontro”, pretendia aproximar a valência de Centro Comunitário à comunidade, nomeadamente as pessoas em situação de desemprego, acompanhadas pela instituição no âmbito da medida de Rendimento Social de Inserção, para que, por um lado, a comunidade participasse na dinamização da instituição e da comunidade e por outro, a instituição criasse oportunidades para fomentar a participação, a integração e o bem-estar das pessoas da comunidade em situação de desemprego. Em termos de resultados o projeto desenvolvido tornou a valência de Centro Comunitário mais próxima da comunidade, na medida, em que, foram as pessoas da comunidade que organizaram e dinamizaram a vida da instituição e da comunidade, tendo repercussões ao nível da visibilidade e do reconhecimento da instituição na comunidade. Em relação as pessoas em situação de desemprego, os resultados foram em termos do seu bem-estar psicológico, na construção de novas relações e na construção de um dia da semana diferente dos restantes, nas palavras dos participantes “os meus dias são todos iguais, o dia em que venho aqui o meu dia passa a ser diferente”.

Palavras chaves: Intervenção Comunitária; Desemprego; Comunidade; Participação;

ABSTRACT

“De tudo ficaram três coisas...
A certeza de que estamos começando...
A certeza de que é preciso continuar...
A certeza de que podemos ser interrompidos
antes de terminar...
Façamos da interrupção um caminho novo...
Da queda, um passo de dança...
Do medo, uma escada...
Do sonho, uma ponte...
Da procura, um encontro!”
(Sabino, 2014)

INTRODUÇÃO

O presente Relatório surge no âmbito da Unidade Curricular Projeto, do segundo ano da Especialização Ação Psicossocial em Contextos de Risco, do Mestrado em Educação e Intervenção Social. Esta unidade curricular pressupõe o conhecimento, a análise e a problematização de uma realidade social, originando a construção e o desenvolvimento de um projeto social, partindo dos problemas e das necessidades identificadas, pelos diversos atores sociais. Assim sendo, o projeto de investigação foi desenvolvido num Centro Social, na freguesia de Paranhos, no Concelho do Porto. A integração incidiu nas valências de Centro Comunitário (CC) e Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL). É de referir que, apesar do conhecimento da realidade ter sido realizado junto, destas, duas valências, da instituição, foi necessário, enquanto investigadora, fazer uma escolha, de forma a construir um desenho de projeto exequível, no curto período de tempo de que disponhamos possuímos para estar com as pessoas.

A pertinência do desenvolvimento deste Projeto no âmbito do Mestrado em Educação e Intervenção Social, prende-se com o facto de este Mestrado, orientar a sua intervenção para os contextos de maior vulnerabilidade e de maior risco psicossocial. Um Projeto, neste âmbito, é construído um pouco cada dia, em que assumimos o papel de investigadores e, ao mesmo tempo, interventores sociais, pois um projeto é o resultado das nossas decisões, das nossas escolhas, das relações construídas com as pessoas, que conhecemos ao longo deste percurso, que contribuíram para a formação da nossa identidade, enquanto profissionais.

Seguidamente apresentamos a forma como este relatório se encontra organizado. Assim sendo, no primeiro capítulo encontra-se o enquadramento metodológico, que permite compreender o contexto em que surge este projeto, conhecendo, um pouco, a Educação e a Intervenção Social, a forma de agir deste profissional através da metodologia de Investigação Ação Participativa, a essência dos projetos nesta área, bem como, todas as fases que dele fazem parte, e que levam à construção de um projeto coletivo. No segundo capítulo, é apresentado o contexto de intervenção, sendo este um Centro Social, situado na Freguesia de Paranhos, assim como o conhecimento construído na Valência de Centro Comunitário. Neste sentido, apresentámos ao longo do relatório, uma descrição e análise mais destalhada sobre o CC, dado que, foi sobre esta valência, que incidiu o desenho e o desenvolvimento do projeto. Este conhecimento possibilitou a realização de uma avaliação de contexto, em que refletimos em torno dos problemas e das necessidades. É ainda apresentado uma caracterização individual dos participantes, permitindo ao leitor, compreender e conhecer os protagonistas deste projeto. No terceiro capítulo,

apresentamos o enquadramento teórico. Este é uma exploração de alguns conteúdos que permitem compreender, teoricamente, alguns aspetos que surgiram ao longo do capítulo anterior. Assim sendo, esclarecemos alguns conceitos, como o conceito de comunidade, de Intervenção Comunitária e de Desenvolvimento Comunitário, assim como a relação entre eles. Refletimos, ainda, em torno da importância do trabalho e do emprego para o indivíduo e em torno das consequências de uma situação de desemprego, enquanto factor de risco social: os efeitos sociais, psicológicos e relacionais. No quarto capítulo surge o Projeto em Educação e Intervenção Social, designado “Da Procura, Um Encontro” nomeadamente o desenho do projeto, a avaliação de entrada, o desenvolvimento do projeto e a avaliação de produto. Os participantes no projeto foram a valência de Centro Comunitário, nomeadamente a cordenadora da valência e as pessoas da comunidade em situação de desemprego acompanhadas pela valência, no âmbito da medida de Rendimento Social de Inserção. Este projeto procurou aproximar a instituição da comunidade, tornando as pessoas da comunidade os principais dinamizadores da vida da comunidade e da instituição, ao mesmo tempo, procurou criar condições para promover o bem-estar psicológico das pessoas que se encontravam em situação de desemprego.

É de referir ainda, que este relatório contém um volume II destinado a anexos e apêndices.

CAPÍTULO 1. OS PROJETOS EM EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL

1.1 A EDUCAÇÃO E A INTERVENÇÃO SOCIAL E O PAPEL DO PROFISSIONAL

A Intervenção Social e a Educação encontram-se constantemente interligadas, na medida em que o trabalho social tem sempre subjacente uma dimensão educativa. Desta forma, a intervenção social baseia-se “num compromisso de mudança da realidade social, trabalhando as causas que provocam essas desigualdades” (Petrus, 1998, citado por Almeida & Fernandes 2010, p.146), sendo ainda encarada como “um modo terapêutico de prevenção, ao nível de prevenção primária, ou de remediação de situações-problema social” (Mondragón & Trigueros, 2002, citado por Almeida & Fernandes, 2010, p. 147). Assim sendo, a intervenção social parte sempre com uma intencionalidade educativa, que dá forma à intervenção realizada com as pessoas e com as comunidades. Assumindo assim a comunidade, a referência do trabalho social, que procura “educar para a comunidade, na comunidade e com a comunidade” (Petrus, 1998, citado por Almeida & Fernandes p. 146). Neste sentido, a intervenção social não se cingue ao trabalho com os indivíduos, mas com as comunidade, no seu todo, do qual faz parte, também, todos os contextos da vida dos indivíduos, permitindo ao profissional uma maior compreensão das pessoas e dos seus contextos (Leitão, 2013).

O profissional de Intervenção Social, envolve-se com os contextos, com as realidades, com as pessoas e com os seus projetos de vida, podendo assumir diversas funções nos contextos, podendo ser ator, educador, ou mediador social (Adalberto, 2001, citado por Almeida & Fernandes, 2010). O propósito da sua intervenção é o desenvolvimento das pessoas, a sua maturação social e a promoção da sua autonomia, reconhecendo e fortalecendo as capacidades das pessoas e responsabilizando-as através da estimulação da sua participação no seu próprio projeto de vida (Gomes, Coimbra, & Menezes, 2007, citados por Leitão, 2013).

Como vimos, o educador social ou interventor social, salienta como pilares da sua intervenção os conceitos de educação, de comunidade, de desenvolvimento e de intervenção comunitária, que se interrelacionam e fundamentam a prática deste profissional.

Sendo um dos pilares, a comunidade, é importante compreendermos o seu papel no Trabalho Social, desta forma, a comunidade e os grupos que a compõe são encarados como

“entidades ativas, participantes e protagonistas da intervenção e não apenas como objectos dessa mesma intervenção (Cortesão & Trevisan, 2006, citado por Serapicos, Samagio, & Trevisan, 2013, p.26). Em relação aos conceitos de educação e de desenvolvimento, é de ressaltar a sua pertinência na vida dos sujeitos, pois “os efeitos da educação produzem-se no próprio e também no meio que o envolve e de que faz parte”, emergindo, assim, o conceito de desenvolvimento, pois “é assim que os outros beneficiam da educação de cada qual, tal como o próprio beneficia da educação de outros, e é assim que o mundo natural envolvente é também transformado a partir da educação dos indivíduos” (Gómez, Freitas, & Callejas, 2007 p.296). A intervenção deste profissional procura que os indivíduos desenvolvam capacidades, tais como o questionamento crítico, a autonomia, a reflexão, ensinando-os a usar os seus próprios recursos em busca do seu desenvolvimento. Este conhecimento que o indivíduo adquire por ele próprio acompanha o indivíduo ao longo da sua vida ajudando-o a enfrentar os problemas e as dificuldades que irá encontrar no seu percurso. No entanto, esta aquisição não fica por aqui esta é continua pois, ao longo do tempo o individuo irá em busca de novas capacidades, evidenciando aqui uma característica essencial dos projectos a continuidade. Neste sentido do projecto faz parte uma concepção de ser humano que assenta numa perspectiva de mudança e futuro. Se o ser humano é um ser em mudança o desenvolvimento pessoal, através da sua criatividade irá permitir um desenvolvimento contínuo (Marília, 2002). Em suma, a comunidade, os grupos e as pessoas são os protagonistas do trabalho social, sendo o profissional aquele que orienta, aquele que conduz o outro no seu projeto de vida, ou seja, procura ser o que o outro precisa, com o propósito de, através deste envolvimento e relação de proximidade com as pessoas, desenvolver as suas competências tornando-as capazes de, ao longo do seu percurso, ultrapassarem os seus problemas e serem também, na sua comunidade, mediadores sociais, na medida em que, cada um pode contribuir para o desenvolvimento do outro.

Cada ser humano possui a sua forma de agir, sendo que, na perspectiva de (Haramain, 1995) o projecto simboliza a vida, ao nos colocarmos num projecto é necessária a consciência do que queremos evoluir e desenvolvermo-nos baseados nessa consciência, surgem aqui as necessidades e os desejos, ao reconhecê-las e localizá-las estamos capazes de as entender e atribuir sentido as emergências colectivas e individuais (Mendonça, 2002). Neste sentido, os projectos devem ter subjacente uma investigação que inclui uma análise do terreno prévia, dos recursos, das necessidades contribuindo para uma maior consciência e reflexão da realidade que consiste num primeiro passo para a mudança.

Assim sendo, o trabalho social deve ser compreendido como uma construção participada que se apoia numa atitude investigativa, constituindo esta um dos primeiros passos para conceber um projeto. Neste sentido, a atitude investigativa é a base para o ser humano posicionar-se em projecto encontrando aqui o recurso necessário a mudança e a inovação, devendo esta atitude incluir disposições intelectuais e afectivas para responder de forma positiva de acordo com as situações sociais (Mendonça, 2002). Neste sentido, o trabalho social marca a diferença através da utilização da metodologia de investigação acção participativa como forma de encontrar as necessidades, analisar a realidade, fomentando a participação das pessoas em todo o processo. Não encarando as pessoas apenas como sujeitos passivos que recebem, mas como sujeitos ativos capazes de produzir de forma autónoma mudança nas suas vidas e no meio envolvente. Sendo que as intervenções estão sempre em construção, pois ao longo do seu desenvolvimento, deve estar sempre presente uma atitude reflexiva e de questionamento. O processo de investigação é assim um “ processo de auto-desenvolvimento, procura conhecer-se e conhecer o que o que lhe é exterior para agir adequadamente no sentido da melhoria da qualidade de vida, e age prudentemente para melhor conhecer e novamente melhor agir” (citado por Lima, 2003, p.323).

1.2 A INVESTIGAÇÃO EM EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL: INVESTIGAÇÃO-AÇÃO PARTICIPATIVA

A Investigação Ação Participativa é a metodologia que orienta a prática do profissional de Educação e Intervenção Social, é a partir desta, que, o profissional envolve-se com a realidade, integra-se nos contextos e aproxima-se das pessoas. Esta forma de investigar, de estar na realidade, encontra-se sustentada no paradigma sócio-crítico que utiliza uma metodologia dialógica e dialéctica, onde a participação dos sujeitos nas acções e a sua capacidade reflexiva e crítica são cruciais para se alcançar a mudança (Esteves, 2003).

Através desta relação de proximidade que, o profissional, intervêm nos contextos, com o propósito de, dar voz as comunidades, considerando assim a comunidade, a principal protagonista deste processo de investigação, sendo o profissional, o mediador, do que as pessoas dizem e do que não dizem e que pode ser captado através da partilha de momentos do quotidiano. Através desta metodologia, o investigador “procura conhecer-se e conhecer o que lhe é exterior para agir adequadamente no sentido de melhoria da qualidade de vida, e age prudentemente para melhor conhecer e novamente melhor agir” (Lima, 2003, p.318).

Assim sendo, dentro das diversas definições da Investigação Ação Participativa, salientámos a que se refere a esta como um “modo de procurar entender o mundo para nele melhor se viver, para que possa constituir moradia confortável de tudo quanto nele existe” e, ainda, como, “ (...) uma posição que não procura apenas conhecer o mundo, mas também transformar alguma coisa (...)” (Lima, 2003, p. 306). Nesta definição realçasse a procura de uma maior compreensão sobre as realidades, com o propósito de, a partir da voz das pessoas compreender a sua percepção sobre os contextos onde vivem, bem como, os seus desejos de mudança, para que, “as pessoas individuais e as suas comunidades possam florescer” (Reason & Bradbury, 2001, citados por Lima, 2003, p. 316), para que “uma comunidade realize as aprendizagens necessárias para poder exercer maior mais adequado controlo sobre o curso das coisas que afectam as suas vidas, e desenvolvam “a capacidade de continuar a aprender” (Lima, 2003, p.318).

Este tipo de investigação orienta a sua intervenção baseando-a em três princípios. O primeiro princípio é o compromisso moral e político com a democracia participativa, considerando que devem criar-se as condições para promover a participação, procurando fomentar a representação de cada indivíduo sobre si, no sentido de que cada um se sinta capaz de exercer o seu dever e direito de participar. O segundo princípio é a necessidade de “empowerment” considerando fundamental o desenvolvimento de todos, e, por fim, o terceiro princípio, a diminuição do afastamento entre o processo de construir e de desenvolver (Lima, 2003) privilegiando a participação da comunidade em todos os momentos deste processo de investigação, construído e desenvolvido, à medida que conhecemos a realidade, sendo fundamental, a percepção da comunidade e a percepção do investigador, tornando-se, o investigador, parte da comunidade, na medida em que, integra os contextos com uma intencionalidade clara, formando assim o investigador coletivo, que, segundo Lima (2003), é construído no encontro dos diferentes contributos que surgem dos elementos envolvidos na realidade.

Este tipo de investigação é “combina a investigação social, o trabalho educativo e a acção” (Halle Kassam, 1985, citado por Gómez, Freitas & Callejas, 2007) e “pretende conter todos os ingredientes da investigação e, mais ainda, os ingredientes da acção” (Guerra, 2000, p.75).

Neste tipo de Investigação os problemas nascem da comunidade, ou seja, surgem da percepção das pessoas que fazem parte do contexto. Esta é uma investigação colectiva em que todos os processos de investigação são realizados em grupo, em forma de diálogo, permitindo validar o conhecimento através da participação dos cidadãos (Serrano, 1986, citada por Ramos,

1993). A participação da comunidade deve estar presente em todo o processo de investigação, desde a consciência dos problemas, bem como na reflexão sobre possíveis formas de solução, sobre os recursos, existentes na comunidade, que podem ser mobilizados para a sua resolução. Esta participação é encarada como uma forma de chegar a uma análise mais precisa e mais autêntica da realidade social e deverá estar presente em todas as análises, debates, decisões e realizações, nomeadamente: na caracterização/estudo da comunidade, na identificação de recursos, necessidades, desejos e interesses, na busca de significados e implicações dos mesmos, na seleção das necessidades e interesses a satisfazer e questionamento dos possíveis efeitos, na procura de vias para essa satisfação, nas aprendizagens necessárias para construir as respostas adequadas, assim como na avaliação contínua e final do que foi feito e dos seus efeitos por referência ao desenvolvimento das pessoas e da comunidade (Lima, 2003).

Para o conhecimento da realidade, a metodologia de Investigação Ação Participativa contempla algumas técnicas de recolha de informação que contribuem para que o investigador obtenha um conhecimento aprofundado da realidade. É de salientar que o método “(...)é uma estratégia integrada de pesquisa que organiza criticamente as práticas de investigação, incidindo nomeadamente sobre a selecção e articulação das técnicas de recolha e análise da informação” (Costa, 1990, p.129). A opção por uma técnica “ (...) depende, na realidade, dos objectivos da investigação, do modelo de análise e das características do campo de análise” (Campenhoudt & Quivy, 1998, p.186).

Uma das técnicas é a recolha documental que possibilita ao investigador seleccionar o melhor caminho a ser percorrido “em função das particularidades do contexto, em vez de eleger, a priori, métodos que dificultem ou impeçam o seu trabalho” (Caride & Meira, 1995, p.155).

A observação participante é fundamental em todo o processo, pois, só desta forma, podemos descobrir e ter acesso a informações que contibuem para uma melhor compreensão da realidade. Assim, “a característica diferencial da observação participante, em relação às outras técnicas, consiste na inserção do observador no grupo observado, o que permite uma análise global e intensiva do objecto de estudo” (Almeida & Pinto, 1990, p. 97), na medida, em que, “o investigador vive inserido no grupo ou comunidade que está a estudar e pode até intervir nas suas actividades e deste modo, conseguir construir um retrato pormenorizado da vida naquela organização, bem como das atitudes e perspectivas dos que ali vivem e trabalham” (Giddens, 1997, p.804). A observação participante permite a captação de alguns “comportamentos no momento em que eles se produzem e em si mesmos, sem a mediação de um documento ou de um testemunho” (Quivy & Campenhoudt, 1995, p.196).

O investigador “observa os locais, os símbolos, observa as pessoas, as actividades, os comportamentos, as interacções verbais, as maneiras de fazer, de estar e de dizer, observa as situações, os ritmos, os acontecimentos. Participa, duma maneira ou doutra, no quotidiano desses contextos e dessas pessoas” (Costa, 1990 p.132).

É através desta técnica de recolha de informação que o investigador observa os “processos de interacção que têm por suporte um quadro de relações sociais em que estão inseridos tanto os observados como o observador, que a informação sobre as realidades sociais que pretendemos conhecer nos chega” (Costa, 1990, p.135). A presença do investigador, de uma forma constante, no dia-a-dia das pessoas, permite -lhe observar o que as pessoas dizem e as suas ações e, paralelamente, observar a relação que as pessoas construíram com o investigador (Costa, 1990). É esperado que o investigador estabeleça “ligações entre o ponto de vista exterior do observador sobre aquilo que ele observa e os modos como os actores percebem e vivem o que fazem no decurso das suas acções” (Corcuff, 2001, p.17).

O conhecimento da realidade só é construído mediante a criação de uma relação de proximidade e de confiança com as pessoas, o que irá possibilitar ao investigador a recolha das suas opiniões (Guerra, 2002), sendo assim, o investigador “o principal instrumento de pesquisa” e “os principais procedimentos são a presença prolongada no contexto social em estudo e o contacto directo, em primeira mão, com as pessoas, as situações e os acontecimentos” (Costa, 1990, p.137).

As conversas intencionais são também uma técnica de recolha de informação fundamental, pelo facto de que nos permitem conhecer e refletir, juntamente com as pessoas do contexto, sobre alguns aspetos da realidade, bem como ter a percepção da forma como cada ator encara a realidade e como se sente nela, sendo as conversas “situações sociais em que a presença do investigador se impõe de maneira muito forte, em que o peso relativo do impacto do processo social de pesquisa é muito elevado” (Costa, 1990, p.137). Estes momentos são de extrema importância, pois “procura-se privilegiar a informalidade. A participação informal nas mais variadas situações rotineiras do quotidiano, acontecimento ocasionais regulares ou situações excepcionais – e a conversa informal nessas situações, são as técnicas nucleares da pesquisa de terreno” (Costa, 1990, p.138).

A entrevista é uma outra técnica de recolha de informação que permite “aceder às representações dos sujeitos (quer se trate de opiniões, de aspirações ou de percepções), só de forma imperfeita dá informações sobre as suas práticas” (Albarelo, Difneffe, Maroy, Ruquoy & Sant-Georges, 1997, p. 88), “trata de dectetar nos discursos não apenas opiniões, mas sobretudo

traços de personalidade de que os detentores não estão necessariamente conscientes” (Albarello, et al., 1997, p. 91). As entrevistas são uma técnica fundamental, dado que permitem conhecer o “ ponto de vista dos actores sociais sobre as suas próprias práticas e as suas próprias representações, sobre como acham que a vida social deveria ser, sobre como esperam que ela seja e sobre como a vêem efectivamente ser” (Costa, 1990, p, 142). São estas técnicas que o investigador mobiliza para conhecer a realidade, sendo que utilizar diferentes técnicas permite o cruzamento de informação, logo uma compreensão aprofundada da realidade do ponto de vista dos atores que nela participam. Este conhecimento da realidade é feito de forma gradual, é um processo construído em vários momentos que consistem nos passos que é necessário dar até chegar à construção e desenvolvimento de um projeto social.

1.3 A CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO EM EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL

Os Projetos em Educação e Intervenção Social, constroem-se com base na metodologia de Investigação Acção Participativa, e desta forma, privilegia-se a participação de todos os atores envolvidos no contexto, em todos os momentos da sua construção e desenvolvimento, pois, tal como refere Guerra (2002, p.53), a Investigação Acção Participativa é “um processo no qual os investigadores e os actores conjuntamente investigam sistematicamente um dado e põem questões com vista a solucionar um problema imediato vivido pelos actores e a enriquecer o saber cognitivo, o saber -fazer e o saber – ser”.

Os projetos orientam-se no sentido da resolução de problemas a fim de satisfazer as necessidades sentidas pelos indivíduos e apontam para o futuro que pretendem melhorar. Tal só é possível partindo de uma reflexão sobre o problema social e da consciência das características do meio. Após estudada a realidade é necessário escolher as necessidades nas quais irá incidir a intervenção, partindo da construção de um desenho sistemático e reflexivo com originalidade, criatividade, abertura e flexibilidade. Partindo sempre da prática e da ótica de quem vive o problema, como o vive e como vislumbra as possíveis soluções. Só assim se corresponde às necessidades desta comunidade, podendo provocar mudança, pois, parte da motivação das pessoas (Serrano, 2008). O desejo de mudança é o objetivo principal de todos os projetos, porém,

tal só é possível, se “nos assumirmos como autores e actores da nossa realidade” (Paquette, 1979, citado por Mendonça, 2002, p.21).

Desta forma, um projeto é “ é um processo consciente, integrador de uma estrutura aberta e de um cenário, de aprendizagem significativa onde o ser humano se encontra referenciado, de um lado à actividade de descoberta e do outro a actividade de apreciação no que diz respeito a tudo o que circunda” (Miranda Santos, 1999, citado por Mendonça 2002, p. 118)

O sentido de mudança, de transformação, constitui o objetivo final da intervenção, que só pode ser alcançada acompanhado de um posicionamento reflexivo sobre cada contexto, tendo sempre presente a análise do contexto específico interligando com o grande contexto em que está inserido. Assim a mudança “tem de tomar em consideração, de forma crítica, a história da comunidade, suas tradições, sofrimentos e realizações, identificar as linhas de força das culturas em presença (...) e é preciso especialmente não esquecer que a mudança que se pretende é a de melhoria da qualidade de vida, que passa pelo ter, pelo ser, pelo fruir, pelo fazer” (Lima, 2003, p. 309).

A análise da realidade é o primeiro passo na construção de um projeto e baseia-se num processo subdividido em vários momentos que se complementam-se de forma a construir uma análise aprofundada, refletida e critica sobre o contexto. Os momentos que orientam este processo de conhecimento da realidade são designados: descrição, percepção social, explicação/ interpretação, alternativas e ajustes (Cembranos, Montesinhos, & Bustelo, 2001).

O primeiro momento incide na descrição do que há e do que não há, conhecer as pessoas, as associações, as organizações, as diferentes estruturas comunicativas, fontes de riqueza, sucessos significativos na história, os programas e as acções que estão a desenvolver-se. É realizada ainda uma análise das necessidades e dos problemas da realidade, sendo a partir desta análise que o investigador e a comunidade escolhem o caminho a seguir, tendo como base o conhecimento construído. O segundo momento, designa-se percepção social e consiste em saber o que a comunidade pensa sobre o que há, conhecer as potencialidades que a comunidade retira da sua realidade. O discurso das pessoas é objecto de análise e de discussão. O terceiro momento designa-se interpretação, em que o grupo questiona-se sobre o motivo da realidade ser assim, procura esclarecer as causas, explorar o porquê, formulando hipóteses. As explicações permitem conhecer a realidade para mudar, fazer planos, elaborar estratégias e diminuir as possibilidades de fracasso. O quinto momento designa-se ajuste e consiste em ordenar a informação recolhida e construir o estudo da realidade. Neste momento, é necessário priorizar as necessidades segundo critérios, tais como: a importância, a urgência e as expectativas de êxito na sua resolução

(Cembranos, et al., 2001). Nos projetos sociais, o conceito de necessidade incide numa “discrepância entre a situação existente e a situação desejada, ou seja, a distância entre o que é e o que deveria ser” (Serrano, 2008, p.31).

A fase seguinte é a planificação do projeto pois, “este é um processo para determinar para onde ir e estabelecer os requisitos para chegar a esse ponto da forma mais eficaz e eficiente possível” (Kaufman, 1980, citado por Serrano, 2008, p. 37). Depois de conhecida a realidade, o passo seguinte consiste em tomar decisões, percebendo quais são as alternativas e as possibilidades. Desta forma, em conjunto com as pessoas, elaboramos um plano, passando assim da compreensão da realidade para a preparação da ação transformadora.

Desta forma, “uma vez esclarecidas as necessidades às quais se pretende dar resposta, importa fixar os objetivos da ação. Este processo consiste em perguntarmos a nós mesmos o que é que pretendemos alcançar para dar respostas concretas” (Serrano, 2008, p.44).

Assim, o passo seguinte consiste na formulação dos objetivos e tem de dar resposta às seguintes questões: “Que queremos fazer? Que mudanças desejamos obter face à situação-problema sobre a qual vamos agir? Onde pretendemos chegar, que propósitos se deseja alcançar dentro de um determinado espaço de tempo? Qual é a situação – objetivo que se pretende alcançar?” (Serrano, 2008, p. 44). É importante que a formulação dos objetivos seja coerente com a finalidade, que seja motivadora para a ação, que sejam concretos e exequíveis consoante os recursos disponíveis e, ainda, avaliáveis (Cembranos & Montesinhos, 1988, citado por Serrano, 2008).

Dentro do conjunto de objetivos, existem os gerais e os específicos. Os objetivos gerais “são aqueles propósitos mais amplos que definem o quadro de referência do projecto” (Espinoza, 1986, citado por Serrano, 2008, p. 45), os objetivos específicos “identificam de forma mais clara e precisa o que se pretende alcançar com os projectos” (Espinoza, 1986, citado por Serrano, 2008, p. 45).

Paralelamente a todo este processo, importa salientar uma dimensão fundamental nos projetos sociais, o processo de avaliação, dado que é a partir deste que o investigador poderá compreender o conhecimento que construiu sobre a realidade, analisar as diversas possibilidades e construir com as pessoas mediante as suas opiniões, um projeto que vá ao encontro das suas reais necessidades, sendo o processo de conhecimento da realidade avaliado em todos os momentos, para que este conhecimento seja aprofundado, refletido, permitindo escolher qual o melhor caminho a seguir.

1.4 O PROCESSO DE AVALIAÇÃO EM PROJETOS DE EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL

O processo de avaliação, fundamental no desenho e desenvolvimento de um projeto social, consiste em “comparar num determinado instante o que foi alcançado mediante uma acção e o que se deveria ter alcançado de acordo com uma prévia programação” (Espinoza, 1986, citado por Serrano, 2008, p. 83) e, ainda, “examinar o grau de adequação entre um conjunto de informações e um conjunto de critérios adequados aos objectivos fixados, com o fim de tomar uma decisão (De Ketela, 1984, citado por Serrano, 2008, p. 83).

A avaliação é

“o processo de identificar, obter e proporcionar informação útil e descritiva acerca do valor e mérito das metas, a planificação, a realização e o impacto de um objecto determinado, com o fim de servir de guia para tomada de decisões, para solucionar os problemas de responsabilidade e promover a compreensão dos fenómenos” (Stufflebeam, 1971, citado em Monteiro, 1996, p.138).

A avaliação é também o “conjunto de procedimentos para julgar os méritos de um programa e fornecer uma informação sobre os seus fins, as suas expectativas, os seus resultados previstos e imprevistos, o seu impacto e os seus custos” (Kosecoff & Fink, 1982, citados por Monteiro, 1996, p.138)

A avaliação é de extrema importância nos projetos de intervenção social, pois,

“deverá ser igualmente considerada como o elo de ligação entre a acção já desencadeada e a perspectivação de acções futuras, num processo colectivo de aprendizagem contínua e na procura de uma optimização quantitativa e qualitativa das intervenções. Procura-se com o exercício de uma avaliação aprender com a experiência, bem como integrar em acções futuras os conhecimentos adquiridos ao longo do processo já desenvolvido” (Monteiro, 1996, p. 138).

A avaliação desenvolve-se ao longo da construção e do desenvolvimento do projeto. O modelo de avaliação escolhido foi o Modelo de Avaliação, Contexto, Input, Processo e Produto, designado de Modelo CIPP, de Stufflebeam e Shinkfield (1995), que se baseia numa avaliação contínua e progressiva ao longo do processo de desenho e desenvolvimento de um projeto social. A avaliação, é então, “concebida para promover o desenvolvimento e ajudar as pessoas responsáveis por uma instituição a obter e utilizar uma informação contínua e sistemática com o fim de satisfazer as necessidades mais importantes ou, pelo menos, fazer o possível com os recursos que dispõe” (Stufflebeam & Shinkfield, 1995, p.190). Neste modelo de avaliação é

realizada a avaliação do contexto, a avaliação de entrada, a avaliação de processo e a avaliação de produto.

A escolha pelo modelo de avaliação CIIP para a avaliação de projetos de intervenção social, prende-se com o facto de procurarmos um modelo de avaliação que vá ao encontro dos princípios da metodologia de Investigação Ação Participativa que orienta a nossa intervenção. Assim, a escolha por um modelo de avaliação qualitativa surge pela “articulação entre investigação e acção” (Beaudoin et al., 1986, citado por Monteiro, 1996, p.143). É de ressaltar que uma das especificidades deste modelo de avaliação prende-se com o facto de estar presente em diversos momentos da ação, procurando construir “uma visão globalizante e multidimensional da intervenção, contemplando não só a adequação dos resultados obtidos aos objectivos previstos, como igualmente um questionamento sobre o sentido da acção e a integração de factos não esperados ou imprevistos (Monteiro, 1996, p.145).

Na avaliação de contexto, o principal objetivo é identificar as potencialidades e as falhas de um projeto, de uma instituição, de uma população, assim como identificar os problemas, pois “qualquer que seja o objeto central, os resultados de uma avaliação de contexto deve proporcionar uma base sólida para a formulação de metas e prioridades, e para a verificação das mudanças necessárias” (Stufflebeam & Shinkfield, 1995, p. 196). Na avaliação de entrada, o objetivo principal é ajudar a construir um projeto com vista a realizar as mudanças necessárias, identificando as dificuldades, as limitações e os recursos que podem ser mobilizados para o projeto. Assim sendo, “o propósito de uma avaliação de entrada é ajudar os clientes na consideração de estratégias e de programas alternativos no contexto das suas necessidades e circunstâncias do contexto, assim como desenvolver um plano que sirva aos seus propósitos” (Stufflebeam & Shinkfield 1995, p.197).

A avaliação de processo permite compreender como está a desenvolver-se o projeto, se está a corresponder ao planeado e se os recursos estão a ser utilizados de uma forma eficiente, permitindo, desta forma, realizar modificações no projeto. Avalia-se, ainda, como é que os participantes estão envolvidos no projeto e se este está a corresponder às suas necessidades. Assim, “a principal missão da avaliação de processo é obter informação que pode ajudar as pessoas a levar a cabo o programa tal como estava planeado ou, se considerar que o plano é inadequado, alterá-lo tanto quanto necessário (Stufflebeam & Shinkfield 1995, p.201).

A avaliação de produto pode ser realizada durante o desenvolvimento do projeto e no final. O principal objetivo desta avaliação é compreender de que forma o projeto correspondeu às necessidades das pessoas. Esta avaliação deve refletir sobre os resultados desejados e não

desejados, bem como sobre os resultados positivos e negativos. Assim sendo, “a utilização de uma avaliação de produto é determinar se um programa concreto merece prolongar-se, repetir-se ou ampliar-se. Também deve ser um guia para modificar o programa com o fim de servir melhor as necessidades de todos os membros interessados (Stufflebeam & Shinkfield, 1995, p.203).

CAPÍTULO 2. O CONTEXTO DE INTERVENÇÃO

2.1 UM CENTRO SOCIAL

Esta instituição situa-se na cidade do Porto, mais concretamente na Freguesia de Paranhos. Este é constituído por dois pólos, um dos pólos contempla as valências de Lar, Centro de Dia, Cantina Social, Apoio Domiciliário e a Unidade de Promoção e Autonomia. O outro pólo, em que foi desenvolvido este projeto, contempla três valências: Creche, para bebés dos 4 meses aos 3 anos, Centro Comunitário para toda a população e um Centro de Atividades de Tempo Livre para crianças/jovens dos 6 aos 15 anos (Centro Social (CS), 2011-2014) .

Em termos de estrutura física, o Centro de Atividades de Tempo Livre situa-se na cave (piso 0). Em relação aos espaços físicos, existem três salas, três wc, uma carpintaria, um vestiário e um espaço de arrumos. O gabinete de Psicologia situa-se no piso 1 e a creche no rés-do-chão, constituída por três salas, pela copa, por um gabinete e por dois wc. O CC situa-se no piso 2 e é constituído por dois gabinetes e um wc. Existe, ainda, uma secretaria, um jardim, um pátio e um polivalente, situado no piso 2, que se destina à realização de atividades lúdicas e recreativas, bem como à realização de actividades formativas e pedagógicas. É uma área disponível para as diferentes valências/equipas desenvolverem as suas atividades, assim como para a realização de festas e outros eventos (CS, 2011-2014).

O projeto educativo da instituição entre 2011 a 2014 baseia-se no tema da “intergeracionalidade” “numa perspetiva de transmissão de saberes, experiências de vida, valores e princípios através da relação entre as crianças, adolescentes e idosos, sendo esta encarada como factor de inclusão e solidariedade social e bem-estar das pessoas” (CS, 2011-2014, p.3).

Procurámos compreender junto da Técnica de Serviço Social, coordenadora da valência de Centro Comunitário, a sua visão acerca da forma como a comunidade encara a instituição. Esta considerava que as pessoas da comunidade envolvente reconheçam a importância do trabalho desenvolvido e a sua importância para a comunidade, enunciando que, ao longo da sua existência, apenas uma vez a instituição tinha sido alvo de um assalto. Referiu, ainda, que as paredes da instituição estavam riscadas, sendo que a instituição tinha criado uma atividade para a qual tinha

contado com a colaboração de um profissional para pintar um grafite numa das paredes, muro esse que, até hoje, se encontra intacto, o que a técnica considerava ser um sinal de reconhecimento e valorização, realçando ainda que este mural era uma porta de entrada para o bairro.

Procurámos compreender, ainda, se a localização da instituição, perto de um determinado conjunto de bairros sociais, tinha sido propositada, mas, ao que compreendemos a sua localização partiu da existência de um terreno da paróquia, situando-se, porém, junto de um bairro social. Procurámos, ainda, entender se esse fator poderia, de alguma forma, fazer com que as pessoas da restante comunidade tivessem receio de frequentar a instituição, tendo compreendido, que, a instituição tinha tido alguma preocupação em não tornar esta estrutura num gueto, ou seja, com serviços exclusivamente para as pessoas dos bairros, que a instituição não exclus ninguém, acreditando que um público heterogéneo seria vantajoso para as pessoas e para a instituição. Desta forma, a instituição procurava ir ao encontro das necessidades das pessoas que a procuravam..

Estar em projeto permite observar comportamentos, atitudes e, ao longo deste processo de conhecimento do contexto, constatámos que os profissionais da instituição procuravam sempre, na presença de pessoas novas na instituição, realizar uma visita a todas as valências, de forma a dar a conhecer a instituição na sua íntegra, revelando, desta forma, a preocupação em dar a conhecer à comunidade as diferentes respostas que a instituição possui.

É de salientar que, em redor da instituição, existe um conjunto de bairros de habitação social onde reside a maioria dos indivíduos que usufruem dos serviços da instituição. Esta instituição é considerado, pela Técnica de Serviço Social, cordenadora da valência de CC, como a porta de entrada para o bairro. A sua localização junto de bairros de habitação social vai ao encontro do seu objetivo, enquanto instituição, pois, “poderá desempenhar um papel fundamental para a consolidação e criação de laços a nível local, do bairro, do grupo, e assim reforçar o “laço social” onde são vividas as relações e onde podem ser descobertas as soluções (Bonfim, Curto, Abrantes, & Ferreira, 2000, p.5). Não é só importante conhecer a instituição, como também, o contexto envolvente à instituição, com o intuito de analisarmos o impacto do contexto no funcionamento da instituição e qual a pertinência do surgimento desta resposta social neste contexto. Não só é importante conhecermos as pessoas e a sua realidade particular, mas também, é importante conhecermos o contexto em que estão inseridas, o meio envolvente. Assim, nas redondezas da instituição destacamos algumas instituições, Escolas Básicas e Secundárias e outros Centros Sociais, com valências como Apoio domiciliário, CATL e Creche.

2.1.1 Valência: Centro Comunitário

Um Centro Comunitário,

“é uma estrutura polivalente onde se desenvolvem serviços e actividades que, de uma forma articulada, tendem a constituir um pólo de animação com vista à prevenção de problemas sociais e à definição de um projecto de desenvolvimento local, colectivamente assumido (Bonfim, et al., 2000, p. 7).

A valência de CC é constituída por dois serviços: o CC, cuja equipa técnica é formada por uma Técnica de Serviço Social que assume, também, a função de coordenadora da valência, e pelo Gabinete de Psicologia, cuja equipa técnica é formada por dois psicólogos, um direccionado para a área clínica e o outro para a área educativa. O objetivo desta valência, de acordo com o documento institucional “Projeto de Funcionamento da Atividade” é “apoiar as famílias e a comunidade no desempenho das suas funções e responsabilidades, reforçando a sua capacidade de integração e participação social” (Centro Social (CS), 2012, p.4). Ao analisarmos o objetivo que norteia a intervenção de um CC, compreendemos a existência de alguns pilares da intervenção comunitária, as famílias, a comunidade, a capacidade de integração e de participação social, ou seja, a vida da comunidade, os seus problemas, as suas necessidades, procurando, na sua intervenção, promover o desenvolvimento de cada indivíduo e, conseqüentemente, o desenvolvimento da comunidade como recurso para nela encontrar as soluções dos seus próprios problemas. Surge, assim, o desenvolvimento comunitário. Neste sentido, um CC, tem responsabilidade na promoção deste desenvolvimento, dado que o seu propósito incide na

“organização de respostas integradas, face às necessidades globais das populações, numa função de carácter preventivo e de minimização dos efeitos de exclusão social, assumindo-se também como agente dinamizador da participação das pessoas, famílias e grupos sociais, factor de desenvolvimento local, social e de promoção da cidadania” (Bonfim, et al., 2000. p. 5).

Seguidamente, apresentamos os objetivos específicos desta valência, refletindo criticamente e relacionando aquilo a que se propõe, em termos teóricos, e a intervenção desenvolvida com a comunidade, resultado do processo de conhecimento da realidade, nomeadamente, da observação participante e das conversas intencionais com os diversos intervenientes no contexto.

Assim, segundo o documento institucional, “Projeto de Funcionamento da Atividade”, um dos objetivos é

“promover acções no âmbito da informação, atendimento e acompanhamento social que permitam: orientar e apoiar a população local no sentido da prevenção e/ou reparação de problemas geradores de exclusão social e ainda aprofundar o conhecimento da comunidade local, de forma a criar e/ou accionar os recursos necessários visando responder às necessidades concretas da população local” (CSA, 2012, p.4).

Enquadrado neste objetivo, salienta-se o Serviço de Cantina Social, gerido por esta valência e localizado na sede da instituição, e o acompanhamento às famílias beneficiárias no âmbito da medida de Rendimento Social de Inserção (RSI), cuja análise e descrição pode ser consultada em apêndice (Apêndice A). Neste objetivo específico enquadra-se, ainda, o acompanhamento realizado às famílias beneficiárias de RSI, que surgiu a partir da realização de uma parceria da instituição com a Equipa de Ação Social Porto Central. Em conversa com a Técnica de Serviço Social, que é também a Técnica de Acompanhamento destes agregados no âmbito da medida de RSI, esta parceria partiu da própria instituição que a considerou pertinente, atendendo a que, algumas famílias, que eram acompanhadas pela instituição no âmbito de outros serviços, se deslocavam à instituição, procurando esclarecer dúvidas sobre esta medida. Desta forma, foi proposta à direção a realização desta parceria, acreditando que a proximidade já existente com as pessoas seria um elemento facilitador que traria benefícios para a intervenção realizada. Neste sentido, importa refletirmos sobre o papel de um Centro Comunitário, pois este

“deve procurar incrementar e dinamizar um trabalho integrado, de nível descentralizado e de natureza pluridimensional, onde as estruturas oficiais e particulares que desenvolvem a sua acção a nível local, concertem a sua intervenção por forma a melhorar a situação económica, social e cultural das comunidades onde estão inseridas” (Bonfim et al., 2000, p.14).

Consideramos que a construção desta parceria é uma forma de a instituição criar uma maior relação de proximidade com a comunidade o que permite conhecer as suas necessidades e, conseqüentemente, possibilita à instituição o desenvolvimento de respostas adequadas às necessidades sentidas pelas pessoas. Neste sentido, o RSI “é, então, tanto mais eficaz quanto mais se aposta numa lógica de territorialização. Com efeito, cada região é conhecedora dos problemas e necessidades das suas populações, garantindo uma melhor distribuição das prestações (Rodrigues, 2010, p. 98).

Consideramos que a construção desta parceria, é, também, uma forma de responsabilizar as instituições locais pelo envolvimento com a comunidade, no sentido de contribuírem para uma distribuição dos recursos de uma forma mais equitativa e, conseqüentemente, serem responsáveis pela forma como a medida é desenvolvida no terreno, pois “o aumento da participação do poder local na gestão das políticas sociais é um segundo aspecto importante a ter em conta, não para desresponsabilizar o Estado, das funções que lhe competem, mas para que este último possa actuar com mais eficácia” (Rodrigues, 2010, p.101).

Os agregados familiares beneficiários da medida de RSI, acompanhados na instituição, residem nas proximidades desta, podendo ser encaminhados diretamente pela Equipa de Ação Social Porto Central ou, ainda, a pedido da Técnica de acompanhamento dos agregados. Esta última situação ocorre quando uma família, sendo beneficiária de algum serviço do CSA, e pelo facto de haver alguma proximidade com a técnica, coloca esta hipótese à equipa central. É de realçar que consideramos que a proximidade física da instituição à residência das famílias facilita a construção de uma relação de proximidade com a técnica de acompanhamento e as pessoas, pois “a gestão local das políticas sociais passa por munir os técnicos responsáveis (...) de competências sociais que lhes permitam suprir as burocracias que um projeto destes implica, tornando a relação entre o técnico e o beneficiário mais directa e diminuindo a assimetria de papéis entre ambos” (Rodrigues, 2010, p.101).

Após analisarmos o papel da instituição, mais concretamente da valência de CC no acompanhamento das famílias beneficiárias de RSI, procurámos compreender com as pessoas, a sua percepção acerca do acompanhamento por parte da instituição. Neste sentido, as pessoas revelaram-se satisfeitas com a forma como tinham sido acompanhadas, destacando a disponibilidade da Técnica de Acompanhamento para os atender e ajudar sempre que necessário. Por vezes, recorriam a uma comparação entre o acompanhamento na instituição e os que ocorreram em outras instituições, salientando que, nesses, poucas tinham sido as vezes em que a sua técnica de acompanhamento tinha solicitado um atendimento, sendo geralmente as pessoas a dirigirem-se à instituição quando precisavam de algum esclarecimento ou apoio.

Sendo estes agregados acompanhados pelo CC, no âmbito da sua integração na medida de proteção social, o RSI, consideramos importante esclarecer qual o objetivo da medida. Assim, o RSI “é um apoio para os indivíduos e famílias mais pobres, constituído por: um contrato de inserção para os ajudar a integrar-se social e profissionalmente; uma prestação em dinheiro para satisfação das suas necessidades básicas” (Instituto da Segurança Social; ISS, 2013, p.4) e é atribuído “às pessoas ou famílias que necessitam de apoio para melhorar a sua integração social e

profissional, que se encontrem em situação de carência económica grave” (ISS, 2013, p.4). Para este apoio, o valor é definido da seguinte forma: “por cada elemento do agregado familiar: pelo titular 178,15 (100%) do valor do RSI, por cada indivíduo maior 89,07 (50%) do valor do RSI, por cada indivíduo menor 53,44 (30%) do valor do RSI” (ISS, 2013, p. 4). Ou seja, um agregado constituído por dois adultos e uma criança pode receber mensalmente o valor de 320,66 euros.

Neste momento, importa conhecermos quem são estas pessoas que são acompanhadas pela instituição, no âmbito desta medida, os seus percursos de vida, os motivos que as levaram a integrar esta medida, os seus problemas, as suas necessidades, os seus desejos e as suas angústias. O facto de estarem integradas numa medida de protecção social diz muito pouco sobre as pessoas e sobre as suas vidas e só a partir de momentos de conversa, criados de forma intencional, criámos espaços e oportunidades para as pessoas se expressarem e se darem a conhecer, pois, só assim, poderíamos construir um projeto em conjunto. Tal como referido anteriormente, todos estes agregados residiam nos bairros envolventes da instituição e partilhavam o encontrarem-se numa situação de desemprego, sendo que, em alguns casos este era um desemprego de longa duração; noutros casos, tinha acontecido de forma repentina e existiam, ainda, alguns indivíduos que nunca tinham tido um vínculo formal ao mercado laboral. No que diz respeito às pessoas que tinham ficado desempregadas de uma forma repentina, o seu percurso profissional tinha sido realizado numa determinada empresa/fábrica que, por diversas vezes tinha encerrado e, com esse encerramento, as pessoas, tinham-se deparado com uma situação de despedimento. Perante esta situação, tinham recorrido ao subsídio social de desemprego e perante o término deste, doze meses, recorreram ao Rendimento Social de Inserção. Segundo informações retiradas dos processos, os indivíduos que se encontravam numa situação de desemprego de longa duração, situavam-se na faixa etária dos 40 aos 55 anos de idade. Relativamente aos indivíduos que nunca tinham tido um vínculo formal ao mercado laboral situam-se na faixa etária dos 20 aos 30 anos.

Além da situação de desemprego, como um dos motivos para integração nesta medida, surgiram ainda os problemas de saúde que impossibilitavam as pessoas de estarem inseridas no mercado laboral e, assim, não havendo outra forma de satisfazerem as suas necessidades básicas, são abrangidas por esta medida.

A partir de informações retiradas dos processos, verificou-se que a maioria dos agregados era composta por pessoas que viviam sozinhas, (seis agregados), por dois adultos e uma ou duas crianças menores (seis agregados), agregados formados por um adulto e por uma ou duas crianças menores (cinco agregados), agregados formados por dois adultos (companheiros) (dois

agregados), agregados formados por um adulto e um filho maior de idade (dois agregados) e agregados constituído por dois irmãos (dois agregados). A partir destes dados, podemos constatar que a maioria dos agregados, abrangidos pela medida, eram constituídas por pessoas que viviam sozinhas ou constituídos por dois adultos, ou apenas um (no caso das famílias monoparentais), e com a existência de filhos menores. A existência de filhos menores parecia ser um fator preponderante nos agregados que beneficiavam desta medida. Juntamente a este fator, juntava-se o facto de em alguns agregados os dois elementos do casal se encontrarem simultaneamente numa situação de desemprego.

O desemprego surgia como o ponto de encontro entre todas estas pessoas e, referido, por elas, nos momentos de conversa, o seu maior desejo, acreditando que, a partir do momento em que conseguissem um emprego, iriam alcançar a estabilidade financeira e emocional que desejavam, verbalizando “eu só quero ter um trabalho” ou, ainda, “se eu tiver um trabalho todo o resto fica bem”. Tendo em conta o exposto, torna-se pertinente refletir em torno do conceito de desemprego, podendo este ser definido como “uma situação associada à ausência de emprego ou de trabalho regulado por uma relação contratual que institucionaliza o trabalho em emprego” (Demazière, 1992, citado por Rodrigues, Samagaio, Ferreira, Mendes, & Januário, 1999, p.76).

É necessário distinguir dois grupos distintos de desempregados:

“se, por um lado, podemos falar dos desempregados ordinários, ou seja, actores estratégicos que adoptam comportamento diferenciados ligados à sua trajectória (e em que a assumpção de comportamentos ligados à situação de emprego alterna com outros próprios de uma situação de desemprego), é necessário definir distintamente e em contraposição os denominados desempregados de longa duração” (Demazière, 1992, citado por Rodrigues, Samagaio, Ferreira, Mendes, & Januário, 1999, p.76).

Nos desempregados de longa duração, encontramos indivíduos “não filiados, encarcerados numa situação de isolamento face a todo e qualquer campo de acção, que sofrem de uma incapacidade crónica de produzir práticas sociais estruturantes. A acção do desemprego provoca uma implementação gradual da ruptura com todas as ligações sociais, encerrando-os numa passividade inultrapassável” (Demazière, 1992 citado por, Rodrigues, Samagaio, Ferreira, Mendes, & Januário, 1999, p.76).

Ao nível das suas habilitações escolares, a maioria das pessoas possuía o 1º Ciclo do Ensino Básico, sendo que este nível de habilitação escolar encontrava-se com maior incidência nos indivíduos que se situavam na faixa etária dos 40 aos 55 anos, totalizando cerca de 10 indivíduos. Com o 2º Ciclo do Ensino Básico encontravam-se os indivíduos na faixa etária dos 26 aos 39 anos,

totalizando cerca de oito indivíduos. Com o 3º Ciclo, encontram-se quatro indivíduos, com idades entre os 18 e os 53 anos, e com o Ensino Secundário encontravam-se dois indivíduos, na faixa etária dos 30 anos. A partir desta análise, verifica-se que a maioria dos indivíduos apoiados por esta medida, encontram-se entre os 40 e os 55 anos e possuíam apenas o 1º ciclo, o que condicionava as oportunidades de trabalho, dado que possuíam baixas qualificações. Nos momentos de conversa com as pessoas, estas utilizavam expressões, como “eu até vou às entrevistas e veem que só tenho o 4º ano, dizem logo que é quase impossível conseguir o emprego”. Através do discurso das pessoas, verifica-se que estas sentiam que factores, como a idade e a pouca formação, são alguns dos entraves à reentrada no mercado de trabalho.

Assim, é importante compreendermos o que era realizado nos atendimentos entre os beneficiários da medida de RSI e a Técnica de Acompanhamento. Através da observação e participação em alguns atendimentos, verificou-se estes serviam essencialmente para a entrega de documentação, para a atualização de informação e para o esclarecimento de dúvidas. Nestes atendimentos, a Técnica de Acompanhamento procurava, com os agregados, ajudá-los a organizarem as suas vidas, no que diz respeito às suas despesas face aos rendimentos que possuíam e, ainda, na delimitação de estratégias para saldarem as suas dívidas.

A partir da criação de alguns momentos de encontro e de conversas intencionais com as pessoas, integradas na medida, procurámos compreender qual a sua visão sobre a medida e de que forma tinha contribuído para uma melhoria na qualidade de vida do seu agregado. As pessoas referiram que a medida os tinha ajudado financeiramente, pois, se não fosse esta ajuda, não teriam como pagar as suas despesas. Por outro lado, referiram que não era suficiente, utilizando expressões como “faço as compras para o mês e fico sem nada”, “não posso dar aos meus filhos o que gostaria de dar”. Expressaram, ainda, que a integração nesta medida provocava um sentimento de inferioridade e de humilhação, utilizando expressões, como “estar com o RSI só faz uma pessoa sentir-se pior” ou, ainda, “sinto-me pobre”, “há noites em que mal durmo a pensar na vida e nos problemas”. Outras pessoas não expressavam este sentimento de humilhação, referindo que “é um direito meu e eu necessito” ou, ainda, “trabalhei durante anos, agora que preciso, tenho o direito de receber”. Ainda neste sentido, quanto ao seu sentir em relação à integração nesta medida, algumas pessoas referiram “tenho vergonha de dizer que recebo o RSI”, devido à imagem da sociedade sobre essas pessoas, sendo essa imagem associada a pessoas que não se esforçam, ou, ainda, referindo, “tenho duas mãos para trabalhar e estou aqui sem poder fazer nada”. O discurso das pessoas revelava-nos, um pouco, a forma como se sentiam, e, assim, torna-se necessário refletir sobre os objetivos da medida, por um lado, um apoio monetário para

satisfazer as necessidades básicas e, por outro, o cumprimento de um contrato de inserção cujo objetivo incide na integração social e profissional. Ora, pelas expressões das pessoas, referidas anteriormente, o valor monetário não é suficiente para as suas despesas básicas e o facto de estarem integradas na medida, de alguma forma, condiciona a sua integração social, pois, a partir dos seus discursos, revelavam um sentimento de mal-estar com a situação em que as suas vidas se encontravam. Perante estes relatos das pessoas, parece que, tal como refere Rodrigues (2010),

“esta medida de política social não corresponde a uma remuneração pela existência dos sujeitos, mas pela existência de contingências negativas que fragilizam a existência dos mesmos; é portanto uma comparticipação que se alia a mecanismos paralelos de inserção social. Não é, pois, um rendimento «porque se existe», mas um rendimento «para existir», sempre que as dinâmicas sociais atraíam o trajecto de vida dos indivíduos” (Rodrigues, 2010, p. 95).

Tal como referido anteriormente, além do apoio económico, a medida de RSI exige que o agregado assine um contrato de inserção que consiste em um “conjunto de ações, estabelecidas de acordo com as características e condições do requerente e dos membros do agregado familiar, que tem como objetivo incentivar a autonomia das famílias, através do trabalho e de outras formas de integração social” (ISS, 2013, p.18), em apêndice, pode ser consultado a descrição do que é um contrato de inserção e a análise e reflexão em torno da intervenção desenvolvida pela valência com os agregados acompanhados pela valência (Apêndice B)

As pessoas que participaram neste projeto de Educação e Intervenção Social, eram muito mais do que beneficiários de uma medida protecção social e, desta forma, procurámos compreender, com as pessoas, as suas rotinas, a forma como organizavam e ocupavam o seu dia-a-dia e de que forma consideravam que a instituição poderia contribuir para uma melhoria na sua qualidade de vida. A partir destes momentos de partilha, verificou-se que uma pequena parte das pessoas ocupava uma parte dos seus dias com pequenos trabalhos que conseguia arranjar, como forma de aumentar o seu rendimento mensal. Outras pessoas referiram que o seu dia-a-dia era preenchido com tarefas, como: cuidar dos filhos, de familiares ou vizinhos e, ainda, com tarefas domésticas. Nestes momentos de exploração e de reflexão sobre o seu dia-a-dia, as pessoas expressaram que, por vezes, sentiam falta de um tempo para si, de terem momentos de diversão, de forma a esquecerem os problemas e as preocupações do dia-a-dia. Quando questionadas sobre o porquê de não criarem esses momentos para si, as pessoas referiram que, por um lado, não o faziam pelo receio de que alguém precisasse de si, por outro lado, não o faziam devido aos

poucos recursos económicos que queriam canalizar para as necessidades básicas, utilizando expressões como “sinto-me mal em sair de casa pois não posso beber um café ou uma água” ou ainda, “não vou porque isso exige uma viagem de autocarro e é mais uma despesa” APENDICE. A partir destes discursos compreende-se que os baixos recursos económicos eram um dos factores que levavam a que algumas destas pessoas centrassem o seu dia nas tarefas relacionadas com a casa e com os filhos.

A partir dos momentos de conversa com as pessoas, procurámos explorar, também, a sua rede de amigos, familiares, ou seja, se possuíam uma rede de pessoas com as quais pudessem usufruir de momentos de descontração e de diversão, por exemplo, ou, ainda, mesmo que tivessem essas relações, nesse momento, devido à situação em que se encontravam tinham-se afastado dessas redes. No que diz respeito, aos familiares, algumas pessoas referiram que tinham apoio da família, se se encontrassem numa situação de maior necessidade, porém, só recorreriam a estes como último recurso.

O CC promove, anualmente, um Programa de Informação/Sensibilização para os agregados beneficiários da medida de RSI que surge enquadrada no objetivo específico, segundo a documentação institucional, “promover acções de informação/sensibilização ao nível da transmissão de conhecimentos visando o desenvolvimento de competências pessoais e sociais, de acordo com as necessidades diagnosticadas” (CS, 2012, p.5). Segundo conversas com a Técnica de Acompanhamento, a instituição foi pioneira nesta iniciativa. Este programa surgiu a partir do primeiro ano de parceria do CC com a Segurança Social. Durante o primeiro ano de acompanhamento a estes agregados, a Técnica de acompanhamento sentiu que os agregados não conheciam os seus direitos, considerando que seria fundamental para estes agregados um maior conhecimento sobre a medida em que estavam incluídos, não só para estarem informados e esclarecidos, como também para estarem preparados para se defenderem. Em apêndice, pode ser consultado uma descrição, análise e reflexão em torno do Programa de Informação e Sensibilização, de 2014, (Apêndice C).

Nas primeiras sessões, foi possível verificar que, apesar de todos os indivíduos residirem próximo, não se conheciam entre si. Foi possível constatar, ainda que apenas uma pequena parte tinha estado presente no ano anterior. Desta forma, parecia que o grupo tendia a sofrer alterações constantes, o que consideramos que poderia dificultar a criação de laços entre as pessoas. Este dado foi reforçado quando, por exemplo, no mês de abril, cerca de 10 pessoas começaram a serem acompanhadas pela instituição, como beneficiários de RSI a serem acompanhados pela instituição.

Nos momentos de conversa com as pessoas, verificaram-se duas posturas distintas: por um lado, existia um conjunto de pessoas que referia que estas sessões tinham sido importantes devido aos conhecimentos que tinham mobilizado e que tinham trazido para o seu dia-a-dia, bem como referiram que era uma forma de “sair de casa”, por outro lado, existiam pessoas que referiam que tinham sido estas sessões eram “uma forma de controle das pessoas”, referindo que “se não fossem obrigadas não compareciam às sessões ou compareciam apenas àquelas cujos temas eram do seu interesse”. Referiram, ainda, que “ os temas são sempre os mesmos ” sugerindo que “os temas deveriam ser algo que contribuisse realmente para o seu dia-a-dia”.

Através da observação participante, ao longo das sessões do Programa de Informação e Sensibilização, a maioria dos participantes não participava nas sessões de forma ativa, algumas pessoas revelaram que “ não gosto do clima entre pessoas nas sessões” e ainda “não me sinto à vontade para expôr a minha opinião nas sessões”. Consideramos que estas expressões das pessoas, sobre o pouco envolvimento e participação nas sessões, revelavam que os temas poderiam não ser do interesse das pessoas e, ainda, que a falta de relação com as restantes pessoas não lhes permitia sentirem-se à vontade para expôr a sua opinião. No final deste programa, realizou-se uma avaliação junto dos participantes, através de um questionário (Anexo A), cuja análise encontra em apêndice (Apêndice D).

Após esta exploração em torno do sentir das pessoas sobre o programa e as sessões nas quais tinham que estar presentes, consideramos fundamental realçar a importância deste programa, como estratégia na construção de uma relação com as pessoas, que facilitou o conhecimento das suas percepções sobre a realidade. Consideramos que estas sessões constituem uma das potencialidades da instituição, por permitir que, no mesmo espaço, os beneficiários se juntem, se conheçam e, eventualmente, construam redes de amizade. Este foi considerado, por nós, um espaço, um momento privilegiado para conhecermos, interagirmos e construirmos uma relação de proximidade com as pessoas.

Face a esta análise, relacionando a opinião dos diversos intervenientes no contexto, compreendemos que a intervenção da instituição com estes agregados prende-se com os atendimentos, e com as burocracias que a medida envolve, e com o Programa de Informação e Sensibilização dirigido às famílias beneficiárias de RSI, não existindo uma intervenção direcionada para as necessidades e para os desejos das pessoas, uma intervenção que contribua para uma melhoria da qualidade de vida das pessoas e que complemente o apoio económico que a medida oferece.

Relativamente ao objetivo específico da valência de CC, “dinamizar acções de formação em parceria com entidades públicas e/ou privadas visando o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais, de acordo com as necessidades diagnosticadas” (CS, 2012, p.5), são promovidas Unidades de Formação de Curta Duração, com a colaboração de algumas entidades, como o Centro de Serviços e Apoio às Empresas (CESAE), com temas como: Informática, nomeadamente folha de cálculo – excel, Comunicação Interpessoal e Instalação e Configuração de base de dados. Estas ações geralmente destinam-se a indivíduos desempregados e com o 9º ano de escolaridade, são participadas por alguns indivíduos beneficiários da medida de RSI, perante sugestão da técnica e, ainda, por indivíduos da comunidade que estejam interessados. Verifica-se que o conjunto de pessoas que pode participar nestas unidades é muito reduzido, apenas quatro indivíduos, pois como habilitações o 1º e o 2º ciclos do Ensino Básico. Desta forma, surgem algumas questões: Que promove o CC, para dar resposta às necessidades de formação de todos os indivíduos, nomeadamente, dos que possuem apenas o 1º ciclo?

Pois, atendendo a que, as formações promovidas pelo CC são, na sua maioria, dirigidas exclusivamente para pessoas com o 9º ano de escolaridade, se a maioria das pessoas acompanhadas pela valência, no âmbito do RSI, possui apenas o 1º e o 2º ciclo, é necessário refletirmos que oportunidades ao nível de formação a instituição oferece a este grupo de pessoas, para que, assim, a formação, constituía também, para estas, uma oportunidade para continuar ativo e para desenvolver algumas competências que lhes facilitem a reintegração no mercado de trabalho. Por outro lado, é de salientar, a importância da componente de formação, promovida pelo CC, para a comunidade em geral, na medida em que, é uma forma de trazer novas pessoas da comunidade para a instituição.

Este tipo de unidades de formação possui uma bolsa de formação para despesas de alimentação e de transporte. Através da observação em contexto de atendimento, foi possível verificar que a Técnica incentiva a participação das pessoas neste tipo de formações, no sentido de, por um lado, adquirirem conhecimentos e, por outro lado, como mais uma possibilidade de obterem um apoio complementar a nível económico. Na opinião da Técnica, os temas das unidades de formação vão ao encontro das necessidades e dos interesses dos indivíduos, pois existe um conjunto de pessoas que mantém a sua participação em todas as formações desenvolvidas, sugerindo temas para as formações seguintes. Este interesse dos indivíduos nestas formações pode ser compreendido de duas formas: por um lado, porque procuram adquirir um maior leque de conhecimentos para, assim, estarem mais preparados para o mercado de trabalho; por outro lado, pode ser apenas uma forma de estarem ocupados, podendo os temas das

formações não irem ao encontro das suas necessidades formativas. Procurámos compreender, com as pessoas, qual a sua motivação para a participação nestas unidades de formação, sendo que o factor preponderante, salientado pelas pessoas, foi o factor económico. Além deste fator, salientaram também a atualização de conhecimentos, o sentirem-se ocupadas, referindo no seu discurso, ser uma forma de “adquirir mais conhecimentos”, “uma forma de estarmos ocupados”, “uma forma de conhecermos novas pessoas”; por outro lado, pela ajuda a nível monetário, através do subsídio que a entidade formadora fornece.

Através da observação de alguns destes momentos de formação, algumas pessoas, beneficiárias de RSI, criaram relações de amizade com outras pessoas da comunidade, pois, como referido anteriormente, apesar de todas estas pessoas viverem próximas ou, até, no mesmo bairro, muitas delas conheciam apenas, não existindo uma relação muito próxima entre elas. Estas unidades de formação contribuem, também, para que se formem laços entre as pessoas.

Segundo a Técnica, estas unidades de formação, além de permitirem uma atualização de conhecimentos, permitem às pessoas criar novas relações de amizade, pois a perda do emprego e, conseqüentemente, das relações de trabalho geram um “sentimento de vergonha acaba por afastá-lo das suas redes de amigos com os quais já não se sente em sintonia. (...) Daí a importância de lutar contra este isolamento reintegrando a pessoa em redes: gabinetes de procura de emprego, grupos de re dinamização, sequências de agrupamento, redes de trocas e de saberes, inserção na vida associativa (...). O acolhimento e o facto de se pôr as pessoas em relação com outras podem ser um procedimento determinante para permitir aos indivíduos permanecerem com a cabeça fora de água” (Gilbert, 2004, citado por, Clavel, 2004 p.73). Estas unidades de formação são também consideradas, pela Técnica, como uma forma de as pessoas criarem uma rotina que perderam quando da situação de desemprego, pois é importante compreendermos que

“a perda de emprego induz o desaparecimento de ritmos quotidianos ou semanais (...). O desaparecimento progressivo destas referências desorienta e desestrutura a personalidade já fragilizada; mais ainda, induz hábitos difíceis de combater quando se recomeçar numa nova situação de trabalho. Daí o interesse dos dispositivos intermédios que favorecem uma retoma progressiva dos ritmos de trabalho (associação mediadora, empresa de inserção, formação) e que incluem uma acção de acompanhamento” (Clavel, 2004, p.72)

Estas unidades de formação de curta duração são, assim, abertas à comunidade e são divulgadas de duas formas: por um lado, a Técnica procura contactar as pessoas que já passaram

pelo CC e que possuam os requisitos e, geralmente, contacta-as telefonicamente no sentido de averiguar se estão interessadas; por outro lado, porque os participantes trazem alguns conhecidos e amigos que se encontram na mesma situação.

O CC segundo a Técnica, como uma resposta para a comunidade, procura criar as oportunidades para dar resposta às necessidades da população. Desta forma, não espera pelas oportunidades criadas pelo Instituto de Emprego, criando as suas próprias alternativas, o que consideramos fundamental para toda a comunidade que vivencia o problema social do desemprego. De acordo com a observação e participação no dia-a-dia da instituição, verifica-se que existem indivíduos que, constantemente, estão envolvidos em formações. Porém, essas formações não mostram resultados ao nível do emprego, pois os indivíduos encontram-se ainda em situação de desemprego, alguns até de longa duração. Consideramos que a motivação que prevalece com maior ênfase é o apoio a nível monetário e o facto de manter as pessoas ocupadas com algo. Consideramos, assim, que as pessoas participam, não tanto pelos conhecimentos que irão obter, ou pelo tema ser do seu interesse, mas porque têm necessidade de se sentirem ocupadas e a realizarem algo.

Consideramos que o CC tem, assim, um papel fundamental, na medida em que constrói oportunidades para as pessoas e, desta forma, procura complementar a intervenção realizada em contexto de atendimento de forma a promover a sua integração social. Desta forma, a inserção social remeterá, assim, para o

“duplo movimento que leva, por um lado, as pessoas, famílias e grupos em situação de exclusão social e de pobreza a iniciar processos que lhes permitam o acesso aos direitos de cidadania e de participação social e, por outro lado, as instituições a oferecerem a essas pessoas, famílias e grupos reais oportunidades de iniciar esses processos, disponibilizando-lhes os meios, dando-lhes apoio” (Cies/Ceso I & D, 1988; Capucha, 1998, citados por Rodrigues, et al., 1999, p.79).

Em relação ao objetivo específico, da valência de CC, “dinamizar e envolver os parceiros locais e fomentar a criação de novos recursos, através de dinâmicas interinstitucionais e intergeracionais que favoreçam a animação, o reforço de laços comunitários e a identidade social dos diferentes grupos-alvo” (CS, 2012, p. 5), tendo em conta a intervenção desenvolvida pela valência, a construção de parcerias na Intervenção de um CC é fundamental, dado que, para que consiga desenvolver a sua intervenção com a comunidade, é necessário conhecer a comunidade, os seus recursos, as suas potencialidade, as instituições, os diferentes grupos, envolvê-los na vida da instituição e, conseqüentemente, a instituição envolver-se na vida da comunidade. Assim sendo,

existe um conjunto de instituições que são parceiras constantes na intervenção realizada: o Centro de Serviços e Apoio às Empresas, a Junta de Freguesia de Paranhos, a Associação de Moradores do Bairro do Amial, a Obra Diocesana de Promoção Social (ODPS) Centro Social de S. Tomé, o Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP - S.Tomé) e Obra Diocesana de Promoção Social (ODPS) Centro Social do Regado (CS, 2012). Porém, além destas parcerias formais, descritas na documentação institucional, existem algumas parcerias de caráter informal. Através da participação no dia-a-dia da instituição, verificou-se que perante uma situação de urgência, ou seja, algo que o agregado está a necessitar, um apoio económico acrescido ou bens alimentares, o CC procura, através das instituições da comunidade, como, por exemplo, a Junta de Freguesia de Paranhos e as Conferências Vincentinas, prestaram apoio a nível alimentar e monetário a algumas famílias que se encontram em situação de dificuldade financeira. As Conferências Vincentinas consistem num grupo de pessoas da comunidade, ligado à Igreja dos Capuchinhos, que procura angariar algum dinheiro e bens materiais com o propósito de ajudar algumas famílias. O caráter informal no estabelecimento de parcerias é de extrema relevância, procurando que sejam “simples, desburocratizadas, que facilitem o diálogo, a participação e a decisão, que sejam flexíveis na procura de soluções para a resolução dos problemas ou para a criação de novas respostas” (Bonfim et al., 2000, p.9). Este pedido de apoio surge, na maioria das vezes, por solicitação da técnica, porém, também existem situações em que é a própria família a solicitar apoio diretamente, nomeadamente às Conferências Vincentinas, pois, “as pessoas tendem a procurar em primeiro lugar as fontes informais de apoio cujo uso aumenta os sentimentos de competência e controle sobre as suas vidas e potencia o compromisso de reciprocidade e da responsabilidade em cuidar dos outros” (Lopez, 2008, citado por Almeida & Fernandes, 2010, p.188). Segundo a Técnica de Serviço Social, as parcerias informais, têm sido parceiros muito importantes no seu trabalho com as famílias, pois conseguem responder, de forma mais rápida, às necessidades do agregado, com a ajuda dos parceiros locais, do que os serviços da Segurança Social. Aqui, é de referir a importância de um CC, na medida em que, através do conhecimento do que existe à sua volta, dos recursos existentes, estes podem ser mobilizados numa situação de necessidade, descentrando, desta forma, a responsabilidade da Segurança Social, de ajudar e, por outro lado, responsabilizando as instituições locais, a comunidade, pelo bem-estar dos outros e promovendo valores como a solidariedade e cooperação. Assim sendo, a relação entre os sistemas formais e informais é crucial, pois pretende-se que, “os sistemas formais fortaleçam os sistemas informais para que descubram novos recursos existentes na comunidade, potenciem a utilização dos mesmos e actuem como facilitadores dos grupos e colectivos que podem chegar a assumir

funções de apoio” (Garbarino, 1977; Litwak, 1978; Navarro, 2004 citado por Almeida & Fernandes, 2010, p.188).

Assim, quer o apoio formal ou informal, é fundamental na intervenção desenvolvida pelo CC, tornando-se essencial para as famílias, dado que o apoio social pode constituir-se como um dos factores de diminuição do risco social, pois “o apoio social como o processo pelo qual os recursos sociais que proporcionam as redes formais e informais de apoio permitem satisfazer às pessoas necessidades instrumentais e expressivas em situações quotidianas e de crise” (Lin & Ensel, 1989, citado por Almeida & Fernandes, 2010, p.188).

Enquadrado ainda no objetivo específico da valência, “dinamizar e envolver os parceiros locais e fomentar a criação de novos recursos, através de dinâmicas interinstitucionais e intergeracionais que favoreçam a animação, o reforço de laços comunitários e a identidade social dos diferentes grupos-alvo” (CS, 2012, p.5), o CC desenvolve algumas atividades no âmbito da animação comunitária, promovendo atividades para a comunidade. Estas atividades centram-se nos dias festivos, como, por exemplo, na celebração do Natal e no Dia Internacional da Mulher. Neste último, apesar do planeamento ter sido feito apenas pela valência, a comunidade possuiu um papel mais activo, pois foram convidadas algumas mulheres da comunidade para falarem sobre o que é ser mulher. O cartaz de divulgação deste evento pode ser consultado em anexo (Anexo B). Nestes eventos, a valência pretende aproximar-se da comunidade e possibilitar à comunidade o acesso a determinados momentos culturais, de lazer e de convívio com outras pessoas. Para estes momentos são convidadas algumas pessoas da comunidade. Estes convites, de acordo com a nossa observação, foram feitos pessoalmente a alguns agregados beneficiários da medida de RSI, bem como a algumas pessoas da comunidade e as entidades parceiras. O convite aos agregados beneficiários de RSI, foi considerado pela sua Técnica de Acompanhamento, uma forma de as pessoas compreenderem que o CC não os chama apenas para tratar de assuntos relacionados com RSI. Quanto às entidades parceiras, foi uma forma de estreitar a relação e manter a colaboração entre as instituições.

É necessário compreendermos o que se pretende da Animação Sócio – Cultural no âmbito de um CC, sendo o

“conjunto de acções sistemáticas, deve ser, essencialmente, um processo evolutivo de aprendizagem, que se traduz na aquisição e desenvolvimento de atitudes e comportamentos com vista ao exercício pleno da cidadania. Centra-se, basicamente, na consciencialização dos indivíduos, famílias e grupos considerados como um todo, despertando neles a convicção das suas capacidades/potencialidades, no sentido de

responder às suas necessidades e solicitações da comunidade em que estão inseridos”
(Bonfim, 2000, p. 13).

A animação tem como objetivos, promover o associativismo, prevenir situações de exclusão social, reforçar o sentimento de pertença, motivar a comunidade para o desenvolvimento e para a mudança e desenvolver competências sociais e pessoais (Bonfim et al., 2000).

Consideramos estas atividades, de caráter pontual, uma forma de envolver as pessoas com a instituição e, também, uma forma de proporcionar momentos lúdicos à comunidade que geralmente não consegue ter acesso a este tipo de atividades, devido aos poucos recursos económicos. É de salientar que a maioria das pessoas é receptiva ao convite que lhes é dirigido. A opinião dos participantes nestas atividades é crucial, para compreendermos a sua pertinência. Assim, as pessoas expressaram que estes momentos tinham sido importantes, pois tinham-lhes permitido sair de casa e passar momentos agradáveis e diferentes no seu dia-a-dia.

Estas atividades são realizadas apenas em momentos pontuais, pois, segundo a Técnica, o CC não possui recursos humanos para desenvolver esta área, considerando a Técnica que investir na área da Animação é uma das necessidades da valência. O Psicólogo da instituição também partilha desta opinião, que investir nesta área é fundamental, considerando que estas atividades devem ser sempre realizadas com intencionalidade subjacente.

Esta dimensão na intervenção de um CC, é de extrema pertinência, tanto para a concretização dos objetivos, enquanto instituição, como, para o desenvolvimento da comunidade pois,

“ centradas na perspectiva individual, familiar e de grupo, onde prevalecem a relação inter-pessoal e as metodologias de grupo, constituem o motor para o desenvolvimento de acções/projectos que geram, localmente, possibilidades de melhoria das condições de vida das comunidades, promovendo o desenvolvimento local” (Bonfim et al., 2000, p. 13).

A valência de CC contempla ainda um Gabinete de Psicologia, aberto à comunidade, enquadrando-se no objetivo específico, “disponibilizar um gabinete de psicologia, aberto à comunidade, visando dar resposta às situações-problema a carecer de apoio no âmbito da psicologia”(CS 2012, p.5). Neste sentido, neste Gabinete de Psicologia são acompanhadas algumas crianças da valência de CATL, algumas famílias beneficiárias de RSI e pessoas da comunidade que não usufruem de outros serviços da instituição.

Segundo o Psicólogo da instituição, as pessoas chegam a este serviço por sugestão das entidades parceiras e pela divulgação do Gabinete de Psicologia pela comunidade. Considerou,

ainda, que a instituição dá uma resposta ao nível da saúde mental que não é inserida num contexto hospitalar, mais rápida, com uma frequência de consultas mais regular e que, num curto espaço de tempo, as pessoas sentem melhoras no seu estado. Apesar da proximidade poder ser um fator favorável, o Psicólogo considerou que existem pessoas, residentes em zonas mais distantes, e que usufruem, também, deste serviço, pelo que não considera a proximidade o fator com maior relevância. Sendo este gabinete aberto a toda a comunidade, segundo o Psicólogo, cerca de 30% dos indivíduos acompanhados pelo Gabinete de Psicologia correspondem a pessoas da comunidade que não beneficiam de outro serviço da instituição.

Em relação às famílias beneficiárias de RSI, geralmente a proposta parte da Técnica de Acompanhamento do agregado que, no atendimento realizado, compreende que algum elemento da família necessita deste apoio, revelando alguma desorganização mental, pouca auto-estima e falta de vontade para investir no futuro. Geralmente, esta proposta parte da Técnica, porém, algumas vezes, surge por iniciativa dos indivíduos. Quanto à receptividade dos indivíduos à proposta de serem encaminhados para o Gabinete de Psicologia, a partir dos momentos de observação em contexto de atendimento, verificou-se que, perante esta possibilidade, os indivíduos, primeiramente, apresentavam receio, porém, nesta situação a sua Técnica de Acompanhamento procura esclarecer qual o objetivo das sessões e como é que estas desenvolvem-se. Através da participação nos atendimentos realizados a estas famílias, tivemos a possibilidade de conhecer, um pouco, algumas famílias, o seu contexto familiar, os problemas com os quais se deparavam atualmente, muitos destes causados pela situação de desemprego em que todos estes agregados se encontravam. No que diz respeito, ainda, aos percursos de alguns destes agregados familiares, verificámos, que algumas famílias encontraram-se numa situação de desemprego, de uma forma repentina, o que os obrigou a se exporem e pedirem apoio a conhecidos ou instituições, perdendo, assim um determinado estatuto e poder económico que até então possuíam.

Alguns indivíduos mencionaram, em contexto de atendimento, face a esta possibilidade, que já lhes tinha sido proposto serem acompanhados por um Psicólogo, porém, por ser em locais como, por exemplo, o hospital, não tinham aceite. Porém, consideramos que, para as pessoas, a proximidade da instituição às suas residências facilitava a disponibilidade para este apoio. Desta forma, dos indivíduos beneficiários da medida de RSI, cerca de oito encontram-se em acompanhamento psicológico. Os motivos subjacentes ao encaminhamento dos indivíduos para acompanhamento psicológico, segundo conversas com a Técnica de Serviço Social e a partir da prendem-se com a instabilidade emocional provocada pela situação de desemprego, pelos poucos

recursos económicos e pelas situações de endividamento. Nos momentos de conversa com as pessoas que eram acompanhadas pelo Gabinete de Psicologia, procurámos compreender a forma como se tinham sentido nestas sessões. As pessoas referiram que estes momentos tinham sido importantes, pois aquele era um espaço que tinham para falarem, revelando que, ter um espaço para falarem dos seus problemas, das suas inquietações era algo de que sentiam necessidade, utilizando expressões como “agora já durmo melhor”, “saio das sessões mais aliviada”. Quando, por algum motivo, as sessões eram canceladas as pessoas geralmente ficavam muito desiludidas revelando que a expectativa que tinham nestas sessões era elevada.

Segundo a opinião do Psicólogo, relativamente aos problemas que as famílias beneficiárias de RSI trazem, estes incidem a nível social, nos baixos rendimentos, na dificuldade no acesso a outras estruturas, no défice de oportunidades, na baixa escolaridade, enquanto que, ao nível psicológico, se destacam os distúrbios de humor e de ansiedade com as questões relativas à auto-estima e ao auto-conceito subjacentes. Os efeitos da perda de emprego vão, assim, mais além do que a perda de poder económico, do acesso a determinados bens e serviços, uma vez que uma ocupação laboral é uma dimensão fundamental na vida dos indivíduos e quando esta é afetada influencia todas as dimensões da vida do indivíduo, assim como, a sua saúde física e psíquica, neste sentido, segundo Chen et al, (1994, citado por Rodrigues, Samagaio, Ferreira, Mendes & Januário, 1999, p. 76) “por um lado, a situação de desemprego provoca stress psicológico, afetando claramente a sua integração social, dado que, o trabalho surge como forma de rendimento e como uma base para a auto-estima do indivíduo. Por outro lado, a experiência de perda de emprego, tem implicações na saúde física e mental, pois gera um sentimento de incerteza no indivíduo sobre o seu futuro”

No que se refere à disponibilidade dos indivíduos beneficiários de RSI, quando encaminhados para este apoio de ordem psicológica, estes são obrigados, pelo contrato de inserção que assinam, a comparecer às sessões. É importante refletir se a obrigatoriedade poderá ser um fator que impeça a disponibilidade e o envolvimento das pessoas nas sessões. Porém, de acordo o Psicólogo, acabavam por esquecer a questão da obrigatoriedade porque compreendiam a pertinência do apoio para o seu bem-estar, revelando ainda que, na maioria das vezes, as pessoas eram assíduas às sessões e, por vezes, ligavam para a instituição apenas para confirmar a hora da sessão. Relativamente a este interesse e pertinência que as pessoas atribuíam a este apoio, através da observação, foi possível verificar que, por vezes, acontecia as pessoas faltarem às convocatórias da Técnica de Acompanhamento no âmbito da medida de RSI e, no mesmo dia, comparecerem à sessão do Gabinete de Psicologia, o que, consideramos que mostra a

importância que as pessoas atribuíam às sessões e, por outro lado, o desagrado face à obrigatoriedade de comparecerem às convocatórias da Segurança Social, no âmbito da medida de RSI. Em relação ao desenvolvimento das sessões, segundo o Psicólogo, nas primeiras sessões as pessoas traziam o receio de que o Psicólogo revelasse à Técnica de Acompanhamento o que era abordado nesse espaço, o que é logo, desde a primeira sessão, desmistificado.

Após a apresentação do que a valência se propõem em termos de intervenção, importa compreender, enquadrar e relacionar com os objectivos que a Segurança Social estipulou para este tipo de serviços. Assim, os objetivos específicos prendem-se com:

“constituir um pólo de animação gerador de dinâmicas locais; fomentar a participação das pessoas, das famílias e dos grupos; dinamizar e envolver os parceiros locais e fomentar a criação de novos recursos; desenvolver actividades dinamizadoras da vida social e cultural da comunidade; promover a inserção social de pessoas e grupos mais vulneráveis; criar condições para responder às necessidades concretas da população; gerar condições para a mudança (Bonfim et al., 2000, p. 10).

É importante conhecermos, de uma forma mais aprofundada, as pessoas que contribuíram para o conhecimento da realidade, e que, contribuíram para a construção do desenho e desenvolvimento do projeto. Este conhecimento é fundamental, pois conhecendo cada uma das pessoas, compreendemos melhor a pertinência dos elementos apresentados, a realidade e, acima de tudo, damos a conhecer os verdadeiros protagonistas de um projeto social, as pessoas e os seus projetos de vida. Assim, em apêndice, apresentamos uma caracterização individual de cada um dos participantes, o seu percurso, o seu projeto de vida, as suas motivações, as suas necessidades, as suas inquietações, os seus objetivos, ou seja, procuramos apresentar as pessoas tal como elas eram, recorrendo à relação de proximidade e de confiança construída com elas, que nos permitiu, enquanto investigadores, falar sobre elas (Apêndice E) .

Tendo em conta a análise da intervenção desenvolvida pelo CC, dos objetivos a que se propõe, juntamente com a opinião de todos os intervenientes no contexto, estamos capazes de apresentar a avaliação de contexto, um dos momentos de avaliação do Modelo CIIP, proposto por, Stuffbeam e Shinkfield (1995).

2.2 AVALIAÇÃO DE CONTEXTO: PROBLEMAS E NECESSIDADES

A avaliação “está presente em todo o esboço de uma intervenção, desde a identificação de necessidades até aos objectivos traçados para a intervenção, o processo da sua realização ou execução e a etapa final dos resultados” (Serrano, 2008, p. 81). Assim, o modelo de avaliação utilizado para avaliar as diversas fases do projeto, tal como referido anteriormente, foi o Modelo CIPP, apresentado por Stufflebeam e Shinkfield (1995).

O propósito de uma avaliação de contexto é identificar e analisar as virtudes e os defeitos de um determinado projeto ou instituição, identificar os problemas e construir uma proposta para melhorar a sua intervenção. Esta avaliação procura ainda analisar as metas e as prioridades existentes, num determinado projeto ou instituição e as necessidades da comunidade (Stufflebeam & Shinkfield, 1995). Esta avaliação é realizada após o estudo da realidade e é prévia à formulação de um projeto. Avalia-se o contexto e a realidade sobre a qual se procura intervir e realiza-se um diagnóstico das necessidades. Esta avaliação contribui para a tomada de decisões sobre a planificação da intervenção (Cembranos, et al., 2010).

A avaliação das necessidade procura responder a questões como: Quem participa na análise da realidade? Qual a percepção social e a explicação da realidade por parte das pessoas implicadas no projeto? Existe uma diferença entre o discurso aparente e o discurso latente sobre a realidade em estudo? (Cembranos, et al., 2010). Neste momento, surge a necessidade de fazer uma priorização de necessidades. Esta priorização assenta em alguns critérios, a relevância/transcedência/gravidade, quando “a necessidade impõem-se a si mesma”, imediatez, “dar prioridade àqueles que têm um efeito imediato, capaz de quebrar um círculo vicioso, de motivar em situações de desalento” eficácia, “dar prioridade áqueles que são mais facilmente alcançáveis, tanto pela vontade percebida, como pelo consenso alcançado (...)” responsabilidade, “dar prioridade áqueles que são da competência directa do responsável ou que, sendo da responsabilidade de outros, estes demonstrem uma evidente disposição para colaborar” (Just (1992, citado por Serrano, 2008, p. 33)

A análise de contexto apresentada remete-nos para uma intervenção de carater assistencialista com reduzida participação e envolvimento das pessoas com a valência e, conseqüentemente, com a instituição. Porém, é de salientar a importância desta dimensão assistencialista para estas pessoas, pois existem necessidades que só através deste carater assistencialista podem ser satisfeitas. No entanto, é necessário que esta intervenção seja

acompanhada por outro tipo de intervenção, pois devemos ter em consideração que a “inserção social poderá passar pelo recurso regular ou esporádico aos serviços de acção social, estabelecendo-se uma situação de dependência, ou seja, de inferioridade social e de uma reduzida auto-estima. As populações ajudadas ou assistidas negoceiam a inferioridade do seu estatuto social. Isto significa que os assistidos não são meras vítimas manipuladas por um “sistema”, são antes actores sociais que dispõem de um espaço de manobra e de negociação” (Rodrigues et al., 1999, p.79). Neste sentido, surge aqui a necessidade de que a instituição e a valência se aproximem da comunidade, de forma a desenvolverem respostas adequadas às diversas necessidades da comunidade, ou seja, envolver a instituição com a comunidade de forma a que a valência, enquanto CC seja da comunidade e para a comunidade, pois um CC

“elege como alvo prioritário da sua acção a família e a comunidade, sem perder de vista a situação particular e específica de cada pessoa. Tem como princípio essencial a organização de respostas integradas, face às necessidades globais das populações, numa função de carácter preventivo e de minimização dos efeitos de exclusão social, assumindo-se também como agente dinamizador da participação das pessoas, famílias e grupos sociais, factor de desenvolvimento local, social e de promoção da cidadania” (Bonfim et al., 2000, p. 5).

A procura sobre a percepção das pessoas acerca dos seus problemas, das suas necessidades, sobre a sua opinião em torno do trabalho realizado pelo CC face às suas necessidades, foi realizada nos atendimentos e através de algumas conversas com algumas destas pessoas, e na realização de um encontro com algumas das pessoas. Em apêndice pode ser consultado o registo do encontro (Apêndice F).

O problema sentido por estas pessoas incidia nos efeitos que a situação de desemprego, em muitos casos, de longa duração, trazia para o indivíduo, nomeadamente para o seu bem-estar emocional. Alguns indicadores permitiram-nos compreender a relevância deste problema para as pessoas, nomeadamente o seu discurso apresentado ao longo do conhecimento da realidade. Juntamente com este indicador, surge o facto de uma parte significativa das pessoas se encontrarem a ser acompanhada pelo Gabinete de Psicologia, no sentido de conseguir restabelecer-se e construir um novo rumo para a sua vida. O desemprego e o seus efeitos constituíram, assim, o principal problema destas pessoas, pois, tal como refere a literatura,

“se o trabalho dá recursos (salário), a perda de emprego acarreta um empobrecimento das pessoas ou das famílias. Isto pode traduzir-se por uma situação de precaridade, de sobreendividamento, etc. Mas o mais importante é que o estado de precaridade induz um sentimento de insegurança que, a termo, pode desencadear distúrbios psicológicos,

agressividade ou depressão, assim como comportamentos de sobrevivência nos quais o indivíduo se esgota. Em toda e qualquer luta contra a exclusão, o primeiro procedimento é, pois, o de assegurar às pessoas um mínimo vital o mais regular possível (...) para acabar com este sentimento de insegurança e para orientar a sua energia em direcção a um projecto a construir, na direcção de uma inserção social ou económica” (Clavel, 2004, p.72).

Neste sentido, a necessidade subjacente a este problema expressa pelas pessoas, era a de ocuparem os seus tempos livres com algo que promovesse o sentimento de estar a ser útil para a sociedade, pois

“o trabalho confere também um estatuto social. O desemprego ocasiona a perda deste estatuto, isto é, a perda de um reconhecimento social e de todo e qualquer sentimento de utilidade social. Daí a importância de voltar a dar um estatuto às pessoas, mesmo se este é transitório ou insatisfatório. Este estatuto é igualmente encontrado, por vezes, através das actividades de formação, remuneradas ou não. O importante é que as pessoas possam responder positivamente à questão: o que fazes?”(Clavel, 2004, p.73).

A metodologia que orienta a construção e desenvolvimento deste Projeto, é Investigação Ação Participativa e, assim sendo, um dos momentos cruciais numa avaliação de contexto é a devolução dos problemas e das necessidades às pessoas. Esta devolução ocorreu num encontro informal, na instituição, durante o qual, devolvemos às pessoas o conhecimento que tínhamos construído da realidade, a partir das opiniões de todos os atores do contexto, procurando ainda compreender com as pessoas a disponibilidade e a motivação para, juntos, construirmos e desenvolvermos um projeto. Neste sentido, o problema sentido e expresso pelas pessoas era o desemprego e, desta forma, as pessoas sentiam falta de ocupar os tempos livres, sentiam falta de se sentirem úteis, sentiam falta de terem momentos de diversão e de terem um espaço para socializarem. Após a devolução às pessoas dos problemas e das necessidades, procurámos compreender a opinião e a motivação de cada pessoa. Desta forma, as pessoas concordaram com o problema e as necessidades, acima referidas, acrescentando “precisamos de uma motivação para viver”. As pessoas mostraram motivação e disponibilidade para juntos construirmos um projeto, que fosse ao encontro das necessidades, anteriormente referidas. Nesta conversa, procurámos, ainda, compreender com as pessoas, o que gostariam de fazer? Como gostariam de ocupar os seus tempos livres? Que tipo de actividades gostariam de realizar? Neste sentido, as pessoas sugeriram a realização de uma minibiblioteca a partir de uma angariação de livros na comunidade, para que as pessoas da comunidade pudessem requisitar livros. Surgiu, ainda, por parte do grupo a ideia de realizar-se “excursões” pela cidade do Porto e, ainda, visitas a museus ou

outros espaços que não implicassem custos, em termos monetários. É de realçar que o grupo mostrou motivação e disponibilidade para construirmos um projeto, partindo das suas necessidades e de seus interesses, acima mencionadas, constituindo a motivação um primeiro passo para a mudança em Intervenção Social.

CAPÍTULO 3. A INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA, O SIGNIFICADO DO TRABALHO E DO DESEMPREGO NA VIDA DOS INDIVÍDUOS

3.1. COMUNIDADE, INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Uma comunidade é formada por um conjunto de pessoas que vivem num determinado espaço geográfico, sentindo-se parte dele. Os seus membros interagem entre si, partilham interesses, apoiam-se mutuamente “com o propósito de alcançar determinados objectivos, satisfazer necessidades, resolver problemas ou desempenhar funções sociais relevantes a nível local” (Ander-Egg, 1998, p.36). É assim, “um espaço de vida onde se concretizam os problemas, as necessidades, os projectos e as esperanças de um amplo grupo de pessoas que, a partir da sua organização em diversas instituições, pretendem dar respostas aos desafios do seu meio” (Caride, et al., 2007, p.132). É nela que os indivíduos interagem e se relacionam entre si, é um espaço da vida social em “que vivem e convivem com laços de solidariedade e intercâmbio de significados específicos do seu território, da sua língua e cultura e das suas vivências individuais e comuns. (...)”Constitui ainda “o suporte das formas de unidade familiar e social que se singularizam por uma convivência próxima e uma visão particular e partilhada da vida e do mundo” (Caride et al., 2007, p.132), e “é um dos principais factores de orientação psicossocial, através do qual se articula a identidade do indivíduo” (Caride et al., 2007, p. 97).

A comunidade tem as seguintes funções:

“socialização, transmissão e prática das normas culturais, o controlo social dos membros do grupo, a promoção da participação social e a integração dos indivíduos, a formação de uma identidade colectiva, a consolidação de laços de solidariedade que assegurem a estabilidade e a vivência das pessoas e da comunidade e a produção, distribuição e consumo de bens” (Caride, Freitas & Callejas, 2007, p. 134). No trabalho comunitário, é importante compreender “primeiramente, as comunidade e as pessoas como agentes de mudança, grupos e pessoas com capacidade de alterar a sua vida pessoal, os seus hábitos, atitudes, e comportamentos e de influenciar a dinâmica cultural (Freitas & Peres, 2006, Caride et al., 2007, p.140). Neste sentido, quando falamos em Desenvolvimento Comunitário, este refere-se a “um processo humano

dinâmico que se concretiza no tempo e espaço em que a participação e implicação dos elementos comunitários fundamentais (...) enquanto protagonistas e destinatários do processo” (Caride , Freitas & Callejas, 2007, p.122). É um processo que procura a mudança, o bem-estar social e uma melhoria da qualidade de vida social da comunidade, através da participação, de forma voluntária, consciente e responsável na resolução dos seus problemas (Mascareñas, 1996, citado por Caride, Freitas & Callejas, 2007), “a partir da optimização dos recursos que a comunidade possui e apenas obtendo do exterior aquela ajuda que necessita de modo específico” (Orduna, 2000, citado por Caride, et al 2007, p.123).

3.2 DO TRABALHO AO DESEMPREGO E OS SEUS SIGNIFICADOS

Dada a importância do trabalho para um indivíduo, na nossa sociedade, é fundamental compreendermos quais são os seus contornos, na vida de um indivíduo, numa família e quais as consequências que a falta deste pode trazer. O trabalho é definido como “... um esforço da mente e do corpo, realizado parcial ou totalmente com o propósito de obter algum benefício diferente da satisfação que deriva directamente do trabalho” (Jahoda, 1987, citado por Pardilhó, 2013, p. 29). Assim, é também considerado “ um local de reencontros e cooperação, “uma actividade onde se criam laços e marcado por uma forte convivialidade” (Loisin, 2006, citado por, Pardilhó, 2013, p.33). O trabalho é ainda apresentado como uma instituição de socialização, sendo que, para além da função económica, permite a construção de identidade, contribuindo para a construção de uma imagem de si próprio, assim como, contribui para a reconhecimento de um determinado estatuto social (Estramiana,1992, citado por Pardilhó, 2013, p.28).

Assim, a importância do trabalho é salientada por Blustein, 2013, (citado por Costa, 2003), na medida, em que, existem três conjuntos de necessidades a que o trabalho pode satisfazer: a necessidade de sobrevivência e de poder, na medida em que permite aos indivíduos a aquisição de bens materiais, de estatuto e de prestígio; a necessidade de ligação social, pois o trabalho possibilita a interação com os outros; e, por fim, a necessidade de auto-determinação, na medida, em que permite o envolvimento em atividades do seu interesse contribuindo para que o indivíduo encontre um significado para as suas vidas. Ainda neste sentido, Hall & Mirvis, 2013, (citado por Costa, 2013) salientam as recompensas extrínsecas do trabalho, como o acesso a recursos financeiros e sociais e o desenvolvimento de carreira e prestígio, e as recompensas intrínsecas do trabalho, mais concretamente a motivação e a autonomia. O trabalho possibilita o acesso a um rendimento económico, ao estabelecimento de relações sociais com pessoas fora da família, a

criação de uma rotina e de um horário e o desenvolvimento pessoal e social (Jahoda, 1982, citado por Ventura, 2013), ou seja, o trabalho é uma “fonte de satisfação de necessidades psicológicas, sociais e económicas” (Herr, Cramer & Niles, 2004 citado por Ventura, 2013, p.6).

A importância do trabalho e das suas funções na vida dos indivíduos é realçada, também, por Hanisch, (1999, citado por Sampaio, 2013, p.3), através do Modelo Funcional de Jahoda. Esta autora considera que uma situação de desemprego “afecta o bem-estar pessoal, uma vez que retira o sujeito das funções latentes que o trabalho proporciona”, pois impossibilita o acesso a determinadas regalias, nomeadamente a estruturação do tempo, a participação, ao contacto e a partilha de experiências com outras pessoas (Hanisch, 1999, Sampaio, 2013). O emprego “condiciona a relação alternante entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho”, a sua ausência, na vida dos indivíduos, provoca uma ruptura entre o tempo de trabalho, que possibilita o acesso a um rendimento mensal e ao tempo livre, destinado para a satisfação de necessidades como a de lazer. A privação de um emprego, e as diversas mudanças que esta situação traz para a vida dos sujeitos, impossibilita-os de participarem em ritmos coletivos, tais como as férias e os fins-de semana, sendo que a vida de um desempregado é marcada pela desestruturação do tempo e ainda pela desestruturação do espaço, na medida, em que, estar empregado permite ao indivíduo possuir determinadas referências, como o local de trabalho e o percurso até o trabalho e o desemprego implica o afastamento dessa referências ao nível do espaço (Caleiras, 2011, p. 72). O trabalho oferece assim ao indivíduo um sentimento de pertença “... aos ritmos espaço-temporais que é importante para o bem-estar dos indivíduos” (Loisin,2006, citado por Pardilhó, 2013, 2012, p.30), e a perda de um emprego bloqueia a sua participação na sociedade, através da perda do estatuto social e da identidade dos indivíduos que se sentem desvalorizados, humilhados, sendo que, estar desempregado, é sinónimo de estatuto inferior e de identidade desvalorizada e negativa” (Schnapper, 1981; Schnapper, 1998, citado por, Caleiras, 2011).

O desemprego é definido como “uma situação que envolve uma ausência de carga de trabalho, normalmente involuntária constitui-se como uma condição potencialmente adversa de trabalho, com implicações ao nível pessoal e relacional da vida dos indivíduos” (Vaz Serra, 2007, citado por, Canavarro, Dimas & Pereira, 2013 p. 4). Esta é uma fase na vida de um indivíduo que implica uma capacidade de adaptação, é ainda entendida como uma fase de transição, devido à mudança e à incerteza que traz para as suas vidas (Francisco, 2004, citado por, Canavarro, et al., 2013). Os efeitos de uma situação de desemprego no bem-estar dos indivíduos dependem de um conjunto de fatores, um deles incide no acesso à proteção do Estado (Samuelson e Nordhaus, 1988, citado em Alves, 2008), nomeadamente através do apoio dado pela Segurança Social ou,

ainda, pelo apoio da família ou da comunidade que minimizam os efeitos da perda de um rendimento mensal (Alves, 2008). O papel da família numa situação de desemprego surge, assim, como fundamental, tal como destacado por Loison (2003, citado por, Alves, 2008) quando refere que o desemprego, leva ao aumento dos contactos entre os elementos da família e com os amigos. Desta forma, Bjarnason & Sigurdardottir, (2003, citado por, Ventura, 2013, p.7) salientam a importância do apoio quer da família, quer dos amigos, pois, “a rede social do indivíduo quando percebida como intensa e sólida permite uma maior redução do sofrimento psicológico e dificuldades dos desempregados”.

Quanto à fase em que o indivíduo se encontra desempregado, Loureiro, (2006, Sampaio, 2013, p. 2) apresenta o modelo de Kaufman, que se centra na situação de desemprego, que define quatro estádios perante uma situação de desemprego. Num primeiro estádio, salienta-se o choque, o alívio e o relaxamento, na medida em que, primeiramente, os indivíduos sofrem um choque devido à perda do emprego, porém, após o primeiro impacto, surge o relaxamento devido à redução dos níveis de ansiedade, variando esta redução tendo em conta factores como a segurança económica e o suporte social. No segundo estádio (três meses após a perda do emprego), surge o esforço, pois o indivíduo empenha-se na procura de emprego, podendo surgir sentimentos de frustração. No terceiro estádio (após cinco a seis meses da perda do emprego) surgem as vacilações, a dúvida e a raiva, em que os indivíduos duvidam das suas competências, neste estádio, problemas de ordem psicológica. No quarto estádio, surgem a resignação e o afastamento, nesta fase os indivíduos conformam-se com a sua situação, podendo surgir uma redução da capacidade de iniciativa, pode ainda surgir baixa auto-estima, desespero e, ainda, uma deterioração da saúde mental do indivíduo. Assim sendo, “se o período inicial de desemprego pode ser vivido como um período de algum modo “libertador” das responsabilidades e das tarefas inerentes ao emprego, o prolongado da condição acaba por trazer consigo implicações ao nível da desestruturação do tempo e do espaço”. Existem alguns factores que condicionam a forma como o indivíduo poderá lidar com uma situação de desemprego, neste sentido, Wanberg (2012, citado por Ventura, 2013, p.7), assim os indivíduos que mais facilmente lidam com uma situação de desemprego são “aqueles que têm um maior sentido de valor pessoal, (...) menos restrições financeiras, uma visão menos negativa do desemprego, que não se identifiquem fortemente com o emprego desempenhado e que não tenham familiares ou companheiros dependentes de si”.

3.3 O DESEMPREGO ENQUANTO FATOR DE RISCO SOCIAL: OS EFEITOS SOCIAIS, PSICÓLOGICOS E RELACIONAIS

O desemprego é “um problema crónico e estrutural das sociedades contemporâneas, sendo a causa de conflitos políticos e problemas sociais e psicológicos (Outhwaite & Bottomore, 1996, citados por, Luna, Estramiana, Gondim, Coelho de Souza, & Souza de Oliveira, 2010, p.309). E, neste sentido, alguns estudos têm revelado que o desemprego pode provocar mudanças negativas ao nível psicológico, na medida, em que, um indivíduo desempregado, apresenta depressão, ansiedade, angústia, stresse, baixa auto-estima, baixa autoconfiança, inatividade e isolamento social (Canavarro et al., 2013). Pois, a perda do trabalho, além dos efeitos ao nível dos rendimentos, interfere ainda, na “na percepção que o indivíduo tem da sua própria identidade e lugar no mundo” (Turner, 1995; Zenger, Berth, Brahler, & Stobel-Richter, 2013, citados por Ventura, 2013, p.6), podendo ainda gerar um sentimento de insatisfação com a vida, assim como, dificuldades de relacionamento no seio familiar, principalmente quando o indivíduo se encontra numa faixa etária de vida activa e ainda, quando é o responsável pelo sustento do seu lar (Araújo,2004, citado por Pardilhó, 2013).

Além destes efeitos, a nível psicológico, o indivíduo desempregado “vivencia uma privação das relações desenvolvidas em contexto de trabalho, o que poderá originar uma quebra dos contactos sociais desenvolvendo-se um processo de isolamento social” (Estramiana, 1992, citado por Pardilhó, 2013, p.26). Deste modo, a perda do trabalho pode levar ao surgimento de situações de isolamento, de desvalorização pessoal, de um sentimento de insegurança, de inutilidade, de angústia, de culpa e ainda de vitimização pela situação. O desemprego é ainda responsável pela criação de alguma desorganização na vida do indivíduo, gerando conflitos familiares, pois a família, é o primeiro contexto em que as consequências do desemprego se repercutem (Pardilhó, 2013).

Assim, a perda dos recursos económicos é um o principal factor na origem da diminuição da saúde mental do indivíduo, em situação de desemprego, sendo que, para alguns sujeitos, “o subsídio de desemprego alivia estes constrangimentos, mas para outros é um sinal de inadequação social, contribuindo para o agravamento dos sentimentos negativos” (Sampaio, 2013 p.4). Na situações em que o desemprego afecta famílias com fracos recursos financeiros e com redes de relacionamento restritas, a família não pode constituir um suporte, podendo até

provocar maiores dificuldades económicas para o agregado, por exemplo, no caso de indivíduos divorciados e com filhos dependentes. Outro factor que pode contribuir para o surgimento dos problemas de saúde mental, é a falta de atividades que contribuam para que o indivíduo encontre sentido para a sua vida, sendo que, “alguns estudos referem que a realização de actividades que proporcionem prazer ou sentimentos de produtividade ou de utilidade se associa a uma diminuição dos possíveis efeitos da situação de desemprego no bem-estar dos sujeitos” (Sampaio, 2013, p.5). Neste sentido, Schultz-Gambard, Balz, Drewski e Mowka (1988, citado por Sampaio, 2013, p. 5) referem que “o nível de actividade parecer ser um bom preditor do bem-estar pessoal dos sujeitos em situação de desemprego”, na medida, em que, estar ocupado, possibilita ao indivíduo reorganizar o seu tempo, diminuindo assim os efeitos negativos do desemprego (Dooley, Caetano, & Rook, 1988, citados por Sampaio, 2013 p.5).

Em suma, o desemprego pode constituir um factor de exclusão social, na medida em que se encontra associado, à perda de tudo o que o trabalho oferece e ainda às perdas ao nível das relações sociais (International Institute for Labour, 1997, citado por Cachapa, 2007, p.39). Assim, a exclusão de um indivíduo em situação de desemprego não se centra apenas na perda dos rendimentos e, conseqüentemente, no poder de compra, pois “não é só pobre do ponto de vista material, mas aquele que tem de viver com a incerteza do amanhã, com fracos meios de poder e de pressão e com o desprezo dos outros e de si próprio” (Henri Bartoli, 1992, citado por, Cachapa, 2007 p. 39).

CAPÍTULO 4 – O PROJETO EM EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL: “DA PROCURA, UM ENCONTRO”

4.1 O DESENHO DO PROJETO

A construção de um projeto, só é possível, a partir do conhecimento da realidade, da construção de uma visão reflexiva e crítica sobre a mesma, partindo da voz de todos os atores envolvidos no contexto. Após a apresentação do contexto, dos problemas, das necessidades e dos atores envolvidos, o próximo passo incide na construção do projeto, ou seja, na planificação da intervenção a desenvolver, sendo que, planificar “ajuda-nos a conjugar a utopia com a realidade, a harmonizar o que é e o que deveria ser, a analisar onde estamos e para o que tendemos” (Serrano, 2008, p. 11). Ainda neste sentido, refere Vergara (1986, citado por Serrano, 2008, p.23), que, “a formulação do projecto consiste na identificação precisa do mesmo, especificando os seus objectivos, metas, calendário de execução e recursos”.

A finalidade do projeto, é a expressão do que desejamos alcançar, assim sendo, para este projeto, denominado “Da Procura, um Encontro” a finalidade consiste em **“Envolver a instituição com a comunidade, tornando-a um verdadeiro pólo de desenvolvimento social e dinamizador das solidariedades locais através da promoção do bem-estar e do reforço da capacidade de integração, de participação e de auto-realização das pessoas em situação de desemprego”**

De forma a compreendermos a pertinência da formulação desta finalidade, lembrarmos os problemas e as necessidades do contexto, que dão forma a tudo o que foi construído posteriormente. Assim, em relação à valência de Centro Comunitário, surgiu a necessidade de aproximar-se da comunidade, para que assim, possa conhecer a comunidade, e desta forma, cumprir a sua missão enquanto Centro Comunitário, desenvolvendo respostas face às necessidades da comunidade. Em relação as pessoas da comunidade, acompanhadas pela valência, a necessidade revelada incidia na ocupação dos seus tempos livres, de sentirem-se realizados pessoalmente, de sentirem-se úteis para a comunidade e ainda de usufruírem de momentos de diversão/lazer. Desta forma, a finalidade foi construída, tendo como ponto de partida as necessidades expressas pela instituição e pelas pessoas da comunidade, englobando

estes dois atores sociais numa só finalidade, num só projeto, acreditando que, desenvolver uma intervenção em conjunto, é uma oportunidade e uma potencialidade quer para a instituição, quer para as pessoas da comunidade, no sentido, em que, a valência poderá contribuir para a resolução dos problemas das pessoas da comunidade, na medida em que, um Centro Comunitário “ deve ser “moldável” e caracterizar-se por uma oferta diversificada de serviços/actividades, de acordo com a dinâmica desenvolvida com a comunidade e na comunidade” (Bonfim, 2000, p.11). E por outro lado, as pessoas da comunidade, poderão contribuir na dinamização do CC, assumindo-se ainda como elementos mediadores entre a instituição e a comunidade mais alargada, contribuindo para uma maior visibilidade da instituição na comunidade e uma maior presença e participação da comunidade na instituição, pois, tal como refere Bonfim (2000, p.8) “a construção da vida comunitária numa óptica integrada, não se limita apenas à existência de uma rede de serviços como solução estática e acabada dos problemas, mas é sobretudo o resultado da dinâmica das pessoas/grupos envolvidos, na determinação de mecanismos incentivadores e potenciadores do seu bem-estar”.

Após a construção e fundamentação da finalidade, seguem-se os objectivos do projeto, definidos juntamente com as pessoas, os autores do projeto. Desta forma, os objetivos dão “origem a um plano de ação, com o fim de dar resposta as necessidades expressas e sentidas pelas pessoas (...) são os propósitos que pretendemos alcançar com a execução de uma acção planificada (Serrano, 2008, p. 44). Subdividem-se em gerais, que “são aqueles propósitos mais amplos que definem o quadro de referência do projecto (Espinoza, 1986, citado por Serrano, 2008, p.45) e específicos “são mais concretos do que os objectivos gerais e identificam de forma mais precisa aquilo que se pretende alcançar com a execução do projecto (Serrano, 2008. p.46) Paralelamente, apresentámos as estratégias, que expressam a forma como pretendemos concretizar os objetivos a que nos propomos, ou seja, definem a forma como vamos agir, pois a estratégia “visa transformar a situação inicial no sentido dos objectivos desenhados. Ela reside na escolha de um certo estilo de acção, de uma forma a proceder” (Boutinet, 1990, p. 262). Nesta fase da construção do projeto, refletimos ainda sobre os indicadores de avaliação, sendo que, um indicador é uma unidade de informação que, demonstra se um determinado critério de avaliação está a ser considerado, contribuindo para especificar os critérios de avaliação, bem como para sistematizar a informação recolhida. Os critérios de avaliação são as perguntas que devem ser formuladas, quando avaliamos um projeto, ou seja, é quando definimos o que será avaliado e quem será avaliado. É importante que estes indicadores sejam qualitativos e quantitativos, porém, além dos indicadores previamente definidos, é importante que sejam consideradas outras

informações que são significativas para complementar a informação recolhidas através dos indicadores (Cembranos et al., 2010).

De forma a contextualizar os objetivos gerais e específicos apresentados posteriormente, apresentamos de forma sucinta os problemas e as necessidades do contexto.

Face ao primeiro problema apresentado na análise de contexto, no que diz respeito, a valência de CC, o problema incidia na intervenção desenvolvida com a comunidade, com reduzida participação e envolvimento das pessoas com a valência e, conseqüentemente, com a instituição. Surgindo assim a necessidade de que a instituição, nomeadamente a valência de CC, se aproxime da comunidade, de forma, a que seja da comunidade e para a comunidade.

Assim sendo, como primeiro objetivo geral definimos “Aproximar a valência de Centro Comunitário à comunidade”

Como objetivos específicos, pretende-se que a instituição seja capaz de:

- “conhecer as necessidades da comunidade”
- “contribuir para a dinamização da vida da comunidade”
- “contribuir para a criação e consolidação de laços a nível local, do bairro e do grupo”

As estratégias, definem “o que fazer?” e “como fazer?” no desenvolvimento do projeto, assim, em relação ao primeiro objetivo geral, as estratégias delineadas prendem-se com a realização de encontros informais entre a valência de CC e as pessoas da comunidade, a realização de atividades/iniciativas de interesse social e cultural para a comunidade e a construção de parcerias formais e informais com instituições da comunidade;

Os indicadores de avaliação delineados para, avaliar este projeto, no que diz respeito a este objetivo foram: o nível de participação da instituição com a comunidade, o nível de envolvimento da instituição com a comunidade, a capacidade de a instituição dar resposta às necessidades da comunidade, assim como, a relação construída entre a valência de Centro Comunitário/a instituição e a comunidade. Por outro lado, junto das pessoas da comunidade os itens a avaliar são: a percepção das pessoas sobre a pertinência das actividades promovidas pela valência para si e para a comunidade.

O segundo problema, sentido pelas pessoas da comunidade incidia na situação de desemprego em que se encontravam e nos seus efeitos para o indivíduo, nomeadamente para o seu bem-estar emocional. Neste sentido, a necessidade subjacente a este problema expressa pelas pessoas, era a de ocuparem os seus tempos livres, de sentirem-se realizados pessoalmente e

de usufruírem de momentos de diversão/lazer. Desta forma, como forma de dar respostas as necessidades sentidas pelas pessoas, o objetivo geral definido é “Promover o bem-estar psicológicos das pessoas em situação de desemprego”

Como objetivos específicos, pretende-se que as pessoas em situação de desemprego sejam capazes de:

- “valorizar e reconhecer a importância de encontros com outras pessoas em situação de desemprego”
- “partilhar opiniões e sentimentos com os elementos do grupo”
- “ocupar os tempos livres de uma forma produtiva,
- “sentirem-se valorizados pessoalmente”
- “participar na dinamização da instituição”

As estratégias, definem “o que fazer?” e “como fazer?” no desenvolvimento do projeto, em relação ao segundo objetivo geral, estas prendem-se com a realização de encontros informais entre as pessoas em situação de desemprego, na realização de atividades/iniciativas para a comunidade, na realização de visitas a espaços e instituições da comunidade e na construção de parcerias formais e informais com instituições da comunidade.

Os indicadores de avaliação, para este objetivo geral, foram: o nível de satisfação pessoal, o nível de participação (número de participantes), o envolvimento e interesse nas actividades, a capacidade de partilha, conversa e diálogo, entre o grupo, acerca dos seus problemas/inquietações, a relação construída entre os elementos do grupo, assim como, a percepção das pessoas sobre a pertinência das actividades para si e para a comunidade.

Quanto aos recursos disponíveis para o desenvolvimento do projeto, em termos de recursos humanos é de realçar a coordenadora da valência de Centro Comunitário, quanto aos recursos físicos, destaca-se o espaço do polivalente na instituição.

O projeto desenvolveu-se com base em duas ações, a primeira ação designada de “Bem me queres, Bem te quero” e uma segunda ação denominada de “Descobrimo a cidade”.

Com a primeira ação “Bem me queres, Bem te quero”, procuramos dar resposta aos dois objetivos gerais “Aproximar a valência de Centro Comunitária à comunidade” e “Promover o bem-estar psicológicos das pessoas em situação de desemprego” Com esta ação pretendia-se aproximar a instituição da comunidade, através da mobilização e da participação das pessoas, em

situação de desemprego, tornando-as elementos dinamizadores da vida da instituição, e consequentemente, da comunidade. Pretende-se ainda com esta acção, que as pessoas, em situação de desemprego, sejam por um lado, elementos dinamizadores da vida da comunidade e por outro lado, sejam capazes de, através desta participação e envolvimento com o CC e com a instituição, promover o seu bem-estar psicológico. O nome atribuído a esta acção, foi o nome dado pelas pessoas, a uma das atividades promovidas, no âmbito desta acção.

Assim sendo, as atividades que fizeram parte desta acção foram:

- A realização de uma I Feira de Trocas Solidárias, denominada pelos participantes “Bem me queres, Bem te quero” que decorreu nos dias 29 e 30 de abril de 2014, no período da tarde, entre as 15h00 e as 19h00, no jardim, à entrada da instituição;
- A participação numa Acção de Sensibilização sobre o Voluntariado, promovida pelo Centro Comunitário em parceria com o Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária;
- A participação num Projeto: Educação pela Acção...Ambiental – construção de um projecto de intervenção na comunidade, promovido pela valência de Centro Comunitário, em parceria com o Centro de Educação Ambiental do Covelo e com o Centro Social de S. Tomé, que decorreu entre 4 a 8 de Agosto de 2014;
- A realização da II Feira de Trocas Solidárias, denominada pelos participantes “Bem me queres, Bem te quero” que decorreu nos dias 21 e 22 de agosto de 2014, no período da tarde, entre as 15h00 e as 19h00, no jardim, à entrada da instituição;

Com a segunda acção designada de “Descobrimo a cidade”, pretendiamos responder ao segundo objetivo geral “Promover o bem-estar psicológicos das pessoas em situação de desemprego” e aos seguintes objetivos específicos “valorizar e reconhecer a importância de encontros com outras pessoas em situação de desemprego”, “partilhar opiniões e sentimentos com os elementos do grupo”, “ocupar os tempos livres de uma forma produtiva. Com esta acção procurava-se realizar algumas visitas a espaços e jardins da cidade do Porto, do interesse do grupo, proporcionando ao grupo momentos de lazer. Nestas visitas, foi dada a possibilidade de cada participante poder convidar uma pessoa da sua rede de amigos ou ainda familiares, para, juntamente com o grupo, fazer parte das atividades.

Assim sendo, as atividades que fizeram parte desta acção foram:

- Visita à Fundação José Rodrigues, realizada a 19 de junho de 2014;
- Visita ao Museu de Numismática e ao Palacete Viscondes Balsemão, realizada a 26 de junho de 2014;
- Visita à Sé Catedral e à Igreja dos Grilos, realizada a 3 de julho de 2014 ;
- Visita ao Centro de Educação Ambiental da Quinta do Covêlo, realizada a 15 de Julho de 2014;
- Visita ao Jardim Botânico do Porto, realizada a 28 de julho de 2014;
- Passeio à beira mar entre a Foz e o Castelo do Queijo, realizada a 29 de agosto de 2014.

4.2. AVALIAÇÃO DE ENTRADA

A avaliação de entrada, um dos momentos de avaliação do Modelo CIIP (Contexto, Entrada Input e Produto) proposto por Stufflebeam e Shinkfield, procura analisar o conhecimento da realidade, assim como, a sua concordância com o desenho de projeto construído com as pessoas.

O principal objetivo de uma avaliação de entrada é contribuir para a criação de um projeto que permita provocar as mudanças necessárias. É, também, uma forma de identificar, analisar e criticar os métodos utilizados e fundamentá-los. Permite compreender a capacidade de êxito, de fracasso e de eficácia de um projeto, refletindo sobre as limitações e os recursos que podem surgir durante o seu desenvolvimento (Stufflebeam& Shinkfield, 1995).

No que diz respeito aos contragimentos, que poderão surgir ao longo do desenho e do desenvolvimento do projeto, a reflexão sobre estes é fundamental, na medida, em que, possibilita ao investigador desenvolver estratégias para os ultrapassar, não constituindo assim elementos bloqueadores da ação e da mudança das pessoas envolvidas. Neste sentido, como contragimentos salienta-se a constante entrada e saída de pessoas na valência de CC e os problemas pessoais e familiares das pessoas da comunidade, muitos deles causados pela situação em que se encontram, o desemprego. Quanto aos recursos disponíveis para o desenvolvimento do projeto, em termos de recursos humanos destacámos a coordenadora da valência de CC, quanto aos recursos físicos, destaca-se o espaço do polivalente na instituição.

Uma avaliação de entrada, deve ainda conter uma avaliação do desenho do projeto, respondendo a questões como: Existe uma coerência entre a análise da realidade, os objetivos

gerias, os objetivos específicos, as atividades e a metodologia? Os objetivos respondem às necessidades encontradas? Os objetivos formulados são congruentes com a forma como o grupo os formula? Os objetivos específicos estão corretamente formulados em relação aos objetivos gerais? Os objetivos estão corretamente priorizados? As prioridades definidas correspondem às necessidades reais? As atividades desenvolvidas correspondem aos objetivos definidos? Os objetivos e as atividades estão de acordo com a metodologia? Existe uma previsão dos recursos necessários? (Cembranos et al., 2010). Ou seja, nesta fase deve-se analisar a coerência existente entre a análise da realidade e a formulação dos objetivos (gerais e específicos), assim como a coerência das atividades e das estratégias, pois “é necessário levar a cabo ações concretas nas comunidades em que trabalhamos, mas o mais importante ainda é questionarmos para quê, ou seja, que finalidade pretendemos alcançar com elas”(Serrano, 2008, p.13), pois “a realidade é melhorada não por se fazer muito, mas por se planejar uma ação significativa que propicie de forma ótima a mudança e a melhoria dessa realidade. Isso incita-nos à reflexão constante sobre o que fazemos, ao mesmo tempo que nos convida a repensarmos constantemente as nossas tarefas” (Serrano, 2008, p.13).

No que diz respeito aos problemas e às necessidades do contexto, aos objetivos gerais e específicos, podem ser consultado, em apêndice, um quadro síntese dos problemas, necessidades, ações, atividades, indicadores de avaliação e estratégias (Apêndice G), consideramos que a finalidade construída, assim como, os objetivos gerais e específicos definidos são coerentes com as necessidades sentidas pelas pessoas e assim sendo, o projeto foi construído, de forma, a englobar a valência de CC, e as pessoas da comunidade em situação de desemprego, num projeto comum. Desta forma, os participantes no projeto foram: a coordenadora da valência de CC e pessoas da comunidade, acompanhadas pela valência, no âmbito da medida de RSI. Desta forma, em apêndice encontra-se uma pequena descrição dos participantes no desenvolvimento do projeto a “Rosa”, o “Augusto”, a “Fernanda”, a “Lina”, o “Luis”, a “Raquel”, o “Paulo, a “Luísa” e a “Sónia”, a “Sandra” e o “Fernando” (Apêndice H). Consideramos importante, apresentar novamente uma caracterização sucinta dos participantes no desenvolvimento do projeto, dado que, dos participantes na avaliação de contexto nem todos participaram no desenvolvimento do projeto, tendo ainda surgido pessoas que não participaram na avaliação de contexto e que tornaram-se participantes no desenvolvimento do projeto. Nesta descrição referimos ainda, em que ações e atividades cada um dos participantes esteve presente, de forma a compreendermos, o envolvimento de cada um no desenvolvimento do projeto.

4.3 DESENVOLVIMENTO DO PROJETO E AVALIAÇÃO DE PROCESSO

Após a apresentação e reflexão em torno do contexto e da fundamentação dos problemas expressos pelas pessoas que dele fazem parte, permitindo, assim, a construção do desenho do projeto de Educação e Intervenção Social, neste capítulo, descrevemos e refletimos em torno do processo de desenvolvimento do projeto, que será, ao mesmo tempo, acompanhado pela avaliação de processo, pois tal como refere Ander- Egg (1984, citado por Serrano, 2008, p. 80),

“o que concretiza a realização de um projecto é a execução sequencial e integrada de diversas tarefas. Isto implica que no mesmo é necessário indicar, de forma concreta e precisa, o conjunto das diferentes actividades que há que realizar para se alcançar os objectivos propostos. Para tal, é necessário explicar a forma como se organizam, sucedem, complementam e coordenam as várias tarefas”

A avaliação de processo acompanha o desenvolvimento do projeto, na medida, em que, é esta que nos permite estar “alerta e atentos ao desenvolvimento do projecto, a fim de tentar corrigir qualquer fracasso ou desajustamento no momento em que se produza” (Serrano, 2008, p.95). Para esta avaliação podemos formular as seguintes questões: “a metodologia que se leva a cabo no projecto ajudará a resolver os problemas?”, “que possibilidades reais apresenta para alcançar os objectivos?” e “foram escolhidas as actividades mais pertinentes para levar a cabo este projecto?” (Serrano, 2008, p. 96).

O projeto foi estruturado em duas ações, a ação “Bem me queres, Bem te quero” e a ação, “Descobrimo à cidade” da qual fizeram parte um conjunto de actividades. Estas duas ações pretendem dar resposta aos dois objetivos gerais, definidos para este projeto, “Aproximar a valência de Centro Comunitário à comunidade” e “Promover o bem-estar psicológicos das pessoas em situação de desemprego”. E para a realização das atividades selecionamos um conjunto de estratégias partindo das motivações e dos interesses demonstrados pelos participantes, assim as estratégias foram: a realização de encontros informais, quer entre a valência de CC e as pessoas da comunidade, quer só entre o grupo de pessoas em situação de desemprego, a realização de atividades/iniciativas de interesse social e cultural para a comunidade e a construção de parcerias

formais e informais com instituições da comunidade e a realização de visitas a espaços e instituições da comunidade.

De forma a reunir o grupo para, em conjunto, pensarmos nas atividades a desenvolver, a estratégia adoptada foi a realização de encontros semanais às Segundas-feiras, no Polivalente da instituição, realizados desde março, de 2014. Nestes encontros estiveram presentes o grupo de pessoas da comunidade, assim, como a coordenadora da valência de CC. Foi através destes encontros, nomeadamente o encontro do dia 17 de março de 2014, que o grupo, refletiu sobre, o que gostariam de fazer, e neste sentido, perante o interesse e a vontade demonstrada em realizar algo pela comunidade, surgiu, por parte da coordenadora do CC, a sugestão da realização de uma Feira de Trocas Solidárias. O grupo mostrou-se receptivo à sugestão e motivado principalmente, pelo seu carácter solidário, realçando ainda, que, apesar de viverem em situação de dependência da ajuda de outros, também pode, de alguma forma, ajudar alguém, dentro das suas possibilidades.

Neste sentido surgiu a primeira ação deste projeto, denominada “Bem me queres, Bem te quero”, que pretendia dar resposta ao dois objetivos gerais, definidos para este projeto, “Aproximar a valência de Centro Comunitário à comunidade”, mais concretamente aos seguintes objetivos específicos : “conhecer as necessidades da comunidade”, “contribuir para a dinamização da vida da comunidade” e “contribuir para a criação e consolidação de laços a nível local, do bairro e do grupo” e ao segundo objetivo geral “Promover o bem-estar psicológicos das pessoas em situação de desemprego”, mais concretamente, aos seguintes objetivos específicos “valorizar e reconhecer a importância de encontros com outras pessoas em situação de desemprego”, “partilhar opiniões e sentimentos com os elementos do grupo”, “ocupar os tempos livres de uma forma produtiva, “sentirem-se valorizados pessoalmente” e “participar na dinamização da instituição”. Com esta ação pretendia-se aproximar a instituição da comunidade, através da mobilização e da participação das pessoas, em situação de desemprego tornando-as elementos dinamizadores da vida da instituição, e conseqüentemente, da comunidade. Pretendia-se ainda com esta acção, que as pessoas, em situação de desemprego, através desta participação e envolvimento, melhorassem o seu bem-estar psicológico. Com esta ação procuramos assim, dar resposta aos dois objetivos gerais definidos para este projeto.

A ideia base da realização de uma Feira de Trocas Solidárias, surge a partir do conceito de “Rede de Trocas”, acreditando que a utilização de uma “moeda social” poderá fomentar a cooperação e da solidariedade entre os diferentes agentes da comunidade (pessoas que são, simultaneamente, produtores e consumidores). Não usar dinheiro implica uma lógica diferente e

mais solidária, valorizando as relações com as pessoas, o trabalho que elas fazem ou podem fazer e o uso que cada indivíduo faz dos bens/produtos. Atendendo ainda, a que, a comunidade envolvente à instituição, reside em bairros de habitação social, com escassos recursos económicos, acrescentando ainda, a situação de desemprego que atinge muitas agregados consideramos que, enquanto instituição de cariz social, é necessário pensar em algo que não envolva dinheiro e que, dê a possibilidade de todas as pessoas, com ou sem possibilidades económicas participarem.

Desta forma, os passos seguintes consistiram na definição de tarefas pelos elementos do grupo, Assim, nesta primeira fase todos se comprometeram em recolher, de acordo com as suas possibilidades e junto dos seus amigos e familiares, alguns bens materiais, nomeadamente roupas, calçado e acessórios, assim como, um elemento do grupo, o “Augusto”, ficou responsável por conseguir cruzetas e caixas de cartão, de forma a que, o grupo, à medida que recolhia os bens pudesse guardá-los.

Num segundo momento desta atividade, foram realizadas quatro parcerias, com a Associação Universidade Sénior Agitar, com a Associação de Moradores do Bairro do Amial, com a Junta de Freguesia de Paranhos e com a Fábrica de Malhas do Ameal.

A Associação de Moradores do Bairro do Amial (AMBA) colaborou na atividade, ao nível da recolha de bens alimentares e outros bens, roupas, calçado e acessórios junto dos seus associados. Para a realização desta parceria, foram realizados vários encontros, quer na Associação, quer na Instituição. Assim, foi realizado um encontro no dia 31 de março de 2014, na instituição com os elementos do grupo e com o presidente da AMBA. Neste encontro, o presidente mostrou-se receptivo à iniciativa e disponível para que, a associação, pudesse colaborar. Assim sendo, o grupo considerou que, a Associação poderia ser uma ajuda fundamental na angariação de bens alimentares para a feira, pois estes, não estão ao alcance dos elementos do grupo. A angariação de bens alimentares, surgiu, pelo grupo considerar que, muitas pessoas da comunidade possuem necessidades ao nível dos bens alimentares e por vezes, manifestam alguma vergonha em assumir essas necessidades e, desta forma, a partir deste evento, disponibilizar à comunidade a possibilidade, de trocar o que têm em casa e já não necessitam, pelo que estão a precisar no momento. Neste encontro, ficou acordado que, o próximo encontro seria na sede da AMBA, em que o grupo iria dar a conhecer a iniciativa aos restantes elementos da direcção e apelar à sua participação, este encontro realizou-se a 7 de abril de 2014. Neste encontro os elementos da direcção da Associação mostraram-se receptivos à iniciativa e disponíveis para colaborarem no projeto através da angariação de produtos alimentares para fazer parte da feira do projeto. Os elementos da Associação mostraram ainda agrado pela ideia das trocas, referindo

que é importante que as pessoas compreendam que têm sempre algo a dar aos outros ou seja, tem o direito de pedir e receber o que precisam, como também tem o dever de contribuir. Apesar da disponibilidade demonstrada para colaborar no projeto, solicitaram que o grupo realizasse uma sessão de esclarecimento e sensibilização sobre o projeto para os elementos associados da AMBA. Desta forma, foi agendada uma sessão de sensibilização para o dia 23 de abril de 2014, na sede da AMBA. Para esta sessão, foram elaborados convites que foram entregues aos elementos associados pelo presidente da Associação. Neste encontro, estiveram presentes nove elementos associados. Os elementos associados referiram considerar a ideia muito interessante dado que, além da partilha, é uma forma de sensibilizar e responsabilizar as pessoas para a importância de contribuírem, de alguma forma, para o bem-estar de outras pessoas da comunidade. Foram ainda dadas sugestões para o nome do projeto, “Toma lá da cá” e “Quem dá recebe”. Neste encontro ficou decidido com os associados, que cada um se responsabilizaria em passar a palavra aos restantes associados que não estiveram presentes no encontro. Ficou ainda acordado com o presidente da Associação, que seria elaborado, um pequeno cartão, a explicar em que consiste o projeto, que foram entregues pelo presidente da Associação, a todos os associados, de forma, a que, quem não esteve presente pudesse colaborar.

A parceria com a Associação Agitar, surgiu a partir de um encontro que se realizou a 7 de Abril de 2014, com um elemento da Associação. Assim sendo, este elemento considerou a ideia de base do projeto pertinente, nomeadamente, pelo facto de as trocas não envolverem dinheiro mas apenas bens, assim como, considerou pertinente o envolvimento de várias associações da comunidade. Considerou, ainda, que, os associados iriam estar disponíveis para colaborar, quer com bens alimentares, quer com outros bens materiais.

A Junta de Freguesia de Paranhos colaborou nesta ação, através do apoio ao nível do transporte dos bens recolhidos pela AMBA até à instituição.

Quanto à parceria com a Fábrica de Malhas do Ameal, esta surgiu, por parte de um elemento do grupo, a “Fernanda” por ter trabalhado lá, no sentido de solicitar expositores, que pudessem dispensar, para a exposição das roupas, na realização da feira. Através da parceria com a AMBA e com a Associação Agitar foram angariados diversos bens alimentares, bem como, outros bens, como roupas e calçado, em apêndice podem ser consultado uma tabela com os bens angariados pelo grupo e através das parcerias (Apêndice I).

Para esta atividade, o grupo discutiu acerca do nome a atribuir a atividade, assim sendo, as sugestões apresentadas pelo grupo, assim como, pela AMBA, foram: “Ponto de Troca”, “Troca por Troca”, “Troca Aqui”, “Trocas Solidárias”, “Bem me queres, Bem te quero”, “Toma Lá Dá Cá”,

“Quem dá também precisa”. A partir do processo de votação, o nome seleccionado, por consenso, foi “Bem me queres, Bem te quero”, com seis votos. Foi ainda discutido, com o grupo, a imagem do cartaz de divulgação do evento, assim sendo, a partir da demonstração de algumas sugestões ao grupo, este escolheu a imagem de um malmequer amarelo sobre uma mão com um fundo cinzento escuro, por considerar que, a cor escura significava a necessidade, o amarelo do malmequer significava a esperança que uma troca pode proporcionar (Apêndice J)

Para esta primeira Feira de Trocas Solidária foram elaborados algumas regras, de forma a facilitar o desenvolvimento da atividade, assim foram definidas as seguintes regras: a) troca de unidade por unidade; b) os artigos trocados na feira não podem ser novamente trocados durante o evento; c) só se aceitam artigos usados mas não estragos; d) alimentação - máximo de 3 bens por pessoa.

No que diz respeito à divulgação da atividade, o grupo ficou responsável pela colocação de cartazes pela comunidade, em sítios estratégicos, que foram discutidos pelo grupo, de forma a chegar a um maior número de pessoas. Assim sendo, o “Augusto”, ficou responsável pela colocação de cartazes no Bloco J, entrada e túnel do supermercado, o “Fernando”, Associação (Sede), Confeitaria, túnel, Bloco D – S. Tomé e Bloco 10 – Carriçal e no Bloco 1 – FAP. A “Luísa”, ficou responsável pela colocação na papelaria do Amial e no Café do Amial, a Rosa”, ficou responsável pela colocação no Bairro do Regado, mais concretamente, na entrada do seu bloco. A “Lina” ficou responsável em colocar no fundo da rua de S. Tomé, o “Luis”, no Bairro do Outeiro. Nesta fase da atividade, é de realçar o envolvimento das pessoas, pois algumas delas, tomaram a liberdade de tirar cópias do cartaz e expôr em sítios que consideravam pertinentes. Foi ainda feita divulgação através da página do facebook da Junta de Freguesia de Paranhos, assim como, a coordenadora da valência de CC, recorreu aos seus contactos, enviando um e-mail a todos os parceiros e instituições da comunidade, a informar sobre a sua realização.

A I Feira de Trocas Solidária decorreu a 29 e 30 de abril de 2014, sendo que, a escolha das datas e do horário prendeu-se com o, facto de, o período da tarde ser o de maior afluência de pessoas na instituição, bem como, o horário estipulado, permite às pessoas que trabalham a oportunidade de conhecer, participar e contribuir para a feira. A escolha de dois dias para a realização do evento, prendeu-se com a constatação de se poder dar a oportunidade de participação a mais pessoas da comunidade que não tenham hipótese de visitá-la no primeiro dia. Em apêndice, pode ser consultado a organização dos elementos pela diversas secções (Apêndice L).

Nesta primeira edição da Feira de Trocas Solidária, “Bem me queres, Bem te quero”, realizada nos dias 29 e 30 de abril, quanto ao número de participantes. No dia 29 de abril contamos com a presença de 26 pessoas (10 do sexo masculino e 16 do sexo feminino), os bens que entraram e que saíram foram registados pelo grupo, de forma a compreendermos, o que as pessoas mais procuravam, assim sendo, os bens com maior saída foram relativos a secção de alimentação sendo os elementos mais procurados, azeite, óleo e açúcar, e os artigos que registaram maior entrada foram artigos de mulher, no total, neste dia, foram realizadas cerca de 52 trocas. No dia 30 de abril contamos com a presença de 40 pessoas (3 do sexo masculino / 37 do sexo feminino), os bens com maior saída foram relativos a secção de alimentação sendo os elementos mais procurados, arroz, leite, massas, óleo, salsichas, atum e bolachas e os artigos que registaram maior entrada foram artigos de mulher, no total, neste dia, foram realizadas cerca de 110 trocas.

É de realçar que, as pessoas da comunidade que participaram nesta feira, mostraram-se agradadas com a iniciativa, sendo recorrente questionarem o grupo, sobre quando seria a próxima. Consideramos que este feedback da comunidade permite-nos compreender a receptividade da comunidade à iniciativa, além disso, nesta primeira feira, ocorreu ainda, a existência de participantes que estiveram presentes na feira nos dois dias da sua realização, ou seja, que repetiram a experiência. É ainda de realçar que, nesta segunda visita traziam um amigo ou um familiar consigo, alargando assim o número de participantes na feira, a partir do testemunho de quem já havia participado.

Após a realização da I Feira de Trocas Solidárias, foi realizado um encontro com os participante, nos dias 2 e 9 de junho, de 2014, no sentido de compreender o seu sentir em relação a todo o processo e os contributos que a participação tinha trazido a nível pessoal. Assim sendo, seguidamente apresentámos o sentir de cada participante face a esta atividade: a “Luísa” referiu que “foi bom fazer a feira, ajudámo-nos uns aos outros”, acrescentou ainda, que, em termos pessoais, “senti-me bem”, “senti-me valorizada”. O “Fernando” referiu que “pelo pouco tempo que estive presente acho que houve uma boa integração entre o grupo e as pessoas”. A nível pessoal, salientou que “eu sou uma pessoa que procura estar ativa, porque sinto que preciso, ou deixo ficar ou aplico-me, só tive pena de o evento ser numa altura em que não podia estar presente”. A “Fernanda” referiu “gostei de participar, acho que é uma mais valia para todos”, salientou ainda que, “faz-me bem a mim e também faço bem aos outros”. A “Raquel”, referiu “estou aqui para ajudar”, “quero ajudar no que puder”. A “Sandra”, foi um elemento externo ao grupo, que, mostrou vontade em contribuir nesta atividade, a sua avaliação, em relação a

atividade foi “tenho 37 anos, e o meu papel desde que eu nasci foi ajudar o próximo, foi e será, tudo o que for para beneficiar a comunidade, ótimo”. A “Rosa”, salientou que, em termos pessoais, “ganhei muitas amizades”, “foi uma actividade boa, pois enfiava-me em casa e não saía de casa, havia dias em que não tinha força para fazer o que fosse, agora, sinto-me mais relaxada, chego a casa já me dá para fazer a vida de casa”. Referiu ainda que “que gostava de continuar a feira e que hovesse outras coisas novas para se fazer”. A “Lina”, salientou que, “foi uma experiência boa”, “que foram umas tardes bem passadas a conviver e a divertirem-se”, e ainda que, “ajudamos as pessoas mais necessitadas e ajudamo-nos a nós próprios”. O “Luís” referiu que, considerou a feira, “muito importante para a comunidade”, reforçando que “houve várias pessoas que perguntaram se a feira iria continuar”, mostrando-se disponível e motivado para continuar a dedicar-se ao projeto. A “Sónia” salientou que “gostou muito da experiência” e que, “também me ajudou, porque também fiz as minhas trocas”. Reforçou ainda, que, a experiência foi boa, porque, é uma forma “de nos tirar de casa”. O “Augusto” referiu que, em termos pessoais “ganhei muito com isto, só eu sei a vida que tenho, desde ter de falar com as pessoas, nunca pensei fazer nada disto”, “uma coisa que não estava habituado mas conseguimos, sozinho não teria capacidade para fazer isso, com as pessoas certas conseguimos fazer coisas que sozinhos nunca pensaríamos” “conheci outras pessoas, que só via de passagem” “fizemos alguma coisa pelos outros e também por nós” “se não estivesse aqui estava em casa a pensar em coisas que não devia”. Quanto ao evento considerava que “vale a pena continuar”, referindo ainda que, “estou super positivo para uma próxima, estava receoso, não sabíamos se ia correr bem, agora já sabemos que vai correr bem”.

Enquanto investigadora refleti sobre esta primeira atividade e considerei que a presença de elementos da comunidade na organização da atividade levou a uma maior receptividade da comunidade, pois quando chegavam à instituição encontravam pessoas conhecidas, do seu bloco ou do seu bairro. Este carácter de proximidade entre os elementos da organização e os participantes da comunidade, facilitou as trocas realizadas, sendo que, apesar de o grupo estar dividido por seções, quando surgia algum participante que fosse conhecimento de algum membro da organização, de forma espontânea, este elemento assumia a responsabilidade de acompanhar e ajudar na realização das suas trocas. Partindo, assim da avaliação realizada pelos participantes, pela comunidade, e ainda através da observação e participação, enquanto investigador, ficou evidente do seu sucesso, sendo os aspetos mais referidos pelo grupo a importância da ajuda aos outros, e o sentimento de valorização pessoal, os momentos de convívio com o grupo e com a comunidade, assim sendo, tendo em conta o sucesso desta primeira Feira de Trocas Solidárias, a

motivação dos participantes, a receptividade da comunidade, e a existência de um grande número de bens materiais angariados, o grupo decidiu que se deveria apostar numa II Feira de Trocas Solidárias. Sendo que, nesta fase, o grupo também refletiu sobre os aspetos a melhor, e considerou que, um dos aspectos a melhorar seria a divulgação do evento pela comunidade, de forma, a chegar a um maior número de pessoas.

De forma a conhecermos um pouco a perspetiva de quem esteve presente na atividade, foi agendado um encontro entre os elementos organização da atividade e a AMBA, no dia 22 de julho, de 2014. Neste encontro, procuramos compreender, por uma lado, a sua percepção em torno da pertinência da atividade enquanto um dos principais parceiros, e por outro lado, a sua percepção, enquanto elementos participantes na atividade, já que, alguns dos elementos associados que colaboraram na angariação de bens participaram na atividade, realizando, também, as suas trocas. Neste encontro, contamos com a presença do presidente da associação e de dois dos elementos associados. Quanto à atividade, consideraram que, a Feira foi um sucesso, que correu muito bem, porém referiram que houve pessoas que não tiveram conhecimento da actividade, pelo que, numa próxima feira, será necessário investir na divulgação, privilegiando o contacto pessoal e a colocação de mais cartazes na comunidade envolvente, de forma a chegar a um maior número de pessoas.

A segunda atividade desta ação, incidiu numa Ação de Sensibilização sobre o Voluntariado em parceria com o Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária (ISU). O ISU, é uma é uma Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD), um dos seus eixos de intervenção é o voluntariado, pois “procura apostar-se na forte sensibilização da sociedade portuguesa para questões relacionadas com o espírito de solidariedade e de cooperação mútua. Deste modo, o ISU aposta no voluntariado como forma de participação activa na sociedade, de cooperação, de multiculturalidade e de tolerância” Esta ONGD com sede em Lisboa, e com uma extensão no porto, é constituída, apenas, por uma equipa de voluntários .<http://www.isu.pt/quem-somos.html>”. Esta atividade surgiu pelo interesse que os participantes demonstraram em compreender melhor esta área, dado que, através da atividade anterior, eles tornaram-se voluntários na instituição e conseqüentemente na comunidade onde vivem. Esta atividade decorreu a 14 de julho de 2014. Esta atividade possuía dois objetivos sensibilizar a comunidade para a importância do Voluntariado e promover a reflexão e a consciência crítica sobre o tema. Decorreu da seguinte forma, primeiramente foi realizado um exercício de apresentação, através deste exercício, os participantes partilham aspetos como: nome, o que gostavam, o que não gostavam, o que gostavam de fazer nos seus tempos livres e

completavam a frase estou aqui porque. Quando a frase estou aqui porque, através da partilha as razões de estarem presentes nesta atividade prendeu-se com o interesse pelo tema, pela vontade de ajudar. Seguidamente fui realizada uma “chuva de ideias” com os formandos sobre o tema “Voluntariado”. Surgiram as seguintes comentários do grupo: ajuda ao próximo, cooperação, partilha, entre - ajuda, dar de si, preocupação, consciência, testar os nossos limites, ser activo, proactividade, solidariedade, aprender, estar em diferentes contextos e estar em contacto com a sociedade.

Após esta introdução ao tema, o grupo foi dividido em três subgrupos, a cada um foi atribuído um cartaz com um dos seguintes temas: voluntariado, voluntário e motivações para o voluntariado. Seguidamente, pediu-se a cada subgrupo para reflectir no tema do cartaz que lhe foi atribuído e registassem as ideias-chave que, segundo eles, definem o tema em reflexão. Posteriormente, os cartazes foram circulando pelos três subgrupos, para que, fossem complementados com as informações que cada elemento considerava estar em falta ou questionar informações com as quais não concordavam. Seguidamente em grande grupo, cada subgrupo apresentou as suas ideias e os formadores fomentaram a reflexão sobre alguns aspectos essenciais na temática do “Voluntariado” Sobre as questões associadas ao Voluntariado e Voluntário destacou-se o facto de que, cada elemento presente revelou ter uma ideia do que é o voluntariado dependendo das suas vivências e do seu percurso de vida, bem como, a ideia de que todos podem fazer voluntariado.

Os formadores reforçaram algumas palavras-chave associadas ao “Voluntariado”, complementado os contributos que o grupo trouxe à reflexão: “um serviço não remunerado”; “uma opção livre”; “um trabalho desinteressado”, uma postura responsável”, “realizado no tempo livre”

Reforçaram ainda, a diferença entre voluntariado e solidariedade: a ideia de voluntariado como um trabalho complementar e não como uma substituição de postos de trabalho e, por fim, a necessidade da existência de um compromisso.

Quanto à questão das motivações para o voluntariado, o grupo realçou as seguintes ideias: ajudar o outro, fazer as pessoas felizes, ocupar o tempo livre, lutar por um mundo melhor, sentir-se útil e testar as nossas capacidades.

Reforçaram ainda a importância das motivações e as diferentes dimensões associadas ao trabalho voluntário: auto-realização, aprendizagem e desenvolvimento do Eu, altruísmo, pertença. Como forma de concluir este *Workshop* os formadores salientaram a importância de cada um,

como voluntário, ter consciência das mais - valias em ser voluntario, considerando este um passo essencial para se ser um verdadeiro voluntário.

No final, pediu -se aos participantes para avaliarem a sessão numa escala de 0% a 100%. A maioria dos participantes posicionou-se entre os 70% e 80 %, quanto à sua satisfação em relação a esta acção. No que diz respeito, ao interesse pelo tema, todos os participantes se posicionaram entre os 80% e os 100%, revelando ainda o desejo de continuarem a reflectir e explorar mais algumas questões sobre o tema. Em suma, os participantes mostraram-se envolvidos e interessados pelo tema, bem como, a sua disponibilidade para aprofundarem os seus conhecimentos sobre o mesmo. Nesse sentido, consideramos que a acção de sensibilização sobre o “Voluntariado” respondeu aos objectivos propostos. De referir que cada participante recebeu um certificado de participação, da entidade promotora desta acção, o ISU.

A terceira atividade, desta acção, foi a realização de uma II Feira de Trocas Solidários, perante a avaliação realizada pelos participantes e pelo grupo que considerou pertinente a realização de uma segunda edição. Assim, a II Feira de Trocas Solidárias “Bem me queres, Bem te quero”, decorreu entre os dias 21 e 22 de Agosto.

No que diz respeito à divulgação desta atividade, o cartaz manteve-se o mesmo, da primeira edição, acrescentando um elemento, dado que, existiam muitos artigos em stock, o grupo considerou importante fazer uma promoção, assim para esta feira a ideia foi “traz um leva três”, assim sendo, as pessoas poderiam trazer um artigo e levar três artigos (Apêndice M). É de realçar, que a divulgação foi um dos elementos que o grupo considerou importante melhorar. Assim sendo, a estratégia passou pela impressão de um maior número de cartazes, e pela sua colocação em locais estratégicos, assim como, pela abordagem de algumas pessoas nas ruas epela entrega de um pequeno panfleto, com o cartaz, que funcionaria como um convite. Neste sentido, cada elemento do grupo ficou responsável pela colocação de alguns cartazes em locais estratégicos no seu bairro e no meio envolvente, ficando ainda responsável por passarem a palavra a familiares, vizinhos e conhecidos sobre a realização da feira, bem como, o grupo, “saiu a rua”, no dia 18 de agosto, juntamente com a cordenadora da valência e colocou alguns cartazes em cafés e pelas ruas envolventes à instituição, que na Feira anterior, não foram contempladas com nenhum cartaz. Além da colocação dos cartazes, o grupo procurou em todos os locais em que foram colocados os cartazes, nomeadamente cafés, explicar o que se iria realizar aos proprietários e a algumas pessoas que lá estavam, de forma, a que, se surgissem questões pudessem esclarecer os seus clientes. Neste percurso, foram ainda distribuindo em algumas caixas de correio panfletos que continha a imagem do cartaz em ponto mais pequeno, bem como, cada elemento do grupo,

ficou responsável, por entregar alguns destes panfletos a vizinhos ou conhecidos, e colocar em algumas caixas de correio na sua zona de residência. A AMBA, através do seu presidente, também contribuiu para a divulgação da Feira, através da colocação de alguns cartazes e da distribuição de alguns panfletos pelos seus associados. Além, destas estratégias de divulgação, tal como na primeira edição da Feira de Trocas Solidárias, recorremos a página do facebook da Junta de Freguesia de Paranhos, onde vou colocado o cartaz e as informações sobre o evento, assim como, a cordenadora da valência de CC, recorreu aos seus contactos, enviando um e-mail a todos os parceiros e instituições da comunidade, a informar sobre a sua realização.

Nesta segunda edição da Feira de Trocas Solidárias, que se realizou a 21 e 22 de agosto, de 2014, estiveram presentes, no dia 21 de agosto, 36 pessoas (10 do sexo masculino e 26 do sexo feminino), e no dia 22 de agosto, contamos com 40 pessoas, 12 do sexo masculino e 28 do sexo feminino) e realizámos cerca de 300 trocas. Dado que, após a realização desta feira o número de bens excedentes foi elevado, o grupo decidiu que estes bens seriam doados à Loja Social da Junta de Freguesia de Paranhos e à Associação Nacional de Ajuda aos Pobres, cujos contactos foram realizados pela cordenadora da valência de CC.

Nesta feira, é de ressaltar o espírito solidário que as pessoas da comunidade demonstraram, pois tal como aconteceu, na primeira feira, houve pessoas, que trouxeram mais bens do que aqueles que levaram e ainda pessoas que se dirigiram à feira, apenas para deixar os artigos que já não necessitavam expressando, “eu não preciso de nada, quero apenas deixar”. Do discurso presente nas pessoas que participaram foi: “isto é muito bom, já que não há dinheiro”, sendo de realçar a alegria e satisfação de algumas pessoas, por saírem da feira com alguns bens que sem esta não conseguiriam adquirir, é de referir ainda, que muitas das pessoas que lá foram possuíam filhos pequenos, considerando a feira uma ajuda muito importante. Nesta feira, voltou a surgir, por parte dos participantes, a questão quando é a próxima feira, esta questão surgiu, também, por parte do grupo que esteve a organizar as feiras, consideramos assim, que este é um indicador de que a iniciativa foi bem recebida pela comunidade e que o grupo esteve envolvido e motivado e que gostaria de continuar.

Face a esta atividade, o grupo considerou que foi importante para a comunidade, no sentido em que as pessoas encontraram coisas das quais necessitavam, reforçaram ainda, a importância dos momentos de convívio com o grupo e da interação com a comunidade. O grupo, mostrou-se ainda, disponível, empenhado e motivado para continuar com este evento, considerando que, a cada feira o número de pessoas têm aumentado, pelo que, consideram evidente a sua importância para a comunidade.

Como quarta atividade desta ação, o grupo foi convidado a participar num Projeto Educação pela Acção...Ambiental – construção de um projecto de intervenção na comunidade, promovido pela valência de Centro Comunitário, em parceria com o Centro de Educação Ambiental do Covelo e com o Centro Social de S. Tomé, que decorreu entre quatro a oito de Agosto de 2014 (Anexo C e D). Para esta atividade, foi construído um cartaz. Os participantes neste projeto foram as crianças em idade escolar do ATL, do Centro Social de S. Tomé e as pessoas da comunidade. O objetivo deste projeto, era de “sensibilizar a comunidade local para questões associadas ao ambiente e à limpeza urbana” e como objetivos específicos “reforçar o sentimento de pertença à comunidade, o trabalho em equipa e as dinâmicas em rede”, “sensibilizar os grupos-alvo para a temática do projecto, através da construção de um projecto de intervenção na comunidade”, “promover o convívio e a solidariedade entre gerações”. O projeto foi desenhado com as seguintes fases: workshop: informação/ sensibilização sobre o tema, que se realizou no dia quatro de agosto, o trabalho de terreno: identificação dos problemas e potencialidades da comunidade local (Bairros S. Tomé e Carriçal) – debate de ideias, que se realizou a 5 de agosto, o workshop: desenho do projecto e a apresentação do projecto, realizado no dia 6 de agosto, o trabalho de terreno: intervenção na comunidade, que se realizou a 7 e 8 de agosto e a avaliação do projecto pelos participantes, esta foi sendo realizada posteriormente.

Consideramos pertinente a participação do grupo, neste projeto, por um lado, por que ia dar a possibilidade de, a partir de um acompanhamento especializado com profissionais do Centro de Educação Ambiental, refletirem sobre o local em que vivem e ainda de, possíveis formas de intervir na sua comunidade, por outro lado, é uma forma de a instituição aproximar-se da comunidade, sendo este último, um dos objetivos deste projeto. É de referir que, apesar de a ideia base do projeto não ter partido do grupo, a sua construção e desenvolvimento foi feita pelo grupo, juntamente com algumas crianças do ATL do Centro Social de S. Tomé da Obra Diocesana de Pomoção Social. Assim sendo, como participantes neste projeto estiveram cerca de seis crianças entre os seis e os doze anos e seis adultos, por parte do CC, a “Luísa”, a “Rosa”, o “Luís”, o “Paulo”, o “Augusto” e a “Fernanda”. Em apêndice encontra-se o desenho do projeto e o seu desenvolvimento, até o momento. Neste capítulo apresentamos apenas as ideias mais importantes de todo este processo (Apêndice N). Desta forma, os problemas identificados pelo grupo no Bairro de S. Tomé foram: a população não separa corretamente os resíduos pelos diversos contentores dos ecopontos (vidrão, embalão, papelão e pilhão); espaços verdes pouco cuidados, existência de moradores pouco sensibilizados para as questões do ambiente e da limpeza urbana; existência de “monstros domésticos” junto aos ecopontos; destruição/vandalismo

das infra-estruturas existentes no bairro - os ecopontos; existência de resíduos junto aos contentores, quando estes se encontram vazios; passagem do edifício J (túnel) com dejetos e resíduos; insuficiência de “*Moloks*”, na via principal da Alameda 25 de Abril; insuficiência de um ecoponto à entrada do Bairro de S. Tomé (frente ao ISEP) (Alameda 25 de Abril); e a existência de um número significativo de animais selvagens (gatos). Quanto aos problemas identificados pelo grupo no Bairro do Carriçal foram: a população não separa corretamente os resíduos pelos diversos contentores dos ecopontos (vidrão, embalão, papelão e pilhão); espaços verdes pouco cuidados; existência de moradores pouco sensibilizados para as questões do ambiente e da limpeza urbana; existência de “monstros domésticos” junto aos ecopontos; destruição/vandalismo das infra-estruturas existentes no bairro - os ecopontos; existência de resíduos junto aos contentores, quando estes se encontram vazios; falta de higienização dos contentores de lixo, por parte do Pelouro do Ambiente e Protecção Civil da Câmara Municipal do Porto (CMP); e a existência de um número significativo de animais selvagens (gatos). Como potencialidades da comunidade, o grupo considerou a existência de moradores preocupados com o ambiente e com a limpeza urbana e a existência de um número adequado de contentores e de ecopontos distribuídos pelos bairros-alvo. Dos problemas identificados, os problemas que o grupo selecionou tendo em conta, o curto espaço de tempo que possui para a realização do projeto foram: A população não separa corretamente os resíduos pelos diversos contentores dos ecopontos (vidrão, embalão, papelão e pilhão); a existência de “monstros domésticos” junto aos ecopontos; a destruição/vandalismo das infra-estruturas existentes no bairro - os ecopontos; e a existência de resíduos junto aos contentores, quando estes se encontram vazios.

Como objectivos foram definidos: aumentar o conhecimento sobre os comportamentos e atitudes dos habitantes face ao uso das infra-estruturas disponíveis no âmbito da limpeza urbana; facilitar o acesso da comunidade à informação; sensibilizar e aumentar o nível de conhecimento da comunidade sobre a importância da separação dos resíduos; e incentivar a participação activa da comunidade local visando melhorar a qualidade de vida nos bairros-alvo.

Desta forma as atividades desenvolvidas foram a elaboração de cartazes com mensagens sobre o ambiente e a sua colocação em locais estratégicos. Deste projeto faz parte ainda uma atividade que, só irão ser realizada em Setembro que consiste em contactar as organizações locais, no sentido de, se realizarem sessões de sensibilização colectivas, no Bairro de S. Tomé: Os Fatigados e no Bairro do Carriçal: Federação Académica do Porto-FAP, que são locais de referência em cada um dos bairros.

Em relação a elaboração de cartazes, foram elaborados oito cartazes, com as seguintes mensagens, selecionadas após um breve “brainstorming”: “reduzir é preciso”, “separar é fácil”, “estou cá mas não poluo”, “reciclar é melhor”, “vamos criar bom ambiente”, “separe hoje garanta um futuro melhor”, “por favor, não poluir”, “seja amigo! o lixo no contentor”. Estes cartazes foram colocados junto de contentores e de ecopontos, pelos Bairros de S. Tomé e Carrigal.

Após a colocação dos cartazes, o grupo avaliou a forma como estes foram recebidos pela comunidade, verificando o estado dos cartazes, ou seja, se permanciam nos locais em que foram colocados, sendo que, além desta vigilância de forma voluntária pelos participantes, foi realizada ainda, num dos encontros do grupo às segunda-feiras, o grupo circulou pelos bairros, pelos locais em que foram colocados os cartazes. Ao longo destas visitas verificamos que alguns cartazes foram desaparecendo, sendo que até a data de 30 de agosto, de 2014, haviam desaparecido quatro cartazes dos oito colocados. Perante estes resultados o grupo refletiu sobre estes acontecimento e este não considera que o desaparecimento dos cartazes, tenha sido pelo facto de a comunidade não ter recebido bem os cartazes e sim devido à forma como estes foram colocados que, possivelmente com o passar do tempo e com as condições meterológicas acabaram por descolar dos locais.

Quanto a esta atividade, o grupo considerou que este projeto foi importante para a comunidade, consideraram ainda como aspetos positivos o estarem a fazer algo pela comunidade, o convívio com o grupo e com outras pessoas, nomeadamente as crianças do ATL.

A segunda ação, denominada, “Descobrimo a nossa cidade”, consistia num conjunto de atividades de cariz cultural, incluindo visitas a monumentos e espaços da cidade do Porto, privilegiando espaços gratuitos, cujo cronograma das atividades e participantes em cada atividade podem ser consultados em apêndice (Apêndice O). Esta ação surge enquadrada no objetivo geral “Promover o bem-estar psicológicos das pessoas em situação de desemprego”, e aos seguintes objetivos específicos “valorizar e reconhecer a importância de encontros com outras pessoas em situação de desemprego”, “partilhar opiniões e sentimentos com os elementos do grupo”, “ocupar os tempos livres de uma forma produtiva.

Esta atividade surgiu, após o interesse demonstrado pelo grupo, em conhecer alguns espaços da zona do Porto, isto porque, apesar de, a maioria, ter crescido e vivido, na zona do Porto, manifestaram o interesse em conhecer e visitar espaços novos da sua cidade, ou ainda entrar em locais, pelos quais já passaram imensas vezes, mas nos quais nunca entraram. Perante a proposta, o grupo mostrou-se receptivo e motivado a envolverem-se neste programa, revelando ser uma mais-valia para si, pois, apesar de residirem na freguesia do Porto, não conhecem muitos locais

da sua própria cidade. Nestas visitas, foi dada a possibilidade de cada participante convidar uma pessoa da sua rede de amigos, familiares, para, juntamente com o grupo, fazer parte das atividades (Apêndice P). Foi ainda elaborado um cartaz em conjunto com o grupo, com o respetivo programa (Apêndice Q), a sua construção, partiu das escolhas do grupo, assim após a apresentação de diversas propostas em torno de imagens da zona do Porto, o grupo escolheu a imagem que foi colocado no cartaz, por considerar, que, expressa o sentir do grupo, dado que a imagem mostra a cidade do Porto marcado por um nevoeiro, considerando que, através deste programa, o grupo irá a descoberta da cidade, assim sendo, dentro das várias sugestões para o nome da atividade, tais como: “À procura do Porto”, “À procura da Cidade”, “Rostos e Roteiros”, “Sempre a Animar” e “Descobrimo a cidade”, foi esta última sugestão, escolhida pelo grupo, como nome para esta atividade.

Para a realização deste programa foi realizado um pedido à Junta de Freguesia de Paranhos (JFP), no sentido, de solicitar o seu apoio, ao nível do transporte, porém, a JFP respondeu, que, no momento, os transporte encontravam-se ocupados devido às diversas atividades que são realizadas na época de Verão, porém, apesar deste constrangimento, o grupo conseguiu este apoio apenas na última visita da ação. Pois tal como, relatado na Avaliação de Contexto, os recursos económicos fracos é um dos problemas destas pessoas, pelo que, por vezes, uma senha de autocarro é um custo que, por vezes, não podem suportar, assim sendo, este pedido era uma forma de minimizar as despesas que os participantes poderiam ter. Porém, face a este constrangimento, o grupo decidiu avançar com o programa, sendo que de, referir que, por vezes, alterámos a data das visitas de forma, a que, algumas pessoas nomeadamente a “ Rosa”, que expressava uma maior dificuldade em dispensar algum dinheiro para as senhas do autocarro, pelo facto de, não ter onde deixar as suas filhas, pelo que, na maioria dos percursos, a “Rosa” fez-se acompanhar das filhas, pelo que, pagar três senhas de autocarro, por vezes, era uma despesa que não poderia suportar, e assim, por vezes, depois de conversar com o grupo, alteramos a data de algumas visitas, para dar assim a possibilidade de todas as pessoas poderem participar.

Os participantes mais assíduos deste programa foram: a “Fernanda”, a “Lina”, a “Raquel” e o “Luís, tendo ainda, “Augusto” participado em duas das atividades e o “Paulo”, em uma atividade.

Face a esta atividade o grupo considerou que estas atividades foram importantes, no sentido, em que, conheceram espaços que não conheciam e que nunca iriam se lembrar de ir, por um lado, com medo de que este sítios fossem a pagar e por outro lado, porque sozinhos não teriam a iniciativa de sair de casa com este propósito. É ainda de realçar, que mesmo, quando visitámos locais que alguns elementos já conheciam estes referiram “ha tantos anos que eu não venho

aqui”, verificando-se assim, que, através destas visitas conheceram sítios novos, bem como, revisitaram locais que já conheciam. Salientaram como aspetos importantes, os momentos de convívio, de conversa, de diversão gerados entre o grupo, durante estas saídas.

Além da avaliação do grupo, enquanto investigador participante, realço alguns aspetos, que através da observação participação permitiram-me construir uma visão acerca do sentir do grupo nesta atividade. Assim, os percursos foram realizados de autocarro, pelo que todo este percurso foram momentos de conversa, convívio, e interação entre o grupo. Sendo ainda que, o percurso a fazer, foi opção do grupo, sendo que, foram eles, que em grande parte das vezes, a partir dos contributos de cada um decidiram o melhor percurso a fazer. É ainda de realçar, que nestes percursos, enquanto investigadora, estando numa posição privilegiada em que poderia ao mesmo tempo, participar e observar o grupo, ficou visível que estes se sentem como grupo, procurando sempre, desde a saída até a chegada, manter-se sempre juntos como grupo, cuidando uns dos outros, e preocupando-se se estávamos sempre todos, considerando este, um indicador que revela, a criação de uma relação entre os elementos do grupo. Quanto às expressões do grupo nestas visitas: destaca-se a “Lina”, “se eu não estivesse aqui estaria em casa sozinha”, ou a “Fernanda” “fui uma tarde bem passada”. Mesmo os elementos que por diversos motivos, não puderam participar nas outras visitas, como o “Augusto” e o “Paulo” expressaram que gostaria de ter participado em mais atividades, porém, por motivos familiares não lhes foi possível. Quanto ao “Augusto”, este elemento não pode participar na maioria destas atividades, mas expressou o seu sentir, referindo “gostava muito de ir convosco, até me fazia bem ir, mas não posso por causa da minha irmã que esta hospitalizada”. Sendo, ainda de referir que, o “Augusto” deslocava-se à insituição, para informar o grupo que não poderia estar presente. É de salientar que o “Augusto” esteve ausente do grupo, cerca de um mês, e em todos os encontros, o grupo questionava se existia novidades quanto ao estado de saúde do seu parente, pelo que, enquanto investigadora, procurei, também, esta sempre em contacto, muitas vezes telefónico, de forma a compreender como estavam as coisas e de mantê-lo informado sobre as atividades, para que, quando estivesse disponível se juntasse ao grupo. É ainda de realçar que, a “Fernanda” por vezes, referia “eu até passei pela casa dele a ver se o via, mas não o vi”, ou ainda “as vezes via-o a passar pelo bairro, há uns dias que não o vejo”, ou ainda “era bom, para ele, estar aqui, ia fazer-lhe bem”. Estando ausente nunca fui esquecido pelo grupo, nem nunca esqueceu o grupo, procurou sempre estar disponível, da forma que lhe era possível.

Tal como referido, na descrição desta ação, esta contemplava a existência de um convite, em que, cada elemento do grupo poderia convidar um amigo, um vizinho ou um familiar, para,

juntamente com o grupo participar em alguma destas visitas. Porém, o que constatamos é que a maioria do grupo, não convidou nenhum elemento para as visitas, além da “Lina”, que em uma visita fez-se acompanhar pela vizinha e da “Fernanda”, que em duas das visitas fez-se acompanhar pelo sobrinho. Dos elementos restantes não surgiram convites, ao refletir sobre esta situação encontramos duas hipóteses, por um lado, pelo facto de não haver transporte garantido, o que exigia aos participantes o custo de uma senha de autocarro ou, por outro lado, por não terem quem convidar. Esta última opção é reforçada quando, na última visita, perante o apoio da Junta de Freguesia de Paranhos ao nível do transporte, e na presença de lugares disponíveis foi lembrado ao grupo que poderiam convidar alguém, e a maioria das pessoas referiu “eu não tenho ninguém para convidar”. Esta foi uma reflexão que foi partilhada pela coordenadora da valência, considerando esta, que esta será uma das necessidades da comunidade, que pretende continuar a trabalhar.

Apesar de alguns participantes terem participado de forma constante em todas as atividades, por vezes, em algumas visitas o número de participantes foi reduzido, não pelo desinteresse pelas atividades, mas devido à existência de algum compromisso ou problema familiar que os impossibilitaria de participar ou ainda pela impossibilidade de suportar o custo de uma senha de autocarro. Face a estes constrangimentos que foram surgindo, procuramos sempre alterar a data das visitas, de forma, a que, o maior número de pessoas pudesse participar e usufruir deste momento com o grupo.

4.4 AVALIAÇÃO DE PRODUTO

Nesta fase, iremos refletir em torno das ações e das atividades desenvolvidas, ao longo do projeto, refletindo ainda, acerca dos resultados que surgiram ao longo deste percurso, sendo que esta avaliação “não deve ser um fim em si mesmo, mas sim um meio para melhorar (...)” (Serrano, 2008, p.81). Os resultados de um projeto de Educação e Intervenção Social, não podem ser quantificáveis, são apenas indícios e pequenas conquistas, que cada um dos participantes fez ao longo do percurso, que podem ser expressas, pelos participantes, no seu discurso, nas suas ações e na sua forma de estar e percebidas pelo próprio investigador, mediante o seu envolvimento com o contexto e com as pessoas, porém, a postura do investigador deverá ser a de implicado e,

ao mesmo tempo, distanciado, o que lhe permitirá olhar a realidade de uma forma diferente, refletindo sobre o que era pretendido e, em que medida foi alcançado, tal como refere Espinoza (1986, citado por Serrano, 2008, p.83) “avaliar é comparar num determinado instante o que foi alcançado mediante uma ação e o que deveria ter sido alcançado de acordo com uma prévia programação”. Além, de tudo isto, a avaliação de produto, segundo Serrano, (2008, p.8), é

“um processo de reflexão que permite explicar e avaliar os resultados das acções realizadas. A avaliação permite-nos reconhecer os erros e os sucessos da nossa prática, a fim de corrigir aqueles o futuro. É uma perspectiva dinâmica que nos permite reconhecer os avanços, os retrocessos e os desvios no processo de consolidação e que nos situa na etapa em que nos encontramos com os seus reptos e tarefas, as suas luzes e as suas sombras”.

Nesta fase, é importante lembrarmos os problemas e as necessidades que deram origem aos objetivos do projeto, e refletir em que medida, estes foram alcançados através das ações e das atividades desenvolvidas. Assim sendo, consideramos que as ações planejadas e as atividades desenvolvidas estavam em concordância com às necessidades priorizadas na avaliação de contexto e com os objetivos gerais e específicos definidos com a valência de CC e com as pessoas da comunidade. Em relação à ação “Bem me queres, bem te quero” consideramos que respondeu aos objetivos gerais deste projeto, na medida em que, no que diz respeito ao objetivo “Aproximar a valência de Centro Comunitário à comunidade”, as atividades desenvolvidas, principalmente as Feiras de Trocas Solidárias possibilitaram uma aproximação e envolvimento da instituição com a comunidade, possibilitando à comunidade conhecer a instituição e possibilitando à valência de CC compreender, um pouco mais, as suas necessidades, enquanto comunidade, através da sua receptividade e da sua avaliação às atividades e as oportunidade que a instituição ofereceu à comunidade, sendo que, o grupo mais restrito de pessoas da comunidade, que se tornaram nos elementos dinamizadores da vida da instituição e da comunidade, foram um elo de ligação da instituição à comunidade mais alargada. Analisando os objetivos específicos, deste primeiro objetivo geral que foram: “conhecer as necessidades da comunidade”, “contribuir para a dinamização da vida da comunidade” e “contribuir para a criação e consolidação de laços a nível local, do bairro e do grupo”, consideramos que estes foram concretizados. Quanto ao segundo objetivo geral “Promover o bem-estar psicológicos das pessoas em situação de desemprego”, consideramos que foi concretizado, na medida em que, a partir da mobilização, participação e

motivação de um grupo de pessoas da comunidade, em conjunto com a valência de CC, dinamizaram a vida da instituição e da comunidade através do planeamento e da organização de atividades, e ao mesmo tempo, a valência de CC contribuiu para o bem-estar individual de cada um dos participantes da comunidade e conseqüentemente na satisfação das suas necessidades, apresentadas na avaliação de contexto, a necessidade de ocupar os seus tempos livres e de sentirem-se úteis. Assim sendo, analisando os objetivos específicos, deste objetivo geral, que foram: “valorizar e reconhecer a importância de encontros com outras pessoas em situação de desemprego” “partilhar opiniões e sentimentos com os elementos do grupo”, “ocupar os tempos livres de uma forma produtiva,, “sentirem-se valorizados pessoalmente” , “participar na dinamização da instituição” consideramos que estes foram concretizados, ao longo do desenvolvimento do projeto.

No que diz respeito, a ação “Descobrir a cidade” consideramos que respondeu ao objetivo geral “Promover o bem-estar psicológicos das pessoas em situação de desemprego”, na medida em que, possibilitou o acesso a momentos de diversão, permitiu-lhes ocupar os tempos livres, proporcionou momentos de diálogo com os elementos do grupo e a criação de novas relações. Analisando os objetivos específicos, que eram: “valorizar e reconhecer a importância de encontros com outras pessoas em situação de desemprego”, “partilhar opiniões e sentimentos com os elementos do grupo” e “ocupar os tempos livres de uma forma produtiva” consideramos que estes foram concretizados.

De forma a facilitar a avaliação de produto, foram definidos alguns indicadores de avaliação, em relação a valência de CC foram: o nível de participação da instituição com a comunidade, o nível de envolvimento da instituição com a comunidade, a capacidade de a instituição dar resposta às necessidades da comunidade, assim como, a relação construída entre a valência de Centro Comunitário/a instituição e a comunidade e a percepção das pessoas sobre a pertinência das actividades promovidas pela valência para si e para a comunidade. Os indicadores de avaliação definidos em relação as pessoas em situação de desemprego foram: o nível de satisfação pessoal, o nível de participação (número de participantes), o envolvimento e interesse nas actividades, a capacidade de partilha, conversa e diálogo, entre o grupo, acerca dos seus problemas/inquietações, a relação construída entre os elementos do grupo, assim como, a percepção das pessoas sobre a pertinência das actividades para si e para a comunidade. Estes indicadores ajudam a compreender se os objetivos definidos foram concretizados, sendo que, quer ao longo da avaliação de processo, quer no subcapítulo da avaliação de produto, procuramos refletir e dar conta sobre a forma como cada indicador esteve presente.

Para uma avaliação geral foi realizado um encontro individual com cada participante com o objetivo de compreender a sua opinião sobre o desenvolvimento do projeto, sobre o seu impacto a nível pessoal, e ainda, compreender o que poderia ter sido feito de diferente e a motivação para continuar, assim como, a percepção da coordenadora da valência de CC, no sentido, de compreender, de que forma, o projeto desenvolvido contribuiu para a missão de um Centro Comunitário e conseqüentemente para aproximar a instituição da comunidade.

Assim sendo, no que diz respeito às pessoas da comunidade em situação de desemprego, quando se pronunciaram face ao projeto desenvolvido, expressaram que foram momentos importantes, na medida, em que contribuiu para que se sentisse bem e para que estivessem ocupados por algumas horas, permitindo assim não pensar nos seus problemas e usufruir de momentos agradáveis com outras pessoas, referiram ainda que, fizeram coisas que nunca pensariam fazer. É de referir ainda, que todos os participantes mostraram-se disponíveis, motivados e com vontade para continuar o trabalho realizado até então e para se manterem em contacto com o grupo e com a instituição. Seguidamente apresentamos um pouco do sentir de cada participante face ao projeto.

Assim sendo, a “Lina” referiu “tenho gostado das feiras, do convívios , foi uma experiência muito bom e acho que correu muito bem”.

A “Rosa” referiu “para mim foi tudo importante, ajudou-me em muita coisa, tenho me sentido melhor, para mim até é bom, porque saio de casa, se eu tiver em casa, deito-me na cama”. Em relação a atividade da Feira de Trocas Solidárias salientou “espero que para o ano haja mais, é uma coisa que eu me sinto bem conheço pessoas novas, lido com pessoas espectaculares”, acrescentou ainda “se houvesse mais, mais eu fazia e participava porque é uma maneira de não estar em casa, de conviver, de conhecer pessoas novas”.

O “Augusto” salientou “enquanto estou aqui estou bem, não penso em nada na minha vida que me preocupa, depois volto a casa, e dou uma vista de olhos ao que foi dito as poucas coisas que vou apontando, as fotos que vou tirando, tem sido positivo e quero continuar estou disponível” acrescentou ainda “sempre que é para vir custa-me depois de passar aquela porta estou perfeitamente concentrado no que se vai fazer, no que se vai dizer”.

Procuramos ainda compreender, com cada um dos participantes a sua percepção face aos encontros semanais e a sua motivação e disponibilidade para continuarem com estes encontros. Os participantes consideraram que os encontros foram importantes pelos momentos de conversa e de convívio com os elementos do grupo e, ainda, pelos sorrisos e momentos de diversão gerados entre o grupo nestes encontros. Enquanto investigadora, é de salientar que estes encontros eram

uma estratégia para o desenvolvimento do projeto, porém, constitui-se num momento importante para o grupo e conseqüentemente para a criação de uma relação de proximidade entre o investigador e os participantes, constituindo-se, a uma certa altura, numa rotina para os participantes. É de realçar ainda, que não era necessário lembrar aos participantes do encontro da próxima segunda-feira, sendo os próprios, que, na hora de regressarem às suas casas referiam “até a próxima segunda -feira”. Seguidamente apresentamos um pouco do sentir de cada participante face a estes encontros. A “Lina” referiu “a pessoa vem aqui convive, e conversa e dá a sua opinião”. A “Fernanda salientou “trocamos ideias, conversamos, é bom, vemos coisas que fizemos, rimos bastante”, acrescentou ainda “gostava de continuar com estes encontros, temos tipo um trabalho, aquela hora temos que sair e adiantámos as coisas, porque tenho aquela responsabilidade em estar a tal hora em tal sítio”. A “Rosa” referiu “conversar é muito bom e partilhar as coisas”, expressou ainda que os encontros são momentos de sorrisos referindo “porque eu não me ria, qualquer coisa eu rio me, sou aquela Rosa que era antigamente”. O “Augusto” salientou “a minha vida é de segunda a domingo igual, à segunda feira é um dia diferente, tenho duas horas que estou concentrado noutra coisa” e o “Luis”, referiu “à segunda-feira é diferente”.

Procuramos compreender também, como se sentiu cada participante no grupo. A este sentido, todos referiram que, sentem-se bem no grupo e que, apesar de residirem próximos, não se conheciam entre si ou apenas se conheciam por encontrarem-se pelo bairro. Salientando que, após este projeto, esta situação mudou, pois quando passam uns pelos outros, cumprimentam-se e, por vezes, conversam sobre as atividades que estão a desenvolver, ou questionam se o outro elemento irá estar presente no próximo encontro. Surgindo ainda situações, em que, são os elementos do grupo que trazem notícias para o grupo dos elementos que estão ausentes, por algum motivo, ou ainda, situações, em que era o grupo que notava a ausência de algum elemento e questionava. É de referir ainda que, o “Augusto”, esteve ausente dos encontros, cerca de um mês, devido a um problema de saúde de um familiar, porém, em todos os encontros, o grupo questionava se havia notícia do “Augusto” e como estava a sua situação, sendo que, por vezes, algum elemento do grupo referia que o tinha encontrado e dava a conhecer ao grupo o estado da situação. É de acrescenta ainda, que durante este período foram realizados diversos contactos telefónicos com o “Augusto”, de forma a compreender como estava a sua situação e mantê-lo informado sobre as atividades que o grupo estava a desenvolver. É de realçar ainda, que o “Augusto”, apesar de não estar presente, contactava telefonicamente, de forma, a avisar a razão da sua ausência, ou dirigia-se à instituição na hora em que estava marcado o encontro e

comunicava ao grupo a razão da sua ausência, o que consideramos ser um dado que revela o envolvimento do participante com o grupo. Desta forma, verifica-se o envolvimento e as relações criadas entre os elementos do grupo, em que sentiam falta uns dos outros, tendo ainda surgido algumas relações mais próximas, em que encontram-se todos os dias, ou frequentam a casa um do outro, por exemplo: o “Augusto” referiu “encontrei um grande amigo, o Paulo, estou com ele todos os dias”, ou ainda, em relação ao “Luis”, “não o conhecia de lado nenhum, mas ele já entrou em minha casa e em minha casa não entra toda a gente”. Quanto ao sentir de cada elemento face ao grupo, apresentamos algumas das suas expressões, assim, a “Lina” referiu “grupo é espetacular, sinto me bem no grupo” referindo ainda que considera o grupo como uma segunda família, o “Augusto”, referiu “sempre que me encontro com estas pessoas sinto me bem, dou me bem com toda a gente, sinto-me num meio que gosto, que aprendi a gostar”.

Para esta avaliação global do projeto, procuramos também, compreender, com a coordenadora da valência, que participou em todos os momentos e atividades deste projeto, a sua opinião face aos resultados alcançados. Assim sendo, a sua opinião face ao trabalho desenvolvido é que “o trabalho que foi feito até agora acho que foi um trabalho válido, por um lado, a nível individual para cada um dessas pessoas ao nível do empowerment, e com visibilidade e impacto na comunidade”, acrescentou ainda “nunca se fez tanto como agora”, revelando que as atividades realizadas foram importantes para a valência e para o grupo referindo “estou muito satisfeita com o trabalho, mas isto é uma semente”. Expressando ainda disponibilidade e motivação para continuar o trabalho desenvolvido até então com o grupo e com a comunidade.

A base deste projeto é a participação das pessoas em todos os processos, porém, em reflexão com a coordenadora da valência, nem sempre conseguimos fazer com que o grupo compreendesse que a sua participação era fundamental e que o grupo era o pilar de tudo o que realizámos, sendo que, por vezes, ouviu-se o discurso das pessoas “eu nunca imaginei conseguir fazer isto, mas conseguimos com a ajuda das doutoras” ou ainda “estou aqui a ajudar”, nestes momentos fui sempre reforçado que não são os técnicos que são o mais importante, mas sim, o grupo, pois foram eles que deram forma as atividades e que tornaram possível a realização do projeto. Neste sentido, é importante continuar a fomentar a importância da participação das pessoas é importante, para que compreendam o papel que poderão ter na sua comunidade. Neste sentido, refere Barreto (2002, citado em Delgado, 2006, p.38) que a participação é “ação tendente a envolver um cidadão ou um grupo de cidadãos nos processos comunitários, cívicos e políticos que lhe dizem respeito” e desta forma, tal como afirma Delgado (2006, p. 38) “a participação revela deste modo essa sua característica essencial que é a de ser o factor que

viabiliza a comunidade: só existe comunidade se houver participação”. A este sentido a coordenadora da valência referiu “independentemente de estarem desempregadas, de serem doentes, de não terem um perfil para serem bons candidatos a a emprego, ainda são pessoas válidas e que podem ter uma função é redescobrir essa função para elas próprias, para valorização pessoal e também na sua comunidade”

Com este projeto a coordenadora da valência, teve a oportunidade de criar uma relação de proximidade com os elementos do grupo, de aumentar o seu conhecimento sobre cada um deles, conhecer mais as suas vidas, e compreender algumas das suas necessidades, referindo ainda que, quanto ao grupo “contava que tivesse outro tipo de relações no próprio bairro, isso não se verifica, aquela ideia que se têm das relações de vizinhança de alguma proximidade”. Verificando-se então, que esta proximidade permitiu a coordenadora olhar a realidade envolvente à instituição de uma forma diferente e com maior conhecimento.

Por fim, a finalidade que construímos para este projeto, que designamos “Da Procura, Um Encontro” era “Envolver a instituição com a comunidade, tornando-a um verdadeiro pólo de desenvolvimento social e dinamizador das solidariedades locais através da promoção do bem-estar e do reforço da capacidade de integração, de participação e de auto-realização das pessoas em situação de desemprego”. Neste sentido, consideramos que face às ações, as atividades desenvolvidas e a opinião dos participantes no projeto, consideramos que, foram dados alguns passos no sentido de alcançar a finalidade a que nos propusemos, na medida em que, deu voz às pessoas, aproximou a instituição da comunidade e possibilitou e proporcionou o envolvimento das pessoas com a instituição e a participação e envolvimento da instituição na resolução dos problemas e das necessidades da comunidade porém, é necessário continuar com o trabalho desenvolvido para que, se possa criar, tal como descrito no muro da instituição “um chão de mãos estável, para um céu de sonhos possível”. E tal como apresentado no início deste relatório, como forma de justificar o nome dado a este projeto, relembramos o seguinte excerto, que expressa, um pouco, do percurso de um projeto em Educação e Intervenção Social, as conquistas, as dificuldades e as barreiras que, por vezes, exigiram uma mudança de direcção, mas, que nunca foram impeditivos do avanço em direcção ao encontro que desejávamos.

“De tudo ficaram três coisas...

A certeza de que estamos começando...

A certeza de que é preciso continuar...

A certeza de que podemos ser interrompidos antes de terminar...

Façamos da interrupção um caminho novo...

Da queda, um passo de dança...

Do medo, uma escada...

Do sonho, uma ponte...

Da procura, um encontro!”

(Sabino, 2014)

CONCLUSÃO

A construção e desenvolvimento deste projeto, partiu da motivação, da disponibilidade, e da vontade das pessoas em fazer algo por si pela comunidade onde vivem. A mudança é o que desejamos em qualquer projeto de Educação e Intervenção Social, sendo que “a mudança que se pretende é a da melhoria da qualidade de vida, que passa pelo ter, pelo ser, pelo fruir, pelo fazer (Lima, 2003, p. 309), porém, esta não é o fim, mas sim começo de algo mais. No nosso projeto, as mudanças não foram de grande visibilidade, porém, para aquelas que estiveram envolvidos, a mudança deu-se através de pequenas coisas, na criação de um dia diferente, para que nem todos os dias fossem iguais, para que, pelo menos, um dia da semana destas pessoas fosse diferente.

O desenvolvimento de um projeto, não se cinge a um conjunto de atividades ou a um determinado espaço de tempo, os seus resultados em cada um dos participantes, na “Rosa”, no “Augusto”, na “Fernanda”, no “Luis”, na “Raquel”, na “Lina”, no “Paulo” e na “Luísa” permanecerão nas suas recordações, as vivências, as experiências, pois um projeto é um encontro que se dá entre um conjunto de pessoas, no qual, enquanto investigadora, provoqueei e do qual também faço parte. Um projeto é assim uma ligação entre várias pessoas, é um encontro que transpõe-se ao espaço de uma instituição, pois cada um dá um pouco de si, sendo o projeto um pouco de cada um de nós. E, neste sentido, o nome atribuído a este projeto “Da procura, Um encontro”, surgiu após uma reflexão em torno de tudo o que foi desenvolvido, das relações que foram construídas, dos momentos que foram gerados, chegando a conclusão que todo o projeto desde o desenho, ao desenvolvimento foi marcado pela realização de encontros, pelo que consideramos que este seria o melhor nome a dar ao nosso projeto.

“Não havíamos marcado hora, não havíamos marcado lugar.
E, na infinita possibilidade de lugares, na infinita possibilidade de tempos,
nossos tempos e nossos lugares coincidiram.
E deu-se o encontro.”
(Alves, 2014)

REFERÊNCIAS

- Albarello, L., Difneffe, F., Maroy, J.P., Ruquoy, D & Sant-Georges, P. (1997). *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais*. Lisboa. Gradiva.
- Almeida, J, & Pinto, J. (1990). *A investigação nas Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença.
- Almeida, A., & Fernandes N. (2010). *Intervenção com crianças, jovens e famílias*. Centro de Estudos da Criança – Estudos e Práticas. Minho:Edições Almedina.
- Alves R. (2014). Pensador: coleccione e partilhe frases, poemas, mensagens e textos. Disponível em http://pensador.uol.com.br/poemas_de_encontro/ e acedido a 08/09/2014.
- Ander-Egg, E. (1998). Metodología y práctica del desarrollo de la comunidad – Vol I – Que és el desarrollo de la comunidad?.Colombia: Universidad Colégio Mayor de Cundinamarca.
- Alves, S. (2008). A geografia do desemprego no Porto. Comunidades e territórios com maior vulnerabilidade à pobreza e à exclusão social. *Cidades – Comunidades e Territórios*, 16, 43-67.
- Bonfim, C.D., Saraiva, M.E., Curto, M.J., Abrantes, M.D., & Ferreira, S.P. (2000). *Centro Comunitário*. Lisboa: Direcção-Geral da Acção Social – Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação.
- Boutinet, J. (1990). *Antropologia do Projecto*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Cachapa, M. (2007). *Desemprego, qualidade de vida e stress um estudo na região de*. Dissertação de Mestrado em Comunicação em Saúde. *Universidade Aberta*.
- Caleiras, J. (2011). *Para além dos números – as consequências pessoais do desemprego. Trajectórias de empobrecimento, experiências e políticas*. Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Faculdade de Economia. Universidade de Coimbra.
- Caride, J., & Meira, P. (1995). A perspectiva ecológica: referências para o conhecimento e a práxis educativa. In A. Carvalho (Ed.), *Novas metodologias em Educação*. Porto: Porto Editora.
- Caride, J.A., Freitas, O.M & Callejas, G.V. (2007). *Educação e desenvolvimento comunitário local. Perspectivas pedagógicas e sociais da sustentabilidade*. Porto: Profedições.

- Cavacas, M. (2008). *Adultos que não completaram a actual escolaridade obrigatória: que desafios perante o mercado de trabalho?*. Dissertação de mestrado em Sociologia das Organizações, Departamento de Sociologia, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Campenhoudt, L. V. & Quivy, R. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa. Gradiva.
- Cembranos, F., Montesinhos D., & Bustelo, M. (1988). *La animación sociocultural: Una propuesta metodológica*. Madrid:Editorial Popular.
- Cembranos, F., Montesinhos D., & Bustelo, M. (2010). *La animación sociocultural: Una propuesta metodológica*. Madrid: Editorial Popular.
- Centro Social. (2011-2014). *Projeto Educativo “Vivências”*.
- Centro Social. (2012a). *Projeto de Funcionamento da Actividade – Valência Centro Comunitário*.
- Centro Social do Amial. (2012b). *Regulmento Interno – Cantina Social*.
- Centro Social do Amial. (2012c). *Um mundo inteiro de assimetrias*. Retirado de <http://amialsocial.org/principios.htm>;
- Clavel, G. (2004). *A sociedade da exclusão*. Porto:Porto Editora.
- Costa, A. (1990). A pesquisa de terreno em sociologia. In Silva, A.S. e Pinto, J. M. *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento.
- Costa, A. (2003). *Para ajudar a Sísifo. Uma abordagem integrante da experiência de desemprego*. Dissertação de Mestrado em Psicologia da Educação, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Universidade de Coimbra.
- Canavarro, M.C., Dimas, I.M, & Pereira, M. D. (2013). Ajustamento psicológico, ajustamento diádico e resiliência no contexto de desemprego. *Análise Psicológica*, volume (1).
- Corcuff, P. (2001). *As novas sociologias*. 2ª edição. Sintra: VRAL.
- Decreto Lei nº 13/2003. *Revoga o rendimento mínimo garantido previsto na Lei n.º 19-A/96 de 29 de Junho, e cria o rendimento social de inserção*. Diário da República - I Série - N.º 117 de 21 de Maio de 2003, 3147-3152.
- Decreto Lei 257/ 2012. *Ministério da Solidariedade e da Segurança Social*. Diário da República - I Série — N.º 165 de 27 de agosto de 2012, 4724-4729.

- Delgado, P. (2006). *Os Direitos da Criança. Da Participação à responsabilidade*. O sistema de protecção e educação das crianças e jovens. Porto: Profedições
- Esteves, A. (2003). Investigação-Acção. In A. Silva., & J. Pinto., (orgs), *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento.
- Giddens, A. (1997). *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Guerra, I. (2002). *Fundamentos e processos de uma sociologia de acção – O planeamento em Ciências Sociais*. Estoril: Príncipia Editora.
- Instituto da Segurança Social. (2013). *Guia Prático - Rendimento Social de Inserção*. Retirado de http://www4.seg-social.pt/documents/10152/15010/rendimento_social_insercao
- Leitão, P. (2013). A Educação Social em Portugal: O Início de um percurso. *Praxis Educare, volume (1)*. Retirado de <http://www.apses.pt/sites/default/files/pe/PE1.pdf> em 12 de Março de 2014.
- Lima, R. J. (2003). *Desenvolvimento levantado do chão...Com os pés assentes na terra. Desenvolvimento local – Investigação Participativa - Animação Comunitária*. Dissertação de Doutoramento não publicada. Universidade do Porto, Porto.
- Luna, A., Estramiana, J., Gondim, S., Coelho de Souza, G. & Souza de Oliveira, T.S., (2010). *Atribuições de causas ao desemprego e valores pessoais. Estudos de Psicologia*, volume 15 (3). Retirado de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2010000300011&script=sci_arttext em 15 de Março de 2014.
- Monteiro, A. (1996). A avaliação nos projectos de intervenção social: reflexões a partir de uma prática. *Revista Sociologia – Problemas e Prácticas.*, Número 22, 137-154.
- Pardilhó, T. (2013). *Remar contra a maré. O desemprego: Impactos na vida quotidiana e no funcionamento institucional*. Dissertação de Estudos em Sociologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Ramos, E. (1993). *La investigación participativa en educación de personas adultas – La contruccion de un saber colectivo*. Sevilha. Editorial Kronos, S.A.
- Rodrigues, E. V., Samagaio, F., Ferreira, H., Mendes, MM., & Januário, S. (1999). A pobreza e a exclusão social: Teorias, conceitos e políticas sociais em Portugal. *Revista da Faculdade de Letras : Sociologia*, Número 9, 63-101.
- Rodrigues, V. (2010). *Escassos caminhos: Os processos de imobilização social dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção*. Porto. Edições Afrontamento.Porto.

- Sabino F. (2014). Pensador: coleccione e compartilhe frases, poemas, mensagens e textos. Disponível em http://pensador.uol.com.br/poemas_de_encontro/ e acedido a 08/09/2014.
- Sampaio, M. (2013). *A situação de desemprego: relações entre a esperança e o ajustamento psicológico*. Dissertação de mestrado em Psicologia da Educação, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Serapicos, A., Samagio, F., & Trevisan, G., (2013). Alguns apontamentos em torno do perfil profissional do Educador Social. *Praxis Educare, volume (1)*. Retirado de <http://www.aptses.pt/sites/default/files/pe/PE1.pdf> em 12 de Março de 2014.
- Serrano, G. P. (2008). *Elaboração de projectos sociais. Colecção Educação e Trabalho Social*. Porto: Porto Editora.
- Stufflebeam, D. & Shinkfield, A.. (1995). *Evaluación Sistemática, Guía Teórica e Práctica*. Barcelona: Ediciones Paidós.
- Ventura, F. (2013). *O Desemprego involuntário e a actualidade: Efeitos do desemprego e proactividade orientada para o reemprego*. Dissertação de mestrado em Psicologia da Educação, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

APÊNDICES

APÊNDICE A – SERVIÇO DE CANTINA SOCIAL

Quanto ao serviço de Cantina Social, de acordo com o Regulamento Interno, disponibilizado pela instituição, surgiu de um protocolo entre a instituição e o Instituto da Segurança Social no âmbito da Convenção da Rede solidária de Cantinas Sociais para o programa de Emergência Alimentar. Tem como objetivo “garantir às pessoas e/ou famílias que mais necessitam o acesso a refeições diárias gratuitas, tendo como referencial o número de 100 refeições diárias” (Centro Social, (CSb), 2012, p.1). Este serviço é disponibilizado às famílias todos os dias, e as refeições são distribuídas em regime de “Take-away”. Segundo o regulamento existem determinados grupos com prioridade no acesso a este serviço, como por exemplo: as famílias em situação de desemprego, as famílias com filhos, as pessoas com dificuldades na entrada no mercado de trabalho e as pessoas que recebam algum tipo de apoio social, como, por exemplo, famílias beneficiárias de RSI (CSA, 2012). É de realçar este último grupo de pessoas, dado que, paralelamente a este serviço, são também acompanhadas pela valência algumas famílias no âmbito da medida de RSI, que usufruem do apoio alimentar, através da Cantina Social. Os motivos que levam alguns destes agregados a solicitarem este apoio, de acordo com o observado no âmbito da participação em contexto de atendimento com alguns agregados beneficiários da medida de RSI e de conversas com a Técnica de Serviço Social, surge quando a prestação de RSI se encontra cessada ou, ainda, devido à existência de situações de dívida que estão a tentar liquidar, sendo que o apoio complementar na alimentação permite as famílias canalizarem o apoio económico para a dívida.

APÊNDICE B – O CONTRATO DE INSERÇÃO

Este contrato contempla um conjunto de deveres e de direitos do titular e do agregado familiar, apoios e medidas de inserção, medidas de acompanhamento a realizar pelos serviços. Ao assinar este contrato, o agregado, caso reúna condições para trabalho, tem que estar disponível para emprego, bem como para trabalho socialmente útil ou formação profissional (ISS, 2013). Segundo o Artigo 16.º, relativamente ao contrato de inserção, é também elaborado um relatório social, pelo técnico gestor do processo, em resultado do diagnóstico social, onde deve constar uma caracterização da situação sócio/económica do agregado, bem como as relações de parentesco entre o requerente e as pessoas que com ele vivam em economia comum, a sua situação perante o emprego, as potencialidade do agregado, assim como as ações que o agregado familiar deve desenvolver com vista à plena integração social e profissional (Portaria nº 257/2012 de 27 de Agosto). De acordo com o Decreto Lei nº 165-27, de Agosto de 2012, o contrato de inserção deve ser elaborado em conjunto com o agregado familiar e deve constar os objectivos que o agregado procura alcançar e as ações a desenvolver, para cada elemento do agregado, com vista a alcançar os objetivos. As ações do contrato de inserção são “estabelecidas de acordo com as características e condições do requerente e dos membros do agregado familiar” (ISS, 2013, p.18). Assim, deveria estabelecer-se um contrato personalizado para cada agregado, tendo em conta as suas características específicas. De acordo com o Artigo 18º, as ações do programa de inserção compreendem a aceitação de trabalho ou de formação profissional, a frequência do sistema educativo, a participação em programas de ocupação ou outros de carácter temporário que favoreçam a inserção no mercado de trabalho ou satisfaçam necessidades sociais, comunitárias ou ambientais, cumprimento de ações de orientação vocacional e de formação profissional, de ações de reabilitação profissional, de ações de prevenção, tratamento e reabilitação na área da toxicodependência, o desenvolvimento de actividades no âmbito das instituições de solidariedade social, utilização de equipamentos de apoio social, o apoio domiciliário, os incentivos à criação de actividades por conta própria ou à criação do próprio emprego (Decreto Lei nº 13/2003 de 21 de Maio). Procurámos compreender junto das pessoas, através da criação de momentos de conversa, a forma como o seu contrato de inserção tinha sido construído, ou seja, se o agregado tinha participado de forma ativa nesta construção ou se apenas o tinha assinado, bem como, de que forma tinha contribuído para a sua integração social e profissional. Nos discursos das pessoas surgiram expressões, como “lembro-me de ter assinado, mas não me lembro do que lá têm” ou, ainda, “fui chamado para assinar apenas” ou, ainda, “já

estou nisto há tanto tempo, que as coisas são sempre as mesmas, procurar trabalho, etc., nas últimas vezes nem perco tempo a ler”. Estes discursos revelavam, assim, que a maioria dos agregados tinha conhecimento sobre em que consistia o contrato de inserção, de uma forma geral, mas não tinha tido conhecimento sobre o que o seu contrato continha. Acrescentámos a opinião e ao discurso das pessoas, a análise que realizámos dos contratos de inserção dos indivíduos/agregados. Desta forma, verificou-se que os contratos eram semelhantes, no que dizia respeito aos objetivos a alcançar e às ações a desenvolver. No que diz respeito aos objetivos, estes centravam-se em “inserir o agregado no mercado formal de emprego/formação”, (em 12 contratos), “garantir o acesso às necessidades básicas enquanto a situação se manter”, (em cinco contratos); “promover a autonomia do agregado familiar” (em dois contratos), “promover a qualidade de vida do agregado familiar” (em dois contratos), “criar condições para o bem-estar e autonomia do agregado familiar”, (em um contrato) “trabalhar as competências parentais do titular”, “promover o bem-estar psicossocial do agregado familiar”, “promover a aquisição de competências pessoais e sociais”. De forma a alcançar estes objetivos, as ações presentes na generalidade dos contratos eram denominadas: apoio em questões de caráter geral, apoio ao exercício da cidadania – participação em sessões e outras dinâmicas de grupo, acompanhamento da situação clínica (quando algum elemento do agregado tinha algum problema de saúde), acompanhamento educativo do menor (quando existiam crianças em idade escolar no agregado) e integração no mercado de trabalho. Desta forma, parecia que todos os agregados possuíam as mesmas necessidades, daí as ações a desenvolver serem idênticas. Esta análise faz-nos levantar algumas questões: de que forma estas ações promovem a integração social e profissional destes agregados? O que é trabalhado com as pessoas durante o período em que estão integradas na medida? Que intervenção desenvolve o CC e a Instituição, com estes agregados, além dos atendimentos com a sua Técnica de Acompanhamento?

APÊNDICE C – PROGRAMA DE INFORMAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

Os participantes neste programa são os agregados beneficiários da medida de RSI. Estes são convocados formalmente, pela Segurança Social, para comparecer. Os formadores, para cada sessão, são convidados pelo CC. Os temas das sessões são organizados mediante as necessidades que a Técnica de Acompanhamento verificou ao longo da relação que construiu com os agregados. Na organização deste programa faz parte, ainda, uma primeira sessão de auscultação, em que se procura, juntamente com os participantes, averiguar temas do interesse dos indivíduos. A partir desta sessão de auscultação e mediante as propostas de temas, o CC procura mobilizar os recursos necessários, de forma a incluir no programa esses temas.

Nas sessões deste programa, os formadores procuraram promover a participação ativa das pessoas, procurando mobilizar as suas experiências e vivências para a sessão.

Com base nos relatórios relativos aos programas de informação/sensibilização disponibilizados pelo CC e com base em conversas com a Técnica, neste programa existe um conjunto de temas que é mantido em todos os programas, como, por exemplo: RSI - Direitos e Deveres e Técnicas Activas na Procura de Emprego. Desta forma, questiona-se a pertinência, destes temas, para os agregados, ou seja, se a sua permanência advém da necessidade expressa dos agregados ou se a sua repetição em todos os programas, surge, pela técnica de acompanhamento considerar que, são temas importantes para as pessoas. Atendendo a que, a maioria destes agregados encontra-se integrado na medida de RSI, há mais de um ano, questiona-se se as suas necessidades estão relacionados com os seus direitos e deveres, enquanto beneficiário de RSI, ou ainda, em torno das Técnicas Activas de Emprego, pois, a sua permanência na medida não tem sido provisória, antes pelo contrário. Assim sendo, serão estas as necessidades dos agregados que os impossibilitam de sair da medida e reintegrar no mercado de trabalho?

De acordo com a documentação disponibilizada pelo CC, o plano construído para 2014 contempla os seguintes temas: Sessão de apresentação/auscultação, RSI-Direitos e Deveres, Técnicas Activas na Procura de Emprego, Gestão Doméstica e Financeira I, Gestão Doméstica e Financeira II, Regulação do Poder Paternal - Pensão de Alimentos, Higiene e Saúde, Automedicação, Alcolismo/Consulta de Alcoologia, Somos uma Comunidade e, por fim, a Sessão de Enceramento – Entrega de Diplomas, em que se entrega um diploma de participação a cada participante e é realizada uma avaliação do programa junto dos participantes. Mediante a presença, observação e participação em alguns atendimentos e através da consulta dos respetivos processos

dos agregados, compreende-se a pertinência de alguns destes temas deste programa, por exemplo, a Gestão Doméstica e Financeira e a Regulação do Poder Paternal - Pensão de Alimentos. Quanto ao tema, Gestão Doméstica e Financeira, este surge devido à existência de um grande número de agregados com diversas dívidas para com algumas entidades, relacionadas com a água, luz, renda de casa e, apesar de serem realizados acordos com estas empresas no sentido de as pessoas, de forma, gradual, saldarem a dívida, muitas vezes, estas não cumpriam o acordo, agravando a situação em que se encontravam. Apesar da pertinência deste tema, quando desta sessão, as expressões e os discursos dos participantes, foram no sentido de, “recebemos tão pouco ou vivemos assim há tanto tempo, quem melhor que nós sabe como devemos gerir o nosso dinheiro”, demonstrando-se um pouco desconfortáveis com a sessão. Quanto ao tema da Regulação do Poder Paternal - Pensão de Alimentos, a sua relevância surge devido à existência de alguns agregados, que se encontram divorciados existindo dessa relação filhos menores. A pertinência deste tema, em conversa com a técnica e a partir da observação e participação em contextos de atendimento, tem a ver com o facto de ser uma forma de salvaguardar os direitos da criança, pois a estipulação de uma pensão de alimentos permite que, após o término da relação dos pais, a criança receba uma quantia monetária que permita cobrir parte das suas despesas. A estipulação desta pensão de alimentos, permite ,ainda, que, caso o elemento que não se encontra a residir com a criança não cumpra a sua obrigação, por diversos motivos, por exemplo, por se encontrar numa situação de desemprego, exista a possibilidade de recorrer ao Fundo de Garantia a Menores da Segurança Social e, desta forma, continuar a receber este apoio.

APÊNDICE D - AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE INFORMAÇÃO/SENSIBILIZAÇÃO – 2014

Questões	Sim	Não	Não responderam
1- Considerou importante as actividades e os conteúdos abordados nas sessões?	17	1	2
2- A informação foi dada de forma clara e precisa pelos formadores?	18	0	2
3- O programa contribui para ficar mais bem informado (a) sobre os seus direitos e deveres no âmbito do RSI e nos demais temas abordados?	20	0	0
4- Sentiu-se confortável e à vontade com os restantes participantes?	17	1	2
5- Sentiu-se à vontade e confortável com os técnicos presentes?	18	1	1

6- Qual/Quais o(s) tema(s) que lhe despertou/despertaram mais interesse?	Todos:10 Alcoolismo: 5 Higiene e Saúde: 2 Regulação do poder paternal: pensão de alimentos:2RSI: Direitos e Deveres: 2
7- Que outros temas gostaria de ver abordados num próximo programa?	Temas atualizados AnimaisViolência Doméstica: 2 Regulação do poder paternal: Pensão de Alimentos Paternidade Toxicoddependência: 2 Drogas Direitos e Deveres sobre o trabalho (legislação) Alcoolismo/consulta de alcoologia:2

	Higiene e Saúde Workshop de dança: 2 Culinária: 2 Primeiros socorros
--	---

Análise de Conteúdo:

No que diz respeito à primeira questão, a maioria dos participantes considerou importante as actividades e os conteúdos abordados nas sessões, bem como, consideraram que a informação foi dada de forma clara e precisa pelos formadores. Relativamente a terceira questão, se o programa contribui para ficar mais bem informado (a) sobre os seus direitos e deveres no âmbito do RSI e nos demais temas abordados, todos os participantes responderam que sim. Quanto à questão, sentiu-se confortável e à vontade com os restantes participantes e com os técnicos, a maioria respondeu que sim.

Em relação às perguntas abertas, metade dos participantes considerou que todos os temas abordados foram importantes, sendo que, alguns salientaram, que os temas que despertaram maior interesse foram primeiramente o Alcoolismo, e seguidamente Higiene e Saúde, regulação do poder paternal: pensão de alimentos e RSI: Direitos e Deveres.

Quanto aos temas que gostariam de ver abordados numa próxima sessão, os temas com maior interesse foram: a violência doméstica, a toxicodependência, Alcoolismo/Consulta de Alcoologia e workshops de dança e culinária. Seguidamente, com menor interesse, surgiram os seguintes temas: animais, paternidade, drogas, direitos e Deveres sobre o trabalho (legislação), higiene e Saúde e primeiros socorros.

APÊNDICE E - CARATERIZAÇÃO INDIVIDUAL DOS PARTICIPANTES NA AVALIAÇÃO DE CONTEXTO

A “Rosa”

A “Rosa” tinha 52 anos, residia com duas filhas, uma de 15 e outra de 10 anos. Era beneficiária de RSI, devido à situação de desemprego em que se encontrava, sendo acompanhada pelo CC desde Abril de 2014.

A “Rosa” era acompanhada pelo Psicólogo da Escola das filhas, devido à sua sintomatologia depressiva, encontrando-se a tomar antidepressivos havia cerca de dois anos. Este acompanhamento não era regular, pelo que, expressou a necessidade de ter um acompanhamento com maior regularidade. Neste sentido, foi encaminhada para o Gabinete de Psicologia da instituição.

A “Rosa” expressava como preocupações, a sua instabilidade que, por vezes, fazia com que a sua forma de lidar com as filhas não fosse a mais correta, pois havia determinados momentos em que gritava com as filhas. Outra das suas preocupações era a solidão, pois referia que, para além das filhas, não possuía mais ninguém, referindo-se apenas a uma amiga com quem conversava e desafava os seus problemas.

A “Rosa” procurava estar sempre ativa, envolvendo-se nas atividades promovidas pela Escola das filhas, como forma de estar ocupada. Assim sendo, durante este ano, esteve integrada no Projeto Roldana (um projeto direcionado para a promoção da auto-estima e do desenvolvimento de competências parentais) que terminou em julho de 2014. No entanto, revelava porém, revela que este era pouco participado pelas pessoas, sendo, muitas vezes, a única participante.

Quanto às suas necessidades, expressava a necessidade de sentir-se ocupada, de conviver e de conversar com outras pessoas, referindo, ainda que estar fechada em casa levava-a a ter pensamentos negativos e a desanimar.

Quanto ao seu percurso de vida, revelava mágoa em relação a um dos filhos, do qual, por diversos motivos, se tinha afastado. Referia ainda como mágoas, a morte de um filho com leucemia e a morte da sua mãe que era, para si, um suporte.

O “Augusto”

O “Augusto” tinha 48 anos e residia com a irmã, encontrando-se, os dois, em situação de desemprego. Em termos de habilitações escolares, possuía o 8º ano de escolaridade. Encontrava-se desempregado havia cerca de cinco anos e, após o término do Subsídio Social de Desemprego, tinha integrado a medida de proteção social, RSI que tinha sido a única possibilidade para o seu agregado. Encontrava-se integrado nesta medida, desde julho de 2013, sendo acompanhado pelo CC, desde janeiro de 2014.

Quanto à sua integração na medida, o RSI, referiu não se sentir bem em estar dependente de uma prestação social, apesar de referir ainda, que é um direito seu referindo ainda “receber isto, só piora o estado psicológico de uma pessoa”. No que diz respeito, ao seu contrato de inserção, referiu “não faço ideia do que lá está”

O seu percurso profissional tinha sido realizado, durante muito tempo, como vendedor de uma loja de calçado, porém, perante uma situação de falência da empresa, tinha-se deparado com uma situação de desemprego. Após esta situação, tinha descoberto um problema de saúde, cancro no intestino, que o tinha levado à realização de tratamentos frequentes em contexto hospitalar.

Quanto ao Programa de Informação e Sensibilização refere não gostar do clima que se criam nas sessões, refere ainda, que existem alguns temas que são do seu interesse, pelo que, por vezes, sentia vontade de expressar a sua opinião, porém, não o faz, devido à confusão que se cria entre o grupo, pois todos querem falar ao mesmo tempo.

O “Augusto” tinha um filho de 17 anos que residia com a mãe. No entanto, era uma das suas preocupações, devido à sua impossibilidade de assumir as suas responsabilidades, enquanto pai, no que dizia respeito ao pagamento da pensão de alimentos. As situações de endividamento, para com as empresas de água e de eletricidade constituíam, também, uma das suas preocupações. Revelou, ainda, que, por vezes, como forma de esquecer os problemas, consumia drogas, mais especificamente haxixe. Esta era disponibilizada, de forma gratuita, no seu bairro. Referiu ainda que “prefere estar em casa sozinho do que estar no meio de outras pessoas.

Era acompanhado pelo Gabinete de Psicologia da instituição. Este encaminhamento tinha surgido devido à dificuldade em lidar com a sua situação, com o desemprego, com a sua doença e com a dependência de uma prestação social. No que diz respeito às sessões com o Psicólogo, referia que lhe faziam bem, no sentido em que saía das sessões mais aliviado.

O “Fernando”

O “Fernando” tinha 49 anos, era solteiro, possuía o 9º ano, e residia com a irmã, Fernanda que também se encontra desempregada. Era acompanhado pelo CC, no âmbito da medida de RSI,, desde Março de 2013

Quanto ao acompanhamento que tem tido no CC, no âmbito da medida de RSI, referiu que dos dois sítios em foi acompanhado, prefere que o acompanhamento que tem tido nesta instituição, pois referiu que “a doutora é mais xata”, pelo facto de os chamar constantemente para o programa de informação e sensibilização. Quanto ao acompanhamento em outras instituições referiu que por vezes, passava meses em que não era chamado.

Durante o seu percurso de vida, tinha sido toxicodependente e tinha estado preso por tráfico de drogas.

Quanto à medida de RSI, referiu “é a única alternativa”, “sinto-me pobre”, ou ainda, “depois de pagar a renda de casa, água, luz, fico com 40 euros para comer , sou obrigado a ir buscar um cabaz porque senão não tinha o que comer”. Sente ainda, que é tratado de forma diferente, por exemplo, nos correio quando vai buscar a sua prestação, considerando que os funcionários são mais rudes com quem vai levantar a sua prestação, porém, referiu ainda “não sinto vergonha por receber o rsi porque preciso dele”. Quanto ao seu contrato de inserção, referiu “não sei o que esta no meu contrato de inserção, já estou nisto há tanto tempo, que as coisas são sempre as mesmas, procurar trabalho, na maioria das vezes foi chamado para assinar, nem perco tempo a ler o que lá esta, nas últimas vezes”.

Quanto ao Programa de Informação e Sensibilização, considera que “não serve de nada”, referindo que, não é através deste que se irá mudar mentalidades, porém, participa de forma ativa, porque, “gosto de estar ocupado”, ou ainda “se não estiver ocupado passo o dia na cama” referindo que, estar ocupado permite que não sigar por caminhos errados. Expressando que, estar ocupado é para si uma necessidade muito importante para o seu bem-estar.

No que diz respeito, às unidades de formação de curta duração, a sua motivação para participar prende-se com a necessidade de estar ocupado, pois referiu que têm a consciência de que não o ajudará na entrada no mercado de trabalho. Era uma pessoa que procurava estar sempre ativa, envolvida constantemente em formações, de diversas áreas, e a sua motivação prendia-se com a necessidade de estar ocupado, pois referia conhecer-se bem e estar ocupado permitia-lhe não seguir por caminhos errados.

Quanto ao Programa de Informação e Sensibilização referiu considerar importante para a construção de uma relação com as pessoas e com a sua técnica de acompanhamento, referindo ainda que, foi através dessas sessões que foi construindo uma relação com a técnica e com as outras pessoas.

No que dizia respeito à sua rede de amigos, referia que tinha apenas conhecidos e que a única pessoa com quem partilhava a sua vida era a sua namorada. Em relação à vida social, expressava que, os momentos em que saía de casa, geralmente eram os da formação, não sendo habitual as saídas com o objetivo de lazer, devido ao factor económico, pois não se sentia confortável, sendo a namorada a pagar um café. Apesar destes constrangimentos, provocados pela falta de dinheiro, realizava pequenos passeios ao fim de semana e dedicava-se a leitura, sendo esta, um das ocupações favoritas.

Quanto aos seus desejos, expressa sentir falta de uma formação profissional que lhe desse experiência em alguma área específica, e ainda de um emprego, porém, sente que a idade é um fator que pesa cada vez mais e que condiciona a entrada no mercado de trabalho. Devido ao seu percurso, sentia que tinha perdido os bons anos da sua vida e que era cada vez mais difícil, integrar o mercado de trabalho devido à sua idade.

Relativamente às suas necessidades além das referidas, anteriormente, refere sentir falta de se sentir útil, já tendo procurado uma instituição para fazer voluntariado, mas não tinha conseguido.

A “Fernanda”

A “Fernanda” tinha 53 anos, residia com o irmão “Fernando”, também desempregado. Era acompanhada pelo CC no âmbito da medida de RSI, desde Março de 2013. Quanto ao RSI, refere ter vergonha de dizer que recebe o RSI, junto de outras pessoas, por considerar que são vistos como pessoas não fazem nada para sair.

A sua situação de desemprego verificava-se desde 2006 e tinha acontecido devido a falência da empresa de malhas em que trabalhava, desde nova, tendo sido o seu primeiro, e único, emprego. Revelava uma mágoa para com os patrões da empresa, devido à forma como tinha sido dispensada e aos salários atrasados que ainda possuía. A empresa estava a proceder ao pagamento dos salários em atraso, um pouco cada mês, porém havia meses em que não pagavam gerando um sentimento de revolta. Deste tempo de trabalho, guardava algumas amizades, com as quais mantinha algum contacto, embora não fosse frequente.

Em termos de habilitações escolares, possuía o 4º ano. Quando ia a entrevistas de trabalho, sentia que as suas habilitações escolares eram uma dificuldade à sua entrada no mercado de trabalho, referindo que, “quando vai as entrevistas de trabalho as pessoas dizem mesmo, que por ter o 4º ano não terá possibilidade de ficar com o emprego. Desta forma, sentia falta de uma formação que lhe atribuisse um certificado e que facilitasse a entrada no mercado de trabalho. A sua área de interesse era a geriatria, na qual possuía alguma experiência, mas não possuía certificação.

Descrevia-se como cuidadora de todos, do irmão que vivia consigo, da irmã que, apesar de não residir consigo, tinha alguns problemas de saúde e do sobrinho, e afilhado a quem prestava cuidados diariamente, apesar de não residir consigo. Prestava, ainda, cuidados a uma vizinha idosa, pelos menos duas vezes por dia. Muitas vezes, descrevia-se como cuidadora dos outros, expressando, cuidado de toda a gente, quando precisar que alguém cuide de mim, não vai aparecer ninguém”.

O seu maior desejo era encontrar um emprego, de forma a alcançar a estabilidade que desejava para si e para a sua vida.

Refere ainda que, há noites em que mal durmo a pensar na minha vida, nos seus problemas.

Quanto à sua rede de amigos, tem alguns amigos que preserva do último trabalho, mas com quem não sai, porque expressa não se sentir bem em sair, referindo ainda que não vai a casa dos amigos, por um lado, por viverem longe e por outro por ter que carregar o andante, sendo esta mais uma despesa que não pode comportar.

Quanto às suas necessidades, expressava sentir falta de uma rotina, de ter um motivo para sair de casa, de sentir-se útil, de divertir-se, de ter um tempo para si, porém, revelava receio por criar estes momentos, porque alguém poderia precisar de si.

A “Lina”

A “Lina” tinha 54 anos e vivia sozinha. Estava desempregada havia cerca de doze anos, tendo trabalhado como empregada de limpeza. Era acompanhada no âmbito da medida de RSI, desde janeiro de 2012.

Em termos de habilitações escolares possuía o 4º ano de escolaridade.

Relativamente à sua rede de amigos e família, tinha contatos frequentes com uma vizinha idosa a quem ajudava nas tarefas do dia-a-dia. Em relação à família, apenas mantinha contacto

frequente com um primo e uma tia que residiam fora do Porto, era com estes familiares que, frequentemente, passava uns dias, ajudando-os com as atividades agrícolas.

Relativamente às suas necessidades, referia “quem em dera sair de casa todos os dias”.

O “Paulo”

O “Paulo” tinha 46 anos, possuía o 4º ano e residia com o filho de 10 anos. Estava integrado na medida de RSI, desde Novembro de 2012, e era acompanhado pelo CC, desde Dezembro de 2013. Quanto ao RSI, referiu “só tem ajudado economicamente e mesmo assim não serve para satisfazer todas as despesas básicas”.

Estava a ser acompanhado pelo Gabinete de Psicologia da instituição e, relativamente a este apoio, referia que o tinha ajudado a estabilizar-se a nível emocional, referindo, “agora já durmo melhor”. Um dos motivos que causava a sua instabilidade emocional era a situação de endividamento com entidades como a Empresa de águas do Porto.

Provavelmente, iria iniciar o curso de Empregado de Mesa/BAR, pelo IIEP, que lhe daria equivalência ao 9º ano.

No que se refere às redes de apoio, tinha o apoio da sua mãe, porém, só recorria a este apoio numa situação de maior necessidade.

A “Andreia”

A “Andreia” tinha 34 anos, vivia com o companheiro, de 42 anos, e com o filho de 7 anos, relativamente às habilitações escolares, possui o secundário. Encontravam-se os dois em situação de desemprego e integrados na medida, desde maio de 2011, tendo sido acompanhados desde o início pela instituição. Quanto à medida de protecção social, o RSI, referiu que apenas tem ajudado economicamente, e que, se sente desconfortável por viver assim, assumindo que, adêpendencia de uma prestação social era algo com que não se sentia confortável.

Quanto às unidades de formação de curta duração tem participado em diversas formações promovidas pelo CC, principalmente as direccionadas para a área da informática, porém, referiu que estas formações deveriam ser de outros temas, ou seja, que a oferta fosse mais diversificada, dando como exemplos, a área da expressão dramática e do yoga. Referiu ainda, que, estas formações ajudam a ocupar o tempo, a sair de casa, a conhecer novas pessoas e consequentemente a fazer novas amizades.

No que diz respeito às suas necessidades, referia sentir falta de sentir-se útil, de uma rotina e de poder dizer “ é isto que eu faço”.

Quanto aos seus desejos, desejava entrar na universidade, pois considerava que tinha tempo disponível, mas o factor económico impedia-a de avançar.

A “Patrícia”

A “Patrícia” tinha 32 anos, vivia com o companheiro, de 36 anos, e com o filho de 2 anos, relativamente às habilitações escolares, possui o 9º ano de escolaridade. Encontravam-se os dois em situação de desemprego e integrados na medida, desde junho de 2014, tendo sido acompanhados desde fevereiro, de 2014, pela instituição. Quanto à medida, na qual está integrada, o RSI, referiu “o RSI quando chega sai logo”, reforçando que, apenas ajuda economicamente, e que sem esta ajuda não conseguiria ter acesso a determinadas bens. No que diz respeito, ao acompanhamento na instituição, enquanto beneficiária de RSI, referiu, “anteriormente durante 2 anos nunca fui chamada”, privilegiando o acompanhamento que tido na instituição, referindo “aqui a Doutora é empenhada e disponível”.

A Patrícia é acompanhada pelo Gabinete de Psicologia da instituição, considera fundamental a existência de um espaço para conversar referindo, ainda, que quando sai das sessões sente-se mais aliviada.

No que diz respeito, as unidades de formação de curta duração, referiu como aspetos positivos, o facto de conhecer novas pessoas, de ocupar o tempo e de contribuir para que tenha alguma rotina.

Quanto ao Programa de Informação e Sensibilização referiu que “se fosse possível viria sá as sessões que me interessam”, referindo ainda “não me sinto bem no grupo de pessoas”.

Quanto às suas necessidades, a “Patrícia” expressa sentir falta de uma rotina e de sentir-se útil.

O “João”

O “João” tinha 56 anos, vivia com a companheira, de 43 anos, e com a filha de 2 anos, relativamente às habilitações escolares, possui o 9º ano de escolaridade. Encontravam-se os dois em situação de desemprego e integrados na medida, desde novembro de 2008, tendo sido acompanhados desde abril, de 2010, pela instituição. Em relação ao RSI, referiu “tem ajudado nas despesas básicas”, acrescentando que considera que é uma “uma forma de controle social”. Quanto

ao seu sentir, como beneficiário referiu que “não se sente humilhado ou inferior em receber o RSI, porque compreende que é um direito seu”.

Recore a ajuda de alguns amigos e familiares quando se encontra numa situação de maior necessidade. Referindo ainda, quando perdeu o emprego, houve uma ruptura dos laços familiares, bem como, surgiu uma situação de divórcio.

Quanto ao Programa de Informação e Sensibilização referiu “o programa é sempre o mesmo, são sempre os mesmos temas”, acrescentando ainda, que considera que deviam ser explorados outros temas como por exemplo, Primeiro Socorros.

Relativamente às Unidades de Formação de Curta Duração, considera que os temas são importantes, quanto à sua participação referiu “participo porque gosto de aprender”, acrescentando que, é uma forma de criar novas amizades, de sentir-se realizado, sendo que, a parte monetária, que estas formações possuem, também é fundamental.

Quanto às suas necessidades, o “João” expressa sentir falta de ocupar os seus tempos livres, de ter uma rotina, apesar de referir, já se encontrar habituado com a sua rotina habitual. Quanto à sua reentrada no mercado de trabalho considera que a idade e a imagem física são fatores que estão a condicionar a sua re inserção no mercado de trabalho.

A “Natália”

A “Natália” tinha 39 anos, vivia com os dois filhos, de 19 e 10 anos, relativamente às habilitações escolares, possui o 6º ano de escolaridade. Encontravam-se os dois em situação de desemprego e integrados na medida, desde junho de 2013, tendo sido acompanhados desde novembro, de 2013, pela instituição. Relativamente ao RSI, referiu que “o dinheiro só serve para satisfazer as necessidades básicas”, acrescentando “não me sinto humilhado por receber o RSI, pois é um direito meu e tenho necessidade”.

Quanto ao Programa de Informação e Sensibilização referiu “venho porque sou obrigada”, e ainda “os temas não fazem sentido, são coisas que as pessoas já sabem”, considera ainda que “é uma forma de controlar as pessoas”, referindo ainda “são cansativas”, “duram muito tempo”, referindo ainda, “se não fosse obrigada talvez viesse a algumas formações para ver como é”.

A “Natália” revelou ocupar o seu dia-a-dia a cuidar dos filhos e a fazer pequenos trabalhos que consegue arranjar, descrevendo-se como uma pessoa que não se fecha em casa, utilizando a expressão “eu tenho de sair de casa todos os dias”.

Quanto às suas inquietações referiu “sinto-me mal por não conseguir dar aos meus filhos o que gostaria, e às vezes, sinto-me triste, por isso”, expressava ainda dificuldades em lidar com o filho mais velho, pois este não compreende que a mãe não tem possibilidades de lhe dar alguns bens materiais que este solicita.

APÊNDICE F – REGISTO DO ENCONTRO (28/02/2014)

Data: 28/02/2014

Horário: 15h00

Local: Centro Comunitário (CC)

Presenças: “Leonor” “Lina” “Luísa”, “Fátima” “Filomena”

Objectivo Geral: Conhecer a percepção das pessoas relativamente às atividades nas quais participam, promovidas pelo CC, e analisar a sua disponibilidade para se envolverem de forma mais ativa com a instituição.

REGISTO:

No que diz respeito, à relação com a instituição, das cinco pessoas presentes, duas são acompanhadas pelo Centro Comunitário no âmbito da medida de Rendimento Social de Inserção e duas participam nas Unidades de Formação de Curta Duração, promovidas pela valência, e uma é beneficiária da Cantina Social. Os participantes partilham a situação de desemprego de longa duração.

Em relação à possibilidade e disponibilidade para se envolverem mais activamente nas dinâmicas da valência, a principal necessidade exposta e partilhada pelos participantes incidiu na ocupação dos seus tempos livres com a realização de algo que os fizesse sentir-se úteis, atendendo a sua situação de desemprego. Desta forma, surgiu por parte de uma das participantes a vontade, o desejo de realizar algo em proveito da comunidade onde vive, de forma a sentir-se útil e, ao mesmo tempo, dar algo à comunidade onde vive e de que esta necessite. Sendo esta sugestão algo que motivou todo o grupo.

Ficou visível através das suas expressões, dos seus comentários a importância deste espaço que o CC lhes ofereceu, para conviverem, para conversarem, para interagirem entre si, para partilharem experiências relacionados com o mercado de trabalho, inquietações, frustrações do quotidiano. Ao longo da conversa, procurou-se sempre realçar a importância das pessoas participarem e darem sugestões para que, desta forma, a instituição possa ir ao encontro das suas necessidades, quer a nível formativo como as

Unidades de Formação de Curta Duração, quer a nível de outras actividades/iniciativas que a instituição possa criar mediante as necessidades que as pessoas apresentem. Verificou-se alguma hesitação sendo evidente que é necessário consciencializá-las para a importância da sua participação, do seu envolvimento, das suas sugestões. Sendo importante continuar a promover espaços para potenciar a participação das pessoas na vida da instituição.

A criação destes espaços será, benéfico para a instituição e para as pessoas no sentido, em que, compreendem a importância de terem uma participação activa nas diversas dimensões da sua vida.

Perante os resultados deste primeiro encontro a estratégia a seguir poderá incidir na marcação de encontro semanais ou quinzenais com o grupo, mediante a sua disponibilidade.

Desta forma, em conjunto com o grupo iremos decidir o que pretendem fazer para ocupar os seus tempos livres de forma útil, recorrendo ao convívio e à interacção com os outros. Caso se forme um grupo, o primeiro trabalho a ser feito é que os seus elementos se conheçam, que se dêem a conhecer uns aos outros e que construam um sentimento de pertença ao grupo e à comunidade, de forma a que, cada um se sintam bem com os integrantes do grupo e à vontade para participar e dar as suas sugestões. Ou seja, primeiramente a intervenção com o grupo incidirá em promover o conhecimento pessoal e interpessoal.

A criação destes espaços será benéfico para a instituição e para as pessoas no sentido em que compreendem a importância de terem uma participação activa nas diversas dimensões da sua vida.

Perante os resultados deste primeiro encontro a estratégia a seguir poderá incidir na marcação de encontros semanais ou quinzenais com o grupo, mediante a sua disponibilidade.

Desta forma, em conjunto com o grupo iremos decidir o que pretendem fazer para ocupar os seus tempos livres de forma útil, recorrendo ao convívio e à interacção com os outros. Caso se forme um grupo, o primeiro trabalho a ser feito é que os seus elementos se conheçam, que se dêem a conhecer uns aos outros e que construam um sentimento de

pertença ao grupo e à comunidade, de forma a que, cada um se sintam bem com os integrantes do grupo e à vontade para participar e dar as suas sugestões. Ou seja, primeiramente a intervenção com o grupo incidirá em promover o conhecimento pessoal e interpessoal.

**APÊNDICE G – QUADRO SÍNTESE: PROBLEMAS, NECESSIDADES,
OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS, AÇÕES, ATIVIDADES, ESTRATÉGIAS E
INDICADORES DE AVALIAÇÃO**

Problemas	Necessidades	Objetivos Gerais e Específicos	Ações e Atividades
Intervenção assistencialista com reduzida participação e envolvimento da valência com a comunidade por parte do Centro Comunitário;	Necessidade de uma maior aproximação e envolvimento da instituição com a comunidade, de forma a desenvolver respostas partindo das necessidades da comunidade	<p>O.G. Aproximar-se da comunidade</p> <p>O.E. Conhecer as necessidades da comunidade</p> <p>O.E. Contribuir para a dinamização da vida da comunidade</p> <p>O.E. Contribuir para a criação e consolidação de laços a nível local, do bairro e do grupo</p>	<p>Ação:“Bem me queres, Bem te quero”</p> <p>Atividades:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realização de duas Feiras de Trocas Solidárias • A participação no Projeto: Educação pela Acção...Ambiental promovido pela valência de Centro Comunitário, em parceria com o Centro de Educação Ambiental do Covelo e com o Centro Social de S. Tomé;
Nas pessoas acompanhadas	Necessidade de ter uma ocupação	<p>O.G. Promover o seu</p>	<p>Ação:“Bem me queres, Bem te quero”</p>

<p>pelo Centro Comunitário, o problema incidia na situação de desemprego, nomeadamente nos seus efeitos nos indivíduos e nas mudanças que traz para as suas vidas.</p>	<p>Necessidade de sentir-se realizado pessoalmente /sentir-se útil para a comunidade</p> <p>Necessidade de usufruir de momentos de diversão/lazer</p>	<p>bem-estar psicológico</p> <p>O.E. Valorizar e reconhecer a importância de encontros com outras pessoas em situação de desemprego</p> <p>O.E. Partilhar opiniões e sentimentos com os elementos do grupo</p> <p>O.E. Ocupar os tempos livres de uma forma produtiva</p> <p>O.E. “sentirem-se valorizados pessoalmente”</p> <p>O.E. ”participar na dinamização da instituição”</p>	<p>Atividades</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Realização de duas Feiras de Trocas Solidárias ● A participação num Projeto: Educação pela Acção... Ambiental promovido pela valência de Centro Comunitário, em parceria com o Centro de Educação Ambiental do Covelo e com o Centro Social de S. Tomé; <p>Ação: Descobrindo a cidade</p> <p>Atividades</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Visita à Fundação José Rodrigues; ● Visita ao Museu de Numismática / Palacete Viscondes
--	---	---	--

			<p>Balsemão;</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Visita à Sé Catedral / Igreja dos Grilos; ● Visita à Quinta do Covêlo / Centro de Educação Ambiental; ● Visita ao Jardim Botânico do Porto.
--	--	--	--

Objetivo Geral	Estratégias	Indicadores de Avaliação
<p>A valência de Centro Comunitário seja capaz de “Aproximar-se da comunidade”</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Encontros informais entre a valência de Centro Comunitário e as pessoas da comunidade; ● Atividades/iniciativas de interesse social e cultural para comunidade; ● Parcerias formais e informais com instituições da comunidade; 	<ul style="list-style-type: none"> ● O nível de participação da instituição na comunidade; ● O envolvimento da instituição com a comunidade; ● A capacidade de dar resposta às necessidades da comunidade; ● A percepção das pessoas sobre a pertinência das actividades promovidas pela valência para si e para a comunidade; ● A relação construída entre a valência de Centro Comunitário/a instituição e a comunidade;
<p>As pessoas em</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Encontros 	<ul style="list-style-type: none"> ● Nível de satisfação

<p>situação de desemprego devem ser capazes de “Promover o seu bem estar psicológico”</p>	<p>informais entre as pessoas em situação de de desemprego e a valência de Centro Comunitário;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atividades/ iniciativas para a comunidade; • Visitas a espaços e instituições da comunidade • Parcerias formais e informais com instituições da comunidade; 	<p>pessoal;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Nível de participação (número de participantes); • O envolvimento e interesse nas actividades; • A capacidade de partilha, conversa e diálogo, entre o grupo, acerca dos seus problemas/inquietações; • A relação construída entre os elementos do grupo; • A percepção das pessoas sobre a pertinência das actividades para si e para a comunidade;
--	--	--

APÊNDICE H- CARATERIZAÇÃO INDIVIDUAL DOS PARTICIPANTES NO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

A “Rosa”

A “Rosa” tinha 52 anos, residia com duas filhas, uma de 15 e outra de 10 anos. Era beneficiária de RSI, devido à situação de desemprego em que se encontrava, sendo acompanhada pelo CC desde Abril de 2014.

Quanto ao seu percurso de vida, revelava mágoa em relação a um dos filhos, do qual, por diversos motivos, se tinha afastado. Referia ainda como mágoas, a morte de um filho com leucemia e a morte da sua mãe que era, para si, um suporte.

No que diz respeito à sua participação no desenvolvimento do Projeto, o “Rosa”, no que diz respeito à ação: “Descobrimo a cidade”, participou nas seguintes atividades, na visita à Fundação José Rodrigues realizada a 19 de junho de 2014, na Visita à Sé Catedral e à Igreja dos Grilos realizada a 3 de julho de 2014, na visita ao Centro de Educação Ambiental da Quinta do Covêlo realizada a 15 de Julho de 2014, na visita ao Jardim Botânico do Porto realizada a 28 de julho de 2014 e ao Passeio à beira mar entre a Foz e o Castelo do Queijo, realizada a 29 de agosto de 2014. Desta ação, a “Rosa” apenas faltou à Visita ao Museu de Numismática e ao Palacete Viscondes Balsemão realizada a 26 de junho de 2014, em virtude de ter agendada uma consulta de Psicologia. No que diz respeito, a ação “Bem me queres, Bem te quero”, participou na organização e na realização da I Feira de Trocas Solidárias que se realizou à 29 e 30 de Abril de 2014 e II Feira de Trocas Solidárias, que se realizou a 21 e 22 de agosto de 2014, participou ainda no Projeto Educação pela Acção...Ambiental – construção de um projecto de intervenção na comunidade, promovido pela valência de Centro Comunitário, em parceria com o Centro de Educação Ambiental do Covelo e com o Centro Social de S. Tomé, que decorreu entre 4 a 8 de Agosto de 2014. Assim sendo, é de realçar que a “Rosa” mostrou-se bastante envolvida e foi uma participante assídua e motivada em todo o desenvolvimento do projeto.

O “Augusto”

O “Augusto” tinha 48 anos e residia com a irmã, encontrando-se, os dois, em situação de desemprego. Em termos de habilitações escolares, possuía o 8º ano de escolaridade. Encontrava-se desempregado havia cerca de cinco anos e, após o término do Subsídio Social de Desemprego, tinha integrado a medida de proteção social, RSI que tinha sido a única possibilidade para o seu agregado. Encontrava-se integrado nesta medida, desde julho de 2013, sendo acompanhado pelo CC, desde janeiro de 2014.

No que diz respeito à sua participação no desenvolvimento do Projeto, o “Augusto”, no que diz respeito à ação: “Descobrimo a cidade”, participou na Visita à Horta Pedagógica da Quinta do Covelo, que realizou-se a 15 de julho de 2014 e no passeio à beira mar entre a Foz e o Castelo do Queijo, realizada a 29 de agosto de 2014.. No que diz respeito, a ação “Bem me queres, Bem te quero”, participou na organização e na realização da I Feira de Trocas Solidárias que se realizou à 29 e 30 de Abril de 2014 e II Feira de Trocas Solidárias, que se realizou a 21 e 22 de agosto de 2014, participou ainda no Projeto Educação pela Acção...Ambiental – construção de um projecto de intervenção na comunidade, promovido pela valência de Centro Comunitário, em parceria com o Centro de Educação Ambiental do Covelo e com o Centro Social de S. Tomé, que decorreu entre 4 a 8 de Agosto de 2014. É de realçar ainda, que, a sua ausência das restantes atividades da ação: descobrimo à cidade prendeu-se com o surgimento problemas de saúde de familiares próximos, nomeadamente da irmã e da sobrinha. O “Augusto” foi um dos participantes mais envolvidos e assíduos durante o desenvolvimento do Projeto, pois apesar dos seus momentos de ausência, procurou sempre estar em contacto com o grupo, de forma a, por um lado, dar a conhecer ao grupo o desenvolvimento do estado de saúde dos seus parentes e por outro lado, justificar, ao grupo, a razão da sua ausência, sendo que estes contactos foram realizados telefonicamente e presencialmente, em que, de forma voluntária, dirigiu-se à instituição, por diversas vezes, apenas para informar o grupo que não poderia estar presente explicando o motivo da sua ausência.

A “Fernanda”

A “Fernanda” tinha 53 anos, residia com o irmão “Fernando”, também desempregado. Era acompanhada pelo CC no âmbito da medida de RSI, desde Março de 2013.

No que diz respeito à sua participação no desenvolvimento do Projeto, o “Fernanda”, no que diz respeito à ação: “Descobrimo a cidade”, participou em todas as atividades da ação, na

visita à Fundação José Rodrigues, realizada a 19 de junho de 2014, na visita ao Museu de Numismática e ao Palacete Viscondes Balsemão, realizada a 26 de junho de 2014, na visita à Sé Catedral e à Igreja dos Grilos, realizada a 3 de julho de 2014, na visita ao Centro de Educação Ambiental da Quinta do Covêlo, realizada a 15 de Julho de 2014, na visita ao Jardim Botânico do Porto, realizada a 28 de julho de 2014 e no Passeio à beira mar entre a Foz e o Castelo do Queijo, realizada a 29 de agosto de 2014. No que diz respeito, a ação “Bem me queres, Bem te quero”, participou na organização e na realização da I Feira de Trocas Solidárias que se realizou à 29 e 30 de Abril de 2014 e II Feira de Trocas Solidárias, que se realizou a 21 e 22 de agosto de 2014, participou ainda no Projeto Educação pela Acção...Ambiental – construção de um projecto de intervenção na comunidade, promovido pela valência de Centro Comunitário, em parceria com o Centro de Educação Ambiental do Covelo e com o Centro Social de S. Tomé, que decorreu entre 4 a 8 de Agosto de 2014. Assim sendo, é de realçar que a “Fernanda mostrou-se bastante envolvida e participou em todas as atividades do projeto, de forma assídua.

A “Lina”

A “Lina” tinha 54 anos e vivia sozinha. Estava desempregada havia cerca de doze anos, tendo trabalhado como empregada de limpeza. Era acompanhada no âmbito da medida de RSI, desde janeiro de 2012.

No que diz respeito à sua participação no desenvolvimento do Projeto, no que diz respeito à ação: “Descobrimo a cidade”, a “Lina” participou na visita à Fundação José Rodrigues realizada a 19 de junho de 2014, na visita à Sé Catedral e à Igreja dos Grilos realizada a 3 de julho de 2014, na visita ao Centro de Educação Ambiental da Quinta do Covêlo realizada a 15 de Julho de 2014, na visita ao Jardim Botânico do Porto realizada a 28 de julho de 2014 e no passeio à beira mar entre a Foz e o Castelo do Queijo, realizada a 29 de agosto de 2014. Das atividades desta ação, a “Lina”, apenas faltou a visita ao Museu de Numismática e ao Palacete Viscondes Balsemão realizada a 26 de junho de 2014, por ter ido para passar uns dias com alguns familiares. No que diz respeito, a ação “Bem me queres, Bem te quero”, participou na organização e na realização da I Feira de Trocas Solidárias que se realizou à 29 e 30 de Abril de 2014 e II Feira de Trocas Solidárias, que se realizou a 21 e 22 de agosto de 2014. A “Lina” não participou na atividade Projeto Educação pela Acção...Ambiental – construção de um projecto de intervenção na comunidade, promovido pela valência de Centro Comunitário, em parceria com o Centro de Educação Ambiental do Covelo e com o Centro Social de S. Tomé, que decorreu entre 4 a 8 de Agosto de 2014, devido a, durante

esta semana, ter sido cuidadora de um familiar, que sofreu uma fratura num braço. Assim sendo, é de realçar que a “Lina” mostrou-se bastante envolvida e motivada, participando, na maioria, das atividades do projeto, sendo um dos elementos mais assíduos do grupo.

O “Luís”

O “Luís” tinha 39 anos, vivia com a companheira, que se encontrava igualmente em situação de desemprego. É beneficiário do RSI, desde 2013, e ambos acompanhados pelo CC, desde abril.

No que diz respeito à sua participação no desenvolvimento do Projeto, o “Luís”, no que diz respeito à ação: “Descobrimo a cidade”, participou na visita à Fundação José Rodrigues, realizada a 19 de junho de 2014, na visita ao Museu de Numismática e ao Palacete Viscondes Balsemão, realizada a 26 de junho de 2014, na visita ao Centro de Educação Ambiental da Quinta do Covêlo, realizada a 15 de Julho de 2014, na visita ao Jardim Botânico do Porto, realizada a 28 de julho de 2014 e no Passeio à beira mar entre a Foz e o Castelo do Queijo, realizada a 29 de agosto de 2014. No que diz respeito, a ação “Bem me queres, Bem te quero”, participou na organização e na realização da I Feira de Trocas Solidárias que se realizou à 29 e 30 de Abril de 2014 e II Feira de Trocas Solidárias, que se realizou a 21 e 22 de agosto de 2014, participou ainda no Projeto Educação pela Acção...Ambiental – construção de um projecto de intervenção na comunidade, promovido pela valência de Centro Comunitário, em parceria com o Centro de Educação Ambiental do Covelo e com o Centro Social de S. Tomé, que decorreu entre 4 a 8 de Agosto de 2014;

Assim sendo, é de realçar que a “Luís” mostrou-se envolvido e motivado, participando em todas as atividades do projeto, de forma assídua.

A “Raquel”

A “Raquel” tem 32 anos, residia com o companheiro “Luis”, que também se encontrava desempregado. Era beneficiária do Rendimento Social de Inserção, desde 2013, e acompanhados pelo CC, desde Abril.

No que diz respeito à sua participação no desenvolvimento do Projeto, a “Raquel”, no que diz respeito à ação: “Descobrimo a cidade”, participou na visita à Fundação José Rodrigues, realizada a 19 de junho de 2014, na visita ao Museu de Numismática e ao Palacete Viscondes Balsemão, realizada a 26 de junho de 2014, na visita ao Centro de Educação Ambiental da Quinta do Covêlo, realizada a 15 de Julho de 2014, na visita ao Jardim Botânico do Porto, realizada a 28 de

julho de 2014 e no Passeio à beira mar entre a Foz e o Castelo do Queijo, realizada a 29 de agosto de 2014. No que diz respeito, a ação “Bem me queres, Bem te quero”, participou na organização e na realização da II Feira de Trocas Solidárias que se realizou à 29 e 30 de Abril de 2014 e II Feira de Trocas Solidárias, que se realizou a 21 e 22 de agosto de 2014. É de realçar que a “Raquel” mostrou-se envolvida e motivada, participando em algumas das atividades do projeto, de forma assídua. Sendo de realçar que, a sua ausência, da I Feira de Trocas Solidária deveu-se ao facto de, nesta altura, encontrar-se a frequentar uma formação e ainda não fazer parte do grupo. É de salientar ainda, que a sua integração no grupo foi por influência do companheiro o “Luís”. No que diz respeito, à sua ausência do Projeto de Educação Ambiental, esta deveu-se ao facto de, encontrar-se em período de experiência num possível emprego, como cuidadora de uma idosa.

O “Paulo”

O “Paulo” tinha 46 anos, possuía o 4º ano e residia com o filho de 10 anos. Estava integrado na medida de RSI, desde Novembro de 2012, e era acompanhado pelo CC, desde Dezembro de 2013.

No que diz respeito à sua participação no desenvolvimento do Projeto, o “Paulo”, no que diz respeito à ação: Descobrimo a cidade, participou na Visita à horta pedagógica na Quinta do Covelo, que se realizou a 15 de Julho de 2014, em relação à ação “Bem me queres, Bem te quero”, participou na organização e realização da II Feira de Trocas Solidárias, que se realizou a 21 e 22 de agosto de 2014, participou ainda no Projeto Educação pela Acção...Ambiental – construção de um projecto de intervenção na comunidade, promovido pela valência de Centro Comunitário, em parceria com o Centro de Educação Ambiental do Covelo e com o Centro Social de S. Tomé, que decorreu entre 4 a 8 de Agosto de 2014. É de ralçar que, nas atividades em que participou, o “Paulo”, mostrou-se envolvido, motivado e com vontade de fazer parte deste grupo, tendo-se revelado um elemento importante para o grupo, devido à sua capacidade de iniciativa e ao seu espírito ativo e proativo.

A “Luísa”

A “Luísa” tinha 41 anos, possuía o 9º ano e residia com o companheiro, de 46 anos e com os filhos de, 23, 20 e 10 anos. Estava integrado na medida de RSI, desde Outubro de 2013, e era acompanhado pelo CC, desde Agosto de 2013. Apesar de, apenas ter iniciado o seu acompanhamento, enquanto beneficiária de RSI, na instituição, em Agosto, a “Luísa”, já tinha

participado em algumas unidades de formação promovidas pelo CC, pelo que, já estava ligada à instituição.

No que diz respeito à sua participação no desenvolvimento do Projeto, na ação “Descobrimo a cidade” participou no passeio à beira mar entre a Foz e o Castelo do Queijo, realizada a 29 de agosto de 2014 em relação à ação “Bem me queres, Bem te quero”, participou na organização e realização da I e II Feira de Trocas Solidárias, que se realizou a 29 e 30 de abril e a 21 e 22 de agosto de 2014, participou ainda no Projeto Educação pela Acção...Ambiental – construção de um projecto de intervenção na comunidade, promovido pela valência de Centro Comunitário, em parceria com o Centro de Educação Ambiental do Covelo e com o Centro Social de S. Tomé, que decorreu entre 4 a 8 de Agosto de 2014. A “Luísa” foi um elemento muito oscilante, ao longo do desenvolvimento do projeto, por vezes estava presente, em outras faltava sem avisar o grupo da razão da sua ausência, assim como, um dos fatores que, por vezes, impedia a sua participação, era o facto de, ter que cuidar do neto, filho da filha mais velha.

A “Sónia”

A “Sónia” tinha 24 anos, residia com o companheiro com 30 anos, estando o casal em situação de desemprego. Possuía dois filhos, um rapaz com 6 anos e uma rapariga com 4 anos.

No que diz respeito à sua participação no desenvolvimento do Projeto, a “Sónia, apenas participou na I Feira de Trocas Solidárias, na organização do evento, no dia 30 de Abril.

A “Sandra”

A “Sandra” tinha 37 anos, encontrava-se divorciada, a residir com três filhos, dois rapazes, de 17 e 13 anos, e uma rapariga de 2 anos. Os rapazes eram fruto de uma relação com um companheiro e a rapariga de uma relação com outro companheiro.

Estava a ser acompanhada pelo CC, no âmbito da medida de RSI, desde abril de 2014.

No que diz respeito à sua participação no desenvolvimento do Projeto, a “Sandra, apenas participou na I Feira de Trocas Solidárias, na organização do evento, no dia 29 de Abril.

O “Fernando”

O “Fernando” tinha 49 anos, era solteiro, possuía o 9º ano, e residia com a irmã, Fernanda que também se encontra desempregada. Era acompanhado pelo CC, no âmbito da medida de RSI,, desde Março de 2013

No que diz respeito à sua participação no desenvolvimento do Projeto, o “Fernando”, apenas participou na organização da I Feira de Trocas Solidárias, tendo-se afastado do grupo. pelo facto de, no mês de maio ter iniciado um processo de tratamento ao fígado.

APÊNDICE I – IVENTÁRIO DA FEIRA DE TROCAS SOLIDÁRIAS

Criança	Homem	Senhora	Calçado	Diversos	Alimentos
T-shirts: 53 Calções: 13 Calças: 17 Saias: 5 Vestidos: 2 Casacos: 8 Blusas: 16 Coletes: 3 Camisola: 4 Boné: 1 Conjuntos: 1 Malhas: 17 Camisa: 3 P. de Meias: 25 Cuecas: 15 Boxers: 6 Camisolas Interiores: 6 Pijamas: 6 chapéus: 3 Botas: 1 Collants: 1	Calças: 12 T-shirts: 26 Fatos: 3 Camisas: 30 Pólos: 4 Camisola: 4 Casaco: 6 Malhas: 8 Blusão: 1 Roupão: 1 Cuecas: 19 P. Meias: 38 Fato de Treino: 1 Gravata: 1	Calças: 41 Blusas: 10 T-shirt: 27 Vestido: 4 Malhas: 31 Casaco: 11 Saia: 7 Camisolas: 5 Écharpes: 9 Conjuntos: 4 Pijamas: 2 Cuecas: 2 Chapéus: 2 Gorro: 1 Meias: 1 Soutiens: 4 Fatos de Banho: 2 Cuecas: 8 Meias: 1 Casaco: 1 Cinta elástica: 1 Lenço: 1 Meia elásticas grávida: 1	Senhora: Sapatos: 9 Sabrinas: 7 Botas: 8 Sandálias: 5 Ténis: 1 Homem Botas: 4 Ténis: 6 Sapatos: 1 Pantufas: 1	Brincos: 1 Malas Senhora: 11 Toalha de mesa: 1 Lenços: 5 Avental: 1 Joalheiras: 1 Porta – Retratos: 1 Fraldas: 4 pacotes Peluches: 7 Livros: 13 Cachecóis: 4 Tupwares: 3 Gorro Ducha: 1 Conjunto banho: 1 Toalha: 1 Lenço: 1 Boneca de porcelna: 1 Conjunto de porquinhas: 3 Conjunto de garafas: 3 Cobertores: 4 Almofadas: 4 Lençóis: 1	Açúcar: 6 Azeite: 8 Arroz: 27 Bolachas: 1 Conservas: 8 Leite: 23 Leite Achocolatado: 3 Massas: 25 Óleo: 13 Farinha: 3 Sal: 1 Salsinhas: 8 Feijão: 4 Gao de bico: 1 Atum: 8 Cereais: 11 Bolachas: 18 Caixa com 80 pacotes de bolachas

Data: 29/05/2014

APÊNDICE J – CARTAZ I FEIRA DE TROCAS SOLIDÁRIAS



**“Bem me queres,
Bem te quero”**

Feira de Trocas Solidárias

29 e 30 de Maio 2014
15h00 às 19h00

Centro Comunitário
Centro Social

**O que você precisa, talvez seja o
que outro tem. Só aceitamos uma
moeda “social” - troca por troca.**

Colaboração:
Associação de Moradores do Bairro do Amial
AGITAR - Universidade Sénior do Porto
Junta de Freguesia de Paranhos
Fábrica de Malhas do Ameal, S.A



APÊNDICE L - ORGANIZAÇÃO DA I FEIRA DE TROCAS SOLIDÁRIAS

Data: 29 e 30 de Maio 2014-05-26

Horário: 15h00 /19h00

Organização/ Apoio logístico

SECÇÃO	APOIO	OBSERVAÇÕES
Criança	<ul style="list-style-type: none">• “Fernanda”• “Rosa”	29 e 30 15h00 às 19h00
Homem	<ul style="list-style-type: none">● “Augusto”● “Sandra”	29 e 30 15h00 às 19h00
Senhora	<ul style="list-style-type: none">● “Lina”● “Fernando”	<ul style="list-style-type: none">● 29 e 30 15h00 às 19h00● 29 e 30 17h00 às 19h00
Acessórios e Calçado	<ul style="list-style-type: none">● “Luísa”	<ul style="list-style-type: none">● 29 e 30 15h00 às 19h00
Alimentação	<ul style="list-style-type: none">● Lúgia Caires	<ul style="list-style-type: none">● 29 e 30 15h00 às 19h00
Diversos	<ul style="list-style-type: none">● “Luis”● “Raquel”	<ul style="list-style-type: none">● 29 e 30 15h00 às 19h00● 29 e 30 17h30 às 19h00

APÊNDICE M - CARTAZ- FEIRA DE TROCAS SOLIDÁRIAS



**“Bem me queres,
Bem te quero”**

II Edição: Feira de Trocas
Solidárias

21 e 22 de Agosto 2014
15h00 às 19h00

Centro Comunitário
Centro Social do Amial

**Traz um leva três, o que você
precisa, talvez seja o que outro
tem.**

Colaboração:

Associação de Moradores do Bairro do Amial

Junta de Freguesia de Paranhos

Entidade Promotora:



APÊNDICE N - DESENHO E DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

-EDUCAÇÃO PELA ACÇÃO...AMBIENTAL – CONSTRUÇÃO DE UM

PROJECTO DE INTERVENÇÃO NA COMUNIDADE

1. Conhecimento empírico - o sentir do grupo face ao ambiente e à limpeza urbana nos Bairros S. Tomé e Carriçal;

- A população não separa corretamente os resíduos pelos diversos contentores dos ecopontos (vidrão, embalão, papelão e pilhão);
- Insuficiência de ecopontos;
- Espaços verdes pouco cuidados;
- Existência de moradores preocupados com o ambiente e com a limpeza urbana;
- Existência de moradores pouco sensibilizados para as questões do ambiente e da limpeza urbana;
- Existência de conflitos entre vizinhos originados pela conduta imprópria face aos resíduos e à limpeza dos espaços comuns;
- Existência de “monstros domésticos” junto aos ecopontos;
- Destruição/vandalismo das infra-estruturas existentes no bairro – ecopontos.

2. Trabalho de terreno: identificação dos problemas e potencialidades observados na comunidade local.

2.1. Problemas

Bairro de S. Tomé

- A população não separa corretamente os resíduos pelos diversos contentores dos ecopontos (vidrão, embalão, papelão e pilhão);
- Espaços verdes pouco cuidados;
- Existência de moradores pouco sensibilizados para as questões do ambiente e da limpeza urbana;
- Existência de “monstros domésticos” junto aos ecopontos;

- Destruição/vandalismo das infra-estruturas existentes no bairro - os ecopontos;
- Existência de resíduos junto aos contentores, quando estes se encontram vazios;
- Passagem do edifício J (túnel) com dejetos e resíduos;
- Insuficiência de “*Moloks*”, na via principal da Alameda 25 de Abril;
- Insuficiência de um ecoponto à entrada do Bairro de S. Tomé (frente ao Instituto Superior de Engenharia do Porto) (Alameda 25 de Abril);
- Existência de um número significativo de animais selvagens (gatos);

Bairro do Carriçal

- A população não separa corretamente os resíduos pelos diversos contentores dos ecopontos (vidrão, embalão, papelão e pilhão);
- Espaços verdes pouco cuidados;
- Existência de moradores pouco sensibilizados para as questões do ambiente e da limpeza urbana;
- Existência de “monstros domésticos” junto aos ecopontos;
- Destruição/vandalismo das infra-estruturas existentes no bairro - os ecopontos;
- Existência de resíduos junto aos contentores, quando estes se encontram vazios;
- Falta de higienização dos contentores de lixo, por parte do Pelouro do Ambiente e Protecção Civil da Câmara Municipal do Porto (CMP);
- Existência de um número significativo de animais selvagens (gatos).

2.2. Potencialidades da comunidade

- Existência de moradores preocupados com o ambiente e com a limpeza urbana;
- Existência de um número adequado de contentores e de ecopontos distribuídos pelos bairros-alvo.

3. Desenho do Projecto

3.1 Prioridades da intervenção constatadas no terreno:

- A população não separa corretamente os resíduos pelos diversos contentores dos ecopontos (vidrão, embalão, papelão e pilhão);
- Existência de “monstros domésticos” junto aos ecopontos;
- Destruição/vandalismo das infra-estruturas existentes no bairro - os ecopontos;

- Existência de resíduos junto aos contentores, quando estes se encontram vazios.

3.2 Objectivos estratégicos:

- Aumentar o conhecimento sobre os comportamentos e atitudes dos habitantes face ao uso das infra-estruturas disponíveis no âmbito da limpeza urbana;
- Facilitar o acesso da comunidade à informação;
- Sensibilizar e aumentar o nível de conhecimento da comunidade sobre a importância da separação dos resíduos;
- Incentivar a participação activa da comunidade local visando melhorar a qualidade de vida nos bairros-alvo.

3.3 Actividades a desenvolver:

- Elaborar cartazes com informação diversa: atitudes correctas/atitudes incorrectas face ao meio ambiente;
- Sensibilizar a comunidade para a importância da utilização correcta dos ecopontos;
- Sinalizar (Centro de Educação Ambiental – Covelo/Azenha) os problemas cuja resolução passa pelo Pelouro do Ambiente e Protecção Civil da CMP;
- Contactar as organizações locais no sentido de se realizarem sessões de sensibilização colectivas a partir de 15 de Setembro/14 (Bairro de S. Tomé: Os Fatigados, Bairro do Carrizal: Federação Académica do Porto-FAP);
- Avaliar o impacto das acções de sensibilização realizadas na comunidade;

3.3.1 Elaboração de cartazes

Os cartazes foram elaborados intergeracionalmente, sendo que, as mensagens foram seleccionadas após um breve “brainstorming”.

- “Reduzir é preciso”;
- “Separar é fácil”;
- “Estou cá mas não poluo”;
- “Reciclar é melhor”;

- “Vamos criar bom ambiente”;
- “Separe hoje garanta um futuro melhor”;
- “Por favor, não poluir”;
- “Seja amigo! O lixo no contentor”.

3.3.2 Locais estratégicos para a colocação dos cartazes/mensagens

Os locais foram selecionados pelo grupo, em conformidade, com a sua opinião relativa à visibilidade estratégica dos mesmos. A sua localização foi sinalizada nos mapas topográficos dos respetivos bairros.

- No contentor de lixo situado na Alameda 25 de Abril, frente ao ISEP;
- No ecoponto situado na Alameda 25 de Abril, junto ao Pólo de S. Tomé (frente ao bloco J);
- Na passagem do edifício J (túnel), no Bairro de S. Tomé;
- No ecoponto situado na Rua das Berlengas, entre o Bloco 11 do Bairro do Carriçal e as traseiras do Bloco D do Bairro de S. Tomé;
- No “molok”, na Rua Cidade Vigo, em frente à Federação Académica do Porto;
- No contentor situado na Rua Cidade Vigo.
- No contentor de lixo situado na Rua das Berlengas;?
- No ecoponto situado na Alameda 25 de Abril, em frente ao Bloco J e a EB1 de S. Tomé

3.4 Estratégias operacionais:

- Colocar cartazes/“slogans” em locais estratégicos (junto aos ecopontos e organizações/associações da comunidade);
- Monitorizar os locais onde foram colocados os cartazes (elementos do grupo residentes nos bairros-alvo);
- Registar todo trabalho realizado em contexto de sala e no terreno (fotos, mapas, relatórios);
- Informar as entidades competentes para os problemas verificados (contactos interinstitucionais e/ou intersectoriais; comunicações via e-mail, etc);
- Informar/sensibilizar grupos da população local, recorrendo aos agentes e organizações da comunidade;
- Avaliar e reflectir sobre a pertinência da continuidade do projecto.

4.Avaliação

4.1 Quanto à receptividade da comunidade local aos cartazes colocados

11 de Agosto de 2014

O grupo considera que o projeto foi uma mais-valia, apesar do curto espaço de tempo para a sua construção e intervenção. Quanto aos cartazes colocados no dia 08 de Agosto de 2014, o grupo esteve atento durante o fim de semana, sendo que, os mesmo permaneceram intocáveis.

No âmbito do trabalho de terreno realizado, após três dias e 72 horas, da colocação dos cartazes, foi constatado que dois tinham desaparecido. Os restantes encontravam-se nos lugares em que foram afixados, sem qualquer sinal de vandalismo. Os cartazes desaparecidos encontravam-se situados:

- Alameda 25 de Abril, frente ao ISEP;
- Alameda 25 de Abril, junto ao Pólo de S. Tomé (frente ao bloco J).

O grupo considera que até 15/09/2014, será o período para observar a reacção da população local às mensagens deixadas através dos cartazes.

O grupo é da opinião de que o projeto poderá evoluir, favoravelmente, no entanto, só poderá ser tomada uma decisão consciente após a realização das atividades de sensibilização agendadas a partir de 15 de Setembro de 2014.

- 13 de Agosto de 2014

Monitorização dos cartazes pela equipa técnica, tendo-se constatado que, após quatro dias, 96 horas, desapareceu o cartaz colocado no ecoponto situado na Rua das Berlengas, entre o Bloco 11 do Bairro do Carriçal e as traseiras do Bloco D do Bairro de S. Tomé.

- 18 de Agosto de 2014

No âmbito do trabalho de terreno realizado, após 10 dias e cerca de 240 horas da colocação dos cartazes, o grupo constatou o desaparecimento do cartaz colocado no ecoponto situado na Alameda 25 de Abril, em frente ao Bloco J e à entrada principal da Escola EB1 de S. Tomé, mantendo-se os restantes nos respetivos locais.

- 25 de Agosto de 2014

O grupo continua a monitorizar os cartazes colocados, sendo que, decorridos 17 dias da colocação dos cartazes, cerca de 408 horas, constatou-se que desapareceu o cartaz colocado no contentor de lixo situado na Rua das Berlengas.

APÊNDICE O - CRONOGRAMA DA AÇÃO: “DESCOBRINDO À CIDADE”

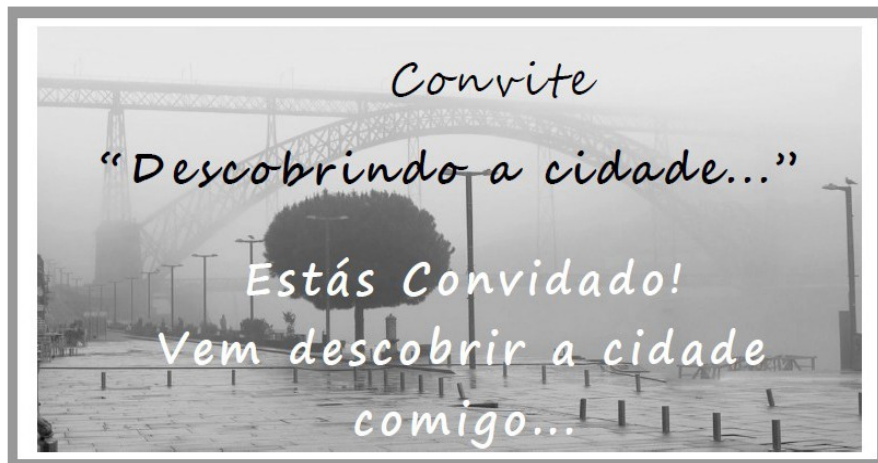
Dia	Local	Participantes	Observações
19-06-14	Fundação José Rodrigues Exposição de Cascatas São-joaninas	“Fernanda” “Luis” “Raquel” “Lina” “Rosa” + 2 filhas	Gratuito Horário: 14h às 18
26-06-14	Museu de Numismática Exposição de uma das mais importantes colecções do país	“Fernanda” “Luis” “Raquel”	Gratuito Horário: 15h00 às 19h00
03/07/14	Catedral da Sé do Porto Igreja dos Grilos Arquitectura; Património da Zona Histórica do Porto	“Rosa” + 2 filhas “Fernanda”	Gratuito Horário: 14h30 às 19h00 Horário: 3.ª a Sábado 14h00 às 17h00
15/07/14	Quinta do Covêlo – Centro de Educação Ambiental Covêlo Horta pedagógica Piquenique	“Augusto” “Fernanda” “Rosa” + 2 filhas “Luis” “Raquel” “Paulo”	Gratuito Horário: 14h às 17h
28-07-14	Jardim Botânico do Porto Jardins; Área de Lagos;	“Lina” “Fernanda” + afilhado	Gratuito Horário:

	Zona de estufas; Área de parque, etc.	“Rosa” “Luis” “Raquel” “Luísa”	14h00 às 18h00
29-08-14	Passeio à beira mar entre a Foz e o Castelo do Queijo	“Augusto” “Fernanda” + afilhado “Rosa” “Luis” “Raquel” “Luísa” “Lina”	Gratuito

APÊNDICE P- CARTAZ “DESCOBRINDO A CIDADE”



APÊNDICE Q– CONVITE “DESCOBRINDO A CIDADE”



ANEXOS

ANEXO A – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO “PROGRAMA DE SENSIBILIZAÇÃO 2014”

Programa de Informação/Sensibilização – 2014

1 – Considerou importantes as actividades e os conteúdos abordados nas sessões?

Sim Não

2 – A informação foi dada de forma clara e precisa pelos formadores?

Sim Não

3 – O programa contribuiu para ficar mais bem informado(a) sobre os seus direitos e deveres no âmbito do RSI e nos demais temas abordados?

Sim Não

4 – Sentiu-se confortável e à vontade com os restantes participantes?

Sim Não

5 - Sentiu-se confortável e à vontade com os Técnicos presentes?

Sim Não

6 – Qual/Quais o(s) tema(s) que lhe despertou/despertaram mais interesse?

7 – Que outros temas gostaria de ver abordados num próximo programa?

ANEXO B – CARTAZ “DIA INTERNACIONAL DA MULHER”

“EXPERIÊNCIAS NO FEMININO”

Comemoração do
Dia Internacional da Mulher

7 de março 2014, 15h00

Centro Comunitário

Programa:

- Acolhimento;
- Animação;
- Intervenções.

Patrocínio: 
Junta Freguesia Paranhos

Colaboração: 
AGITAR - Universidade Sénior de Porto

Clube de Dança de Saúde de Porto 

8 de março
Dia Internacional
da Mulher



ANEXO C – PROJECTO: EDUCAÇÃO PELA ACÇÃO... AMBIENTAL – CONSTRUÇÃO DE UM PROJECTO DE INTERVENÇÃO NA COMUNIDADE

Projecto: Educação pela Acção...Ambiental – construção de um projecto de intervenção na comunidade.

Acção: Educação para a Cidadania

Grupo-alvo: Intergeracional - Crianças em idade escolar e adultos da comunidade.

Parceiros: CS– Centro Comunitário; ODPS – Cento Social de S. Tomé (ATL); Centro de Educação Ambiental Covelo/Azenha.

Objectivo geral: Sensibilizar a comunidade local para questões associadas ao ambiente e à limpeza urbana.

Objectivos específicos:

- Reforçar o sentimento de pertença à comunidade, o trabalho em equipa e as dinâmicas em rede;
- Sensibilizar os grupos-alvo para a temática do projecto, através da construção de um projecto de intervenção na comunidade;
- Promover o convívio e a solidariedade entre gerações.

O projecto encontra-se organizado de acordo com as seguintes fases de trabalho:

1. Workshop: informação/ sensibilização sobre o tema

Antes de se iniciar um projecto desta natureza é fundamental informar e sensibilizar os participantes para as diversas questões associadas ao ambiente e à limpeza urbana e em que medida as mesmas condicionam a sua qualidade de vida na comunidade em que estão inseridos.

2. Trabalho de terreno: identificação dos problemas e potencialidades da comunidade local (Bairros S. Tomé e Carriçal) – debate de ideias

Esta fase tem dois momentos distintos, sendo uma no exterior da instituição e outra no interior. Com o trabalho de campo pretende-se facilitar a tomada de consciência face aos problemas que são visíveis e que afectam a comunidade mas que, no dia-a-dia, são ignorados. Em relação às potencialidades da comunidade, o objectivo é o mesmo: ver e não apenas olhar para o meio envolvente.

De regresso à instituição serão debatidas as ideias sobre os aspectos apurados e os registos (fotografia, vídeo) elaborados.

3. Workshop: desenho do projecto

Com o apoio dos técnicos, os participantes irão definir o projecto de intervenção que pretendem realizar na sua comunidade: objectivos, actividades, cronograma, etc.

4. Apresentação do projecto

Antes de iniciar a intervenção na comunidade, grupo de trabalho irá apresentar o projecto, de acordo com o definido ponto anterior, nomeadamente, a forma como será divulgado na comunidade.

5. /6. Trabalho de terreno: intervenção na comunidade

O momento da concretização do projecto na comunidade, em conformidade com o planeado.

7. Avaliação do projecto pelos participantes

Nesta etapa do projecto, o grupo terá oportunidade de avaliar os pontos fortes e os pontos fracos da intervenção realizada, o impacto das actividades na comunidade e ainda as competências e conhecimentos adquiridos ao longo do processo.

Foi definido o seguinte cronograma para o desenvolvimento do projecto “Educação pela Acção...Ambiental: construção de um projecto de intervenção na comunidade”:

CRONOGRAMA

Intervenção	Data / Hora
1. Workshop: informação/ sensibilização	04/08/2014 15h00 às 16h30
2. Trabalho de terreno: identificação dos problemas e potencialidades da comunidade local /debate de ideias	05/08/2014 15h00 às 17h00
3. Workshop: desenho do projecto	06/08/2014 15h00 às 16h00
4. Apresentação do projecto	06/08/2014 16h00 às 17h00
5. Trabalho de terreno: intervenção na comunidade	07/08/2014 15h00 às 17h00
6. Trabalho de terreno: intervenção na comunidade	08/08/2014 15h0 às 16h00
7. Avaliação do projecto pelos participantes	08/08/2014 16h30 às 17h00

ANEXO D – CARTAZ DO PROJETO “EDUCAÇÃO PELA ACÇÃO... AMBIENTAL: CONSTRUÇÃO DE UM PROJECTO DE INTERVENÇÃO NA COMUNIDADE”

Projecto
"Educação pela
Acção Ambiental:
construção de um
projecto de
intervenção na
comunidade"

**Acção... A Terra é agora!
Juntos pela comunidade!**

Intervenção	Data / Hora
1. Workshop: Informação/ sensibilização	04/08/2014 15h00 a 16h30
2. Trabalho de terreno: identificação dos problemas e potencialidades da comunidade local (visitas de âmbito)	04/08/2014 15h00 a 17h00
3. Workshop: desenho do projecto	04/08/2014 15h00 a 16h00
4. Apresentação do projecto	04/08/2014 16h00 a 17h00
5. Trabalho de terreno: intervenção na comunidade	07/08/2014 15h00 a 17h00
6. Trabalho de terreno: intervenção na comunidade	08/08/2014 15h00 a 16h00
7. Avaliação do projecto pelos participantes	08/08/2014 16h00 a 17h00

Parceiros:
 Centro local Centro Comunitário
 Centro Espiritual de Príncipe Miguel Centro local de São João
 Centro de Saúde do Acordo Comunitário
 Escola:
 Escola Básica de São João
 Escola Básica de São João de São João de São João

